



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo

Julienne do Valle Tardeli Cruz

Itaipu, a Vila e seus Patrimônios

São Gonçalo
2015

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo

Itaipu, a Vila e seus Patrimônios

São Gonçalo

2015

Juliane do Valle Tardeli Cruz

Itaipu, a Vila e seus Patrimônios

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Linha de pesquisa: Território, Identidades e Representações – da Universidade do Estado do Rio de Janeiro para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Rui Aniceto Fernandes

São Gonçalo

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida. À minha mãe Eloiza por tanto cuidado, ao meu pai Ivanildo por todo apoio. Aos meus irmãos Elaine e Deivison, meus maiores incentivadores nos estudos.

Ao Meu orientador Rui Aniceto pela ajuda e acompanhamento. À minha banca, que em muito contribuiu com seus apontamentos.

Aos professores do mestrado, pois cada disciplina cursada construiu o alicerce de minhas reflexões.

Por fim, a CAPES, por conceder financiamento às minhas pesquisas.

RESUMO

Este trabalho analisa as políticas de proteção ao patrimônio Cultural, Artístico e Histórico no Brasil, tendo como estudo de caso duas ações específicas de patrimonialização: o tombamento das Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa e a criação do Museu de Arqueologia de Itaipu, ambas na Comunidade de Pescadores Tradicionais de Itaipu, bairro da cidade de Niterói, Rio de Janeiro. Assim, o objetivo central desta dissertação é estudar a relação entre uma comunidade de Pescadores Tradicionais em Itaipu e as ações apontadas. Para isto, o presente texto abarca discussões sobre a questão do patrimônio material e imaterial no Brasil, assim como a proteção de bens culturais móveis e imóveis, partindo para a leitura dos aspectos sociais da comunidade estudada e por fim, analisando a relação entre estes três objetos: As políticas de proteção ao patrimônio em nível Nacional, as ações de patrimonialização em nível local e os discursos da comunidade tradicional em relação a estas.

Palavras-Chave: Patrimônio; Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa; Museu de Arqueologia de Itaipu; Pescadores Tradicionais de Itaipu.

ABSTRACT

This paper analyzes the policies to protect the cultural, historical and artistic heritage in Brazil, taking as a case study of two specific actions concerns to heritage: the registration for the Ruins of Recolhimento de Santa Teresa and the creation of the Museu de Arqueologia de Itaipu, both in the Community Traditional Fishermen of Itaipu, a neighborhood in the city of Niterói, Rio de Janeiro. Thus, the main objective of this thesis is to study the relationship between a community of Traditional Fishermen in Itaipu and those actions. For this reason, this text includes discussions on the issue of tangible and intangible heritage in Brazil, as well as the protection of movable cultural property and real estate, starting to read the social aspects of community studied and finally, analyzing the relationship between these three objects: protection policies to equity at the national level, the patrimonial actions at the local level and the discourses of traditional community on these.

Keywords: Heritage; Ruins of Recolhimento de Santa Teresa; Museu de Arqueologia de Itaipu; Traditional Fishermen in Itaipu.

SUMÁRIO

Introdução	8
1. Como pensar o patrimônio: passos iniciais para a construção de uma problemática	16
1.2.O Estado Novo e a Construção do Nacional.....	26
1.2.1. Bens imóveis: o estatuto do tombamento e a ideia de <i>civilização material</i>.....	27
1.2.2. O fim da fase heroica e o Regime Militar.....	31
1.2.3. Bens Móveis: A gestão de museus no Brasil	34
1.3. Novas Perspectivas	37
1.3.1. A Nova Museologia e sua aplicação em solo brasileiro.....	39
1.3.2. Patrimônio e sua face Imaterial.....	43
2. A Vila de Pescadores: Memória, Tradição e Políticas de Identidade.....	48
2.1. A Vila	48
2.1.2. Identidade e Tradição.....	50
2.2. Discursos de Memória e Políticas de Identidade: Itaipu entre tradições, costumes e patrimônios.	56
2.2.1. Mudanças e conflitos em Itaipu.....	66
2.2.2. Especulação Imobiliária: a Veplan e o “Canal da Vergonha”.....	67
2.2.3. Institucionalização do trabalho: A questão da Colônia	74
2.2.4. A RESEX	78
2.2.5. Registro da pesca: Articulações por um patrimônio imaterial.....	82
3. Processos de Patrimonialização em Itaipu.....	88
3.1. Outras ações.....	88
3.2. Os Objetos.....	90

3.2.1. O Recolhimento.....	90
3.2.1. O Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI).....	96
3.3. Os Processos.....	100
3.4. Discursos de Memória e políticas de identidade: Apontamentos sobre o <i>lugar de memória</i>.....	111
Conclusão - O MAI hoje: Perspectivas de diálogo com a comunidade.....	114
Bibliografia.....	117

Introdução

A praia de Itaipu, local escolhido para o desenvolvimento da presente pesquisa é situada na região oceânica de Niterói, Rio de Janeiro. Nela se encontra uma vila de pescadores, que vivem da arte secular da pesca artesanal. Até a década de 1970, quando houve o crescimento da especulação imobiliária na área de Itaipu, a pesca permanecia forte e servia como modo principal de subsistência para as pessoas que habitavam seu litoral.

Nos últimos anos, porém, a pesca em Itaipu tem decaído. Os pescadores, que aprenderam o ofício da pesca como herança de família, têm deixado seus filhos “escolherem seu destino”, temendo que estes já não tenham êxito em seguiram seus exemplos. Preocupados com a falta de expectativas no trabalho, estes homens têm incentivado seus descendentes a seguirem carreiras fora deste mundo.

O esvaziamento da prática da pesca é devido às dificuldades encontradas pelas comunidades pesqueiras na atualidade, derivadas da expansão imobiliária, turismo, indústria petrolífera e ameaças ao meio ambiente, como um todo. A construção de prédios de grande porte na região Oceânica de Niterói é uma preocupação da comunidade, que teme o esvaziamento suas condições de trabalho e vivência (informação verbal).

Estas mudanças sociais têm sido vistas como ameaças à manutenção da pesca artesanal por parte dos moradores desta praia. Neste sentido, tem-se visto crescer um fenômeno que a autora Beatriz Sarlo denominou *políticas de identidade*¹. A comunidade de pescadores tem procurado reafirmar seus direitos recorrendo à valorização do seu modo de vida, atrelado a pesca. Esta valorização é enfatizada, sobretudo pela necessidade de preservação de elementos tradicionais, deste grupo que se autodefine como à parte de uma sociedade mais ampla.

Uma das soluções encontradas por esta comunidade foi recorrer ao registro do ofício da pesca como bem patrimônio imaterial. Após um longo processo de vetos e aprovações, a pesca artesanal realizada em Itaipu passou a ser considerada como patrimônio imaterial do município de Niterói pela aprovação do projeto de lei 263/2010.

Além do ofício da pesca, hoje identificado como um bem intangível tem-se, nesta mesma vila, um bem de *pedra e cal*² patrimonializado pelo Serviço do Patrimônio Histórico

¹ Beatriz Sarlo remete-se a este conceito para explicar o crescente fenômeno de grupos utilizarem-se de argumentos de identidade coletiva e tradição em contraponto aos problemas sociais enfrentados na atualidade. Cf. SARLO, Beatriz. *Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. – São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

² Expressão utilizada para designar bens arquitetônicos.

(SPHAN) ³ na década de 1950, no qual funciona desde 1977 o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI). Neste bem, que está em ruínas, funcionara um antigo recolhimento para mulheres, tendo seu espaço sofrido vários usos durante o tempo. As Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa compreendem um conjunto arquitetônico do século XVIII. A instituição servia como confinamento de mulheres, passando a ser utilizado como asilo para menores e a e já no século XX como moradia de pescadores locais.

O MAI, construído no espaço das ruínas, foi inaugurado em 1977 e é gerido pelo IBRAM desde 2009 e sua coleção permanente pertence ao IPHAN\ DPMUS. Até 1980, quando fechado para obras, o MAI contava com três exposições. Ele reabriu novamente após dois anos, sendo apoiado pela Enitur e a Prefeitura Municipal de Niterói. Neste momento é inaugurada a exposição “Aspectos da pré-história do litoral do Estado do Rio de Janeiro”, que perdurou 27 anos.

O projeto do museu foi pensado para que este executasse atividades internas e externas, que envolvessem os sítios arqueológicos que o cercam, especialmente o Sítio Duna Grande - cujo tombamento pelo IPHAN encontra-se em processo desde 1986, afora sua já assegurada proteção pela Lei Federal nº. 3.924/61. Assim, sua primeira exposição de longa duração - Aspectos da pré-história do Rio de Janeiro na faixa litorânea compreendida entre Niterói e Cabo Frio - versava sobre o passado pré-histórico do litoral fluminense, visando à proximidade com a comunidade local através da identificação com o ofício milenar da pesca.

Em trabalho anterior, procurou-se mostrar quais os usos delegados ao espaço das ruínas pela comunidade em época anterior à inauguração do MAI, quando pescadores moraram no interno deste local⁴. Durante a elaboração deste trabalho, se notou o distanciamento dos moradores da praia que foram entrevistados para o mesmo em relação aos processos de tombamento das Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa e a construção do

³ A Lei de nº 378, no governo de Getúlio Vargas de 13 de janeiro de 1937 – cria o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e em 30 de novembro de 1937, o decreto-lei de nº 25 organiza a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”. Em 1946 o Sphan passa a se chamar Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan) e já em 1970 o Dphan se transforma em Iphan. Em 1979 o Iphan se divide em Sphan – órgão normativo - e Fundação Nacional Pró-memória (FNpM) – órgão executivo. No ano de 1990 há a extinção do Sphan e da FNpM e criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Finalmente, em 06 de dezembro de 1994, por medida provisória, o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC e o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – IBA passem a denominar-se, respectivamente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Fundação de Artes – FUNARTE. Vale ressaltar que as denominações do órgão de proteção ao patrimônio irão variar neste trabalho, visto que a pesquisa abarca algumas das temporalidades e mudança do instituto, citadas acima.

⁴ Cf. CRUZ, Juliene do Valle Tardeli. Itaipu: Como veem os pescadores? Memória e conflito nos remanescentes do recolhimento de Santa Teresa. Orientador: Luís Conde Sanguinetti. Monografia (graduação). São Gonçalo (RJ); UERJ/ FFP, 2012.

MAI. Assim, este trabalho visa ampliar este estudo anterior, mediante as questões que foram impostas para realização daquele.

Como objetivo do presente, tem-se analisar as políticas brasileiras de patrimonialização através do estudo de caso na comunidade tradicional de pescadores de Itaipu, tendo como recorte três momentos distintos: a inscrição das Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa no livro do tomo de Belas Artes em 1955, a instalação do Museu de Arqueologia em 1977 e os dias atuais. Dado isto, esta texto foi organizado de acordo com a ordem lógica em que foi se construindo a problemática central desta dissertação.

A ordem dos capítulos parte de reflexões sobre as ações de proteção ao patrimônio (tanto imóvel quanto móvel) no Brasil e aponta as questões que perpassaram os ideais de patrimonialização de cada momento histórico brasileiro. Assim, no primeiro capítulo são ponderadas as transformações que a visão de patrimônio – e ainda a noção de museu - vem tomando ao longo dos anos em plano mundial e nacional, usando como base, as discussões de Dominique Poulot⁵ e Françoise Choay⁶ (entre outros) sobre a alegoria do patrimônio, no qual explicitam as noções de patrimônio desde a antiguidade até os dias mais recentes.

Quanto à noção de museu, que esteve sempre atrelada à noção de patrimônio, será explicitado como esta se relaciona às emergências e discursos de cada momento histórico brasileiro e para a construção deste foram gratas as contribuições de autores como Letícia Julião⁷, Regina Abreu e Mário Chagas⁸, Márcia Chuva⁹, Maria Cecília Londres Fonseca¹⁰.

Esta dissertação procura demonstrar as diferentes concepções que permeiam os projetos de preservação do patrimônio brasileiro, ampliando o debate para o papel da comunidade nestes e destes para com as comunidades. Procura-se ainda, entender como os discursos de valorização do patrimônio nacional, com os tombamentos de bens de *pedra e cal*, o contexto de afirmação da arqueologia no final da década de 1970, assim como a recente valorização do patrimônio imaterial alcançam esta comunidade e como esta reage a estes movimentos.

⁵ POULOT, Dominique. Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

⁶ CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. 3ª Ed. São Paulo: UNESP, 2006.

⁷ JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: *Caderno de Diretrizes Museológicas*. Brasília. MinC, IPHAN, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2ª ed. Belo Horizonte, SEC, Superintendência de Museus: 2006.

⁸ ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

⁹ *Arquitetos da Memória: Sociogênese da Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

¹⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Iphan, 2005.

A segunda parte da dissertação explicita o caráter tradicional da comunidade abordada, analisando testemunhos de pessoas com inserções sociais variadas que vivem na vila de Pescadores de Itaipu e se relacionam ao mundo da pesca. Neste sentido, vale ressaltar que o termo comunidade foi escolhido tendo em base a perspectiva desta como construção de uma identidade coletiva realizada pelo grupo abordado nesta pesquisa e se refere ao sentimento de pertença comum deste¹¹. O termo é articulado desta maneira para que se possa entender como, apesar de inserirem-se em múltiplas camadas da sociedade - os pescadores de Itaipu se mobilizam em unidade em prol de suas *políticas de identidade*.

Os relatos colhidos tiveram base nas metodologias da história oral¹², levando em conta que cada testemunho é gerado de acordo com o presente e com a perspectiva de passado que o hoje impõe. Neste sentido, se considera que o fato de testemunharem sobre sua vivência em comunidade, a relação com o território que habitam e trabalham representa, sobretudo, a valorização e produção de sua história no momento em que narram e evidenciam suas práticas tradicionais. Neste sentido, considera-se que os testemunhos, ou discursos de memória, ao passo em que carregam as experiências vividas desta comunidade, evidenciam a carga política que estes possuem.

Os testemunhos, além de representarem os fatos rememorados pelos entrevistados passam então, a serem vistos como aporte para se entender expectativas de futuro e servem para se desvendar se os discursos sobre a tradição da pesca, ou ainda, as *políticas de identidade* se congregam, ou não às iniciativas de valorização da história local através da patrimonialização das ruínas e funcionamento do museu.

Salienta-se ainda que, o sentido político destes relatos não diz respeito à governança, mas sim à *ideia de políticas de identidade*, pois ao invocarem a lembrança de passado comum, este grupo a utiliza como argumento de identidade coletiva em contraponto aos dilemas sociais da atualidade. Desta maneira, esta ideia corrobora ao que Reinhart Koselleck trata como *espaço de experiência e horizonte de expectativa*¹³.

Portanto, este trabalho tem clara preocupação em pensar a memória como fonte para a história e não como a perpetuação de um discurso hegemônico, pois enquanto a memória

¹¹ Para refletir sobre a utilização do conceito comunidade, se realizou a leitura de alguns capítulos do livro “Sociedade de Bairro”. Cf. COSTA, Antônio Firmino. *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. Lisboa: Celta Editora, 1999.

¹² Cf. ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

¹³ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

promove o sentimento de continuidade com o passado; a história é uma operação cognitiva, intelectual que racionaliza sobre a memória, tendo função crítica.

O historiador, pela possibilidade do distanciamento tem uma perspectiva mais ampla sobre as variáveis do vivido. Desta maneira, propostas de trabalho como esta, promovem a análise de discursos de memória, pretendendo evidenciar, de forma crítica as rupturas e ações do tempo nas tradições e memória, se opondo a um discurso memorialista de continuidade.

A documentação oral estudada neste trabalho leva em conta, ainda o papel da *experiência*, que segundo Sarlo, é aquilo que se encontra na forma de testemunho: algo que ocorreu no passado e só pode ser transmitido de acordo com as circunstâncias do presente. De acordo com Koselleck, o *espaço de experiência* é moldado pelo presente, não podendo ser medida através do tempo, porque “a cada momento ela é composta de tudo o que se pode recordar da própria vida ou da vida dos outros”.¹⁴

A experiência contribui para a criação de um *horizonte de expectativas* para o futuro como uma das possibilidades para este ser formado, não sendo, porém o único componente deste horizonte. Koselleck mostra que estes dois conceitos – *espaço de experiência e horizonte de expectativas*- resultam da tensão entre passado e futuro. O autor explica, entretanto, que eles não são opostos, nem tanto complementares, pois “um futuro histórico nunca é o resultado puro e simples do passado histórico”.¹⁵

Analisar os discursos sobre memória e vivência na comunidade de Pescadores Tradicionais da praia de Itaipu incita o debate sobre a importância do historiador em enxergar os relatos como portadores de *consciência histórica*¹⁶. Os testemunhos aludidos aqui apontam para uma problemática pertinente ao trabalho da história com a memória: o modo contínuo como a memória trata com o passado, procurando sempre resgatar e perpetuar experiências anteriores.

Entender esta distinção entre *espaço de experiência e horizonte de expectativas* mostra-se relevante para que se mostre que, a *consciência histórica* é uma fusão entre a reflexão sobre experiências passadas; e as expectativas de futuro. Porém deve-se considerar que estas duas categorias não são determinantes uma da outra, apesar de essenciais para a formação dos discursos históricos dos testemunhos orais.

¹⁴ KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit., p. 311.

¹⁵ Ibidem, p. 312.

¹⁶ RÜSEN, Jorn. Didática da História: passado, presente, e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. *Jörn Rüsen e o ensino de História*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 23-40.

A diferenciação entre *consciência histórica* e memória (individual ou coletiva) neste caso, faz-se necessária. Ainda que o discurso histórico também construa uma narrativa, não procura, ao contrário da memória, a apagar as diferenças entre as experiências, construindo um contínuo que quase nos faz esquecer que ontem não é hoje. Ao contrário, a *consciência histórica* se faz na construção da diferença, das transformações e rupturas entre os tempos e as formas de viver: na busca consciente do passado de acordo com as necessidades da atualidade.

Através da evocação de relatos, se podem ver como se dá este processo de rememoração e conscientização através do ato de narrar, pois ao apresentar um testemunho, a memória histórica contida no sujeito aflora, provocando a consciência de si próprio enquanto ser histórico. A *consciência histórica* é tida assim, como uma maneira de memória histórica, visto que “o discurso sobre a memória faz uma distinção rígida entre o papel das representações históricas na orientação cultural e na vida prática e os procedimentos racionais do pensamento histórico pelos quais o conhecimento do que realmente aconteceu é conquistado”. Neste sentido, a memória histórica estaria centrada na tarefa de manter o passado presente, enquanto a consciência histórica proporia uma avaliação constante deste.

Para entender como se delinea o *espaço de experiência e o horizonte de expectativas* dos testemunhos abordados neste trabalho, foi feito, em paralelo à análise de suas falas, uma contextualização histórico-social da comunidade de pescadores tradicionais artesanais em questão. Esta contextualização enfatiza que os testemunhos demonstram a busca e apropriação de uma determinada conjuntura histórica vivida, ou contada a eles. Este empreendimento fora realizado a fim constatar que seus discursos ora, repercutem a racionalização sobre experiências passadas, ora demonstram suas esperanças e medos sobre o futuro.

Pretende-se ainda, com este panorama, esclarecer a importância do discurso de identidade de grupo e a formação de uma memória coletiva dos moradores da praia em que a comunidade vive, de acordo com a necessidade de valorização do discurso histórico devido a circunstâncias que ameaçam seus modos de vida a manutenção das memórias coletivas. A relevância de análise destes testemunhos, considerando as questões da memória e *consciência histórica* se inserem ainda nas discussões trazidas por Rüsen, as quais cita-se agora:

A orientação para o futuro da memória e da história não foi ainda intensivamente tematizada e pesquisada. Há diversas razões para isso. Para mim, a mais importante é indicada pela coincidência da perda de confiança do Ocidente no conceito de progresso (pelo menos na mente dos intelectuais ocidentais e ocidentalizados) e a emergência do discurso da memória nas humanidades. No entanto, é o futuro em curso que demanda uma revisão crítica dos conceitos de história e memória até

agora desenvolvidos. O processo de globalização confronta diferentes tradições com a ameaça de um “choque de civilizações” devido ao papel que a memória cultural e o pensamento histórico tiveram no processo de formação das diferentes identidades coletivas. Estaremos providos com a ferramenta cultural necessária para superar a dominação, o exclusivismo e a avaliação desigual na conceitualização da identidade? ¹⁷.

Como resposta às indagações de Rüsen se propõe aqui a ampliação do uso do método de história oral como meio de discursos paralelos aos oficiais e como abertura de um espaço para a narração de novas histórias. Porém, enfatiza-se que este novo campo a ser ampliado deve obedecer à ciência histórica, como toda fonte utilizada pelo historiador, de forma crítica. Neste sentido, evidencia-se que a mera proliferação de discursos não contribui para a promoção da equidade entre identidades.

Faz-se crucial, assim, ver estes novos testemunhos como aportes para se pensar o futuro de forma responsável, enfatizando que os sujeitos estão possuem identidades múltiplas e que se invocam determinadas experiências passadas, isto se remete ao contexto o qual a testemunha está inserida.

Entende-se deste modo, que os discursos sobre memória e a *consciência histórica* são passíveis de mudança, de acordo com o tempo, contexto e escolha individual, podendo ser gratas fontes ao trabalho do historiador, desde que este compreenda que está fazendo, como no uso de quaisquer fontes, história do tempo presente. Criadas as ressalvas necessárias quanto ao uso da história oral e da memória neste trabalho, parte-se para do que se trata no terceiro capítulo.

O fato da comunidade de pesca em Itaipu ser abordada como estudo de caso se deve a esta configurar o entorno de um bem patrimonializado. O último capítulo traz a análise da relação entre comunidade - Ruínas e museu- buscando compreender as políticas de proteção ao patrimônio histórico cultural nos três momentos abordados. Neste sentido, ao utilizar estes recortes específicos, pode-se entender como se realizaram as ações de patrimonialização demandadas pela esfera federal e como estas foram e são recebidas pela comunidade, além das respostas que a mesma lhes dá.

A última parte da dissertação retoma as discussões sobre políticas de proteção patrimonial no tocante à problematização dos conflitos entre a comunidade tradicional e os processos de patrimonialização nela implantados. Viabiliza ainda, o debate entre discurso dos moradores da Vila de Pescadores e os documentos que historicam o bem tombado. Assim, se baseia na função histórica de se visitar o passado para ampliar as leituras sobre os

¹⁷ RÜSEN, Jorn. Op. Cit. p. 164.

processos de patrimonialização abordados: “A operação histórica consiste em retalhar o dado segundo uma lei presente que se distingue de seu “outro” (passado), em tomar distância com relação a uma situação conhecida e, dessa forma, em marcar por um discurso a mudança efetiva permitida por esse distanciamento”.¹⁸.

A diminuição da escala de observação este um estudo de caso, como aponta Márcia Gonçalves¹⁹, permite entender os fenômenos históricos de maneira a considerar as redes e tramas sociais de interdependência e sociabilidade do *locus* escolhido - negando à visão dicotômica que reduz o local à marginalidade do macro. Estudar a prática de políticas públicas de preservação do patrimônio mediante a aproximação da referida comunidade consiste no exercício de se pensar como as pessoas envolvidas por estas políticas percebem estas ações, que por sua vez, ultrapassam sua localidade.

¹⁸DE CERTEAU, Michel. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos Métodos, Novos Problemas e Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Pioneira, 1977, p. 40.

¹⁹GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Entre o local e o nacional: uma reflexão sobre ética de pertencimento e identidades sociais*. In: *IV Seminário Perspectivas do Ensino de História*. Ouro Preto, Minas Gerais, 2001.

1. Como pensar o patrimônio: passos iniciais para a construção de uma problemática

A ideia de preservar um patrimônio remete-se a ao poder de afirmar identidades e valores que um bem obtém. Originalmente pensado como herança familiar ou legado de um grupo ou Estado, o termo patrimônio foi se modificando ao longo da história.

O patrimônio é usado não para apenas simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas.²⁰

Patrimonializar é uma operação de resgate ao passado para a construção de uma memória coletiva, que, por sua vez, tem a função de representar um mesmo corpo ou indivíduo. De acordo com José Reginaldo Gonçalves, a noção de indivíduo se relaciona a de propriedade, assim, só se é um indivíduo quando se possui um conjunto de objetos que definam sua identidade. Buscando gerar uma realidade (materialidade) sobre a memória coletiva, a lógica moderna sobre proteção do patrimônio está relacionada ao surgimento do Estados Nacionais, que passaram desde então, a serem vistos como indivíduos.²¹

Segundo Françoise Choay²² a visão contemporânea de patrimônio histórico foi suscitada no contexto pós Revolução francesa: “os revolucionários de 1789 não pararam de sonhar com os monumentos e de construir no papel os edifícios pelos quais queriam afirmar a nova identidade da França”²³. Neste sentido, os revolucionários passaram a enxergar no passado a legitimação de um futuro.

A ideia de algo patrimonializado/ monumentalizado evocaria num passado, mesmo que recente algo que já foi superado, revolucionado (que só existe enquanto patrimônio “objetificado”, exatamente pela sua ausência).²⁴

Por sua vez, o segundo aspecto, o da identidade, coincidiu, desde a Revolução Francesa e a aparição do Estado- Nação no decorrer do século XIX, com a afirmação

²⁰ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de Pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 31.

²¹ Cf. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda*: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996, p. 81.

²² CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 3ª Ed. São Paulo: UNESP, 2006.

²³ Ibidem, p. 19

²⁴ POULOT, Dominique. Op. cit., p. 199.

de uma coletividade, ou de uma “comunidade imaginada”, de acordo com a designação forjada por Benedict Anderson.²⁵

José Reginaldo Gonçalves afirma que uma nação pode se definir a partir de seus bens culturais e que estes compõem a noção de patrimônio ligada à sua história. Assim, monumentos, relíquias, cerimônias e demais tradições funcionam como elo para fortalecer a identificação coletiva²⁶.

O patrimônio define-se, ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético [...] Ele depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades.²⁷

Neste sentido, planejar cultura no Brasil tem sido desde os primórdios uma incumbência do Estado em prol deste fortalecimento.

Já no início século XIX, quando a corte lusa veio a aportar no Brasil podia-se ver o caráter centralista dos investimentos na área cultural. Com a ideia de patrimônio histórico e cultural ligada ao surgimento dos Estados Nacionais e a construção de uma memória do país; influenciada pelo aspecto das luzes e ideia de integração, as iniciativas no campo da cultura tinham como finalidade a afirmação da identidade nacional.

Já com o Brasil independente, em meados do século XIX, o Império fundamentou na criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) suas idealizações sobre a nacionalidade e cultura brasileiras. De acordo com Manoel Salgado Guimarães²⁸, o processo de consolidação do Estado Nacional, no segundo reinado, fez surgir o debate sobre questões acerca da nacionalidade e da identidade do povo brasileiro, sendo a criação do IHGB em 1838, um dos principais meios de se pensar a nação. A elaboração de um Instituto deste porte visava à construção de uma história nacional, através da recriação de mitos fundadores e de um passado homogêneo.

Como padrão historiográfico, o IHGB adotou o modelo francês, que pregava a necessidade do estudo da história, por esta ser o registro do progresso - iluminista- do gênero humano. Guimarães aponta que no Brasil, o instituto histórico formatou-se de modo a parecer

²⁵ Idem.

²⁶ GONÇALVES, Reginaldo dos Santos, 2009. Op. Cit.

²⁷ POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII- XXI: Dos monumentos aos valores*. Trad. TEIXEIRA, Guilherme João de Freitas. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 13.

²⁸ GUIMARÃES, Manoel. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

com o Institut Historique de Paris, fundado em 1834. Ao serem arrebatados pelo espírito do progresso, os historiadores brasileiros passaram a valorizar os aspectos “civilizatórios” europeus, visto que, “o sistema colonial tinha não apenas consequências econômicas que se expressavam na forma da dependência das colônias, mas que também repercutiam no âmbito cultural, impondo a orientação dos modelos europeus”²⁹.

A diferença crucial entre o IHP (Instituto Histórico de Paris) e o IHGB residia na não profissionalização dos historiadores brasileiro. De acordo com Guimarães, o IHGB trabalhava ao lado do Estado brasileiro, não estando condicionado à remuneração e sim ao alcance de algum prestígio diante ao império. Sendo assim, intelectuais e governo trabalhavam em um mesmo ideal: a construção de uma memória nacional.

E assim, por meio do financiamento direto, do incentivo ou do auxílio a poetas, músicos, pintores e cientistas, D. Pedro II tomava parte de um grande projeto que implicava não só o fortalecimento da Monarquia e do Estado, como a própria unificação nacional, que seria, obrigatoriamente, uma unificação cultural³⁰.

A meta crucial do IHGB era “trazer a luz” ao presente e descobrir o “verdadeiro caráter nacional”³¹. Neste sentido, almejava-se construir um quadro geral da nação, prevendo a organicidade das regiões em prol de uma unidade: “O IHGB partia da suposição de que só a fundação do Estado nacional, em 1822, havia criado as premissas capazes de abarcar uma história geral do Brasil. Aqui, portanto, surge uma marca da história a ser formulada, ou seja, a ênfase no Estado brasileiro.”³² Em um momento onde reinavam as teorias científicas, desvendar quais elementos se deveria preservar ou excluir da sociedade brasileira estava em jogo³³.

O Império preocupava-se, dessa maneira, com o registro e a perpetuação da própria memória, e com a consolidação de um projeto romântico, para a conformação de uma cultura que, ao que tudo indicava, seria “genuinamente nacional” [...] O romantismo aparecia, aos poucos, como o caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, pois fornecia concepções e modelos que permitiam afirmar o particularismo, e uma identidade particular; em oposição à metrópole, mais identificada com a tradição clássica.³⁴

²⁹ idem, p. 100.

³⁰ SHWARCHS, Lilia Moritz. Nacionalidade e patrimônio: o Segundo Reinado brasileiro e seu modelo de tropical exótico. In: CHUVA, Márcia (org). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n° 34 / 2012: Memória e Patrimônio*, p. 341.

³¹ Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 2 (8), out-dez/1840, p.570. In: GUIMARÃES, op.cit., p. 116.

³² GUIMARÃES, Manoel, op.cit., p. 17

³³ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: Representações do brasileiro 1870/1920*, São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

³⁴ SHWARCHS, Lilia. *ibidem.*, p. 342.

A preocupação com a formação de um campo historiográfico no século XIX contribuiu de forma decisiva para os projetos na área cultural. Foi ainda neste século, que a intelectualidade romântica passou a refletir sobre o que comporia a nação brasileira, buscando na supremacia do império, na “ingenuidade” do índio e na ostentação da natureza, elementos de exaltação à pátria. No romantismo se valorizava os traços nacionais através da máxima: Tudo pelo Brasil e para o Brasil.

De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior³⁵, os românticos que se interessaram pela cultura do povo, buscando, porém, os temas populares apenas para elaboração de suas poesias, estando seus discursos atrelados ao governo Imperial. Este mesmo autor aponta que esta cena cultural passaria a ser contestada principalmente a partir de 1870, quando emergem os primeiros estudos sobre cultura popular, ligados agora a um panorama de contestação republicana.

Foi no século XIX ainda que se instituiu o Arquivo Nacional (1838), sob a tarefa de sistematização do passado. De acordo com José Ricardo Oriá Fernandes, o arquivo, assim como o IHGB mostram a preocupação do Império na construção de um ideário nacional, aliada a necessidade da construção de um campo historiográfico, que permitisse ao país sua viabilidade histórica.

Desde seu início, o estado imperial brasileiro colocou para si a tarefa de construção de uma memória nacional, através da guarda dos registros escritos e iconográficos que documentassem a nossa história. Assim, já na Constituição do Império, de 1824, havia a previsão legal para a criação do Arquivo Nacional (art. 70). No entanto, sua instalação só se deu no ano de 1838, na mesma época em que surge, por iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na então capital do Império.

A criação do IHGB se dá num momento particular da História do País. Logo após a independência do Brasil (1822) e ao Reinado de D. Pedro I (1822-1831), o País viu sua unidade territorial ser ameaçada em meio à eclosão de uma série de movimentos e rebeliões, alguns de cunho separatista, que colocavam em cheque a própria integridade física da nação. Havia, pois, a necessidade premente de se formular uma explicação do País que mantivesse sua extensa unidade territorial e que, ao mesmo tempo, fortalecesse o processo de centralização político-administrativa do Estado monárquico³⁶.

³⁵ ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M, *Historiografia e Escrita da História: confrontos historiográficos contemporâneos*, XXIII Simpósio Nacional de História, Resumo. 2005.

³⁶FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil

Fernandes contribuiu para as questões sobre a formatação do ideário nacional no século XIX, suscitando uma discussão intrigante sobre o tema. O autor afirma que a preocupação com a formação de um campo historiográfico neste século contribuiu de forma decisiva aos projetos de preservação e valorização do patrimônio histórico, já no século seguinte.

As contribuições deste autor se tornam cruciais a partir de sua oposição à “concepção tradicional, já consolidada no meio acadêmico”³⁷, que insiste em demarcar como ponto inicial para ações na área do Patrimônio brasileiro a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937³⁸. Neste sentido, o autor afirma que a gênese das ações de preservação do patrimônio histórico no Brasil toma corpo a partir das décadas de 1910 em concomitância ao alerta de intelectuais com o descaso das cidades históricas e do “tesouro nacional”³⁹.

Eles perceberam que a imobilidade das elites nacionais e do Estado diante dessa questão poderia acabar por comprometer o próprio país diante das nações tidas como civilizadas, assunto esse que se tornou foco de preocupação no Governo, no Congresso Nacional, nas instituições culturais e na imprensa⁴⁰.

Fernandes aponta que já no meado da década de 10 do século XX, imbuídos pelo sentimento nacionalista, setores da sociedade brasileira passaram a se preocupar com os bens artísticos e arquitetônicos, que para eles representavam a cultura do Brasil. Segundo o autor, a preocupação derivava de eventuais destruições e exportações de obras de arte, principalmente barrocas. Entre “os anos de 1917 e 1925, foram apresentadas proposições legislativas, no

(1838-1937). In: *Políticas Culturais: Teorias e práxis*. Disponível em: Disponível em: <http://culturadigital.br/politica-cultural-casaderuibarbosa/files/2>, p. 4-5

³⁷ibidem., p. 7

³⁸ A Lei de nº 378, no governo de Getúlio Vargas de 13 de janeiro de 1937 – cria o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e em 30 de novembro de 1937, o decreto-lei de nº 25 organiza a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”. Em 1946 o Sphan passa a se chamar Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan) e já em 1970 o Dphan se transforma em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Em 1979 o Iphan se divide em Secretaria do Patrimônio (Sphan) – órgão normativo - e Fundação Nacional Pró-memória (FNpM) – órgão executivo. No ano de 1990 há a extinção da Sphan e da FNpM e criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Finalmente, em 06 de dezembro de 1994, por medida provisória, o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC e o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – IBA passam a denominar-se, respectivamente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Fundação de Artes – FUNARTE. Vale ressaltar que as denominações do órgão de proteção ao patrimônio irão variar neste trabalho, visto que a pesquisa abarca algumas das temporalidades e mudança do instituto, citadas acima.

³⁹ FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: *Políticas Culturais: Teoria e Práxis*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2010.

⁴⁰ Ibidem, p. 8

âmbito da Câmara dos Deputados, com o objetivo de se criar órgãos de proteção ao Patrimônio Histórico nacional”⁴¹.

1.1. Patrimônio no Brasil: Primeiras Ações

O início da década de 1920 foi marcante no cenário cultural brasileiro: “A intenção de fundar um novo tempo constituidor da nação brasileira fazia parte, na verdade, das formas que o drama da modernidade assumiu, na década de 1920, em que se depositou imensa carga simbólica na materialidade da nação”⁴².

A semana de 22 apresentou múltiplas linguagens artísticas, como pintura, literatura, poesia, escultura e música, o que fez com que ela passasse a ser considerada a porta-voz das inovações que viriam a figurar o campo cultural brasileiro durante as próximas décadas. Fizeram parte deste evento artistas e poetas, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Víctor Brecheret, Plínio Salgado, Anita Malfatti, Menotti Del Pichia, Guilherme de Almeida, Sérgio Milliet, Heitor Villa-Lobos, Tácito de Almeida, Di Cavalcanti, dentre outros.

No ano do centenário da independência, além da realização da Semana de Arte Moderna em São Paulo, que teve um forte apelo performático, diversos eventos comemorativos foram organizados, revelando, pelas suas profundas distinções, as posições em disputa quanto às representações de Brasil (e dos diversos objetos de comemoração). Tinham em comum, contudo, o apelo à construção de sua materialidade, por meio de monumentos, gestos, performances e eventos.⁴³

A autora Mônica Velloso⁴⁴ afirma que, apesar da Semana de Arte Moderna ser considerada como marco do modernismo brasileiro, já existia no país um movimento de cunho modernista anterior ao ano de 1922. Velloso aponta que do século XIX ao XX os movimentos intelectuais passaram a entender a necessidade de se compreender a multiplicidade da nacionalidade brasileira. Incorporando novas questões às da geração reformadora 1870⁴⁵, os modernistas alargaram a discussão sobre a identidade nacional a partir dos novecentos. Depois de passado todo o contexto de mudanças sociais radicais do século

⁴¹ Ibidem, p. 7

⁴² CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da Memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 101.

⁴³ Idem.

⁴⁴ VELLOSO, Mônica. “O modernismo e a questão nacional”. In: FERREIRA, Jorge Luís e DELGADO, Lucília. *O Brasil republicano: o tempo nacional – estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁴⁵ Segundo Ângela Alonso, a produção intelectual da geração de 1870 compõe então, as modalidades de crítica a instituições, prática e valores fundamentais do *status quo* imperial e de projetos de reforma. As modalidades variam conforme o grau de marginalização dos grupos em relação às instituições, bens e privilégios da ordem imperial e não conforme a adesão a doutrinas estrangeiras. Cf. ALONSO, Ângela. *Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração de 1870*. RBCS Vol. 15, outubro de 2000.

XIX, como a abolição da escravatura e a proclamação da república, os intelectuais perderam a crença no “espírito do progresso”. De acordo com Márcia Gonçalves:

A premissa se inseriu, por seu turno, na crise de valores éticos e políticos que afetou homens de ciências, das letras e das artes dispostos a rever e conjugar criticamente certas heranças intelectuais dos Oitocentos: o cientificismo positivista, o racionalismo, alargados a partir das influências de 1870, e as perspectivas românticas, místicas, intuitivas, subjetivas, irracionais⁴⁶.

Pretensos à caracterização do nacional brasileiro, os artistas desta primeira fase do modernismo recorreram às vanguardas europeias, adaptando a realidade brasileira às suas reflexões. Já em sua segunda fase, o modernismo buscou dar ênfase ao que caracterizava a produção cultural em solo brasileiro, passando, por exemplo, valorizar o caráter regionalista, que comporia a identidade múltipla da cultura nacional.

Para Márcia Gonçalves, essa mudança nos projetos modernistas, optando pelo distanciamento dos ideais da Belle Époque; e a descrença no progresso foi devida ainda ao acontecimento da primeira Grande Guerra (1914-1918): “A experiência da guerra, nesse sentido, aguçou ódios nacionalistas, potencializou conflitos de classe, tornou urgentes as discussões sobre a maior ou menos participação política dos intelectuais em suas respectivas comunidades nacionais.”⁴⁷.

Segundo Eduardo Jardim de Moraes⁴⁸, o modernismo pode ser dividido antes e depois de 1924 por duas fases, tendo a primeira vertente sido marcadamente estética e contrária ao passadismo romântico; e a segunda não mais pela mera rejeição dessa tradição artística, mas com um novo projeto de modulação do que seria a cultura brasileira. O ideal de redescoberta do Brasil influenciou trabalhos como do Movimento pau-brasil de Oswald de Andrade, assim como a criação do herói brasileiro Macunaíma, de Mário de Andrade. Mais do que buscar a aproximação artística, arquitetônica ou científica mediante aos países “civilizados”, ser moderno passou a significar ser brasileiro e encontrar no Brasil suas singularidades, que o diferenciasse dos demais países.

Uma série de movimentos surgiu em contraposição à valorização da estética européia, com a intenção de forjar uma nova e moderna identidade para o Brasil.

⁴⁶ GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na Obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

⁴⁷ *Ibidem*, pp. 235-236.

⁴⁸ MORAES, Eduardo Jardim de. *A Brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

Detonou-se um processo de reconfiguração do gosto, focando aspectos tradicionais da cultura brasileira, do popular, relacionados especialmente ao período colonial.⁴⁹

Após o surgimento do modernismo, intelectuais vislumbravam a valorização de aspectos que configurassem características genuinamente brasileiras. Nasce assim a necessidade de se preservar o patrimônio, que passaria a ser pensado como elemento cristalizador das singularidades nacionais.

O projeto intelectual de “redescobrimto do Brasil” foi facilitado pelo crescimento do mercado editorial de coleções que fomentavam a construção de uma identidade nacional. Márcia Gonçalves dá destaque a Monteiro Lobato, que já na década de 1920 afirmava que “um país de faz com homens e com livros”⁵⁰. A circulação destes livros veio a corroborar ainda os almejos modernistas no que tange à ruptura com uma cultura bacharelesca, dando ênfase a “Uma perspectiva que liberte mesmo as forças escondidas na nação, os antagonismo entre presente e passado, modernização e atraso, campo e cidade, eruditismo e sabedoria popular.”⁵¹.

A redescoberta do Brasil passa a ser um esforço intelectual calcado nos antagonismos, entre o passado e o futuro, a escola e a cidade. Estudiosos esforçam-se para resgatar nos relatos dos viajantes do século XVI os elementos de construção nacional, porém sob um prisma da diversificação de fontes, utilizando-se não só os relatos oficiais, assim com cartas, entre outros.

Para Eduardo Jardim de Moraes, o interesse dos modernistas pela questão da *brasilidade* decorreu da elaboração do próprio campo da criação artística, que teria ocorrido por volta de 1924, e que implicou a introdução do conceito de tradição como elemento estruturante de uma produção artística que se queria ao mesmo tempo universal e particular- no caso, nacional.⁵²

As questões suscitadas durante o modernismo, assim como o processo histórico de definição da identidade nacional desde o século XIX vieram a desembocar em uma série de iniciativas, que após a proclamação da república e em especial à Era Vargas passaram a formatar o campo das políticas culturais do Brasil ligadas ao patrimônio, visando sempre à integridade da nação, através da valorização do seu passado histórico.

⁴⁹ CHUVA, Márcia. Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Perspectiva Histórica, Ética e Política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (orgs). *Patrimônio Cultural: Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012, p. 70.

⁵⁰ GONÇALVES, Márcia de Almeida. Op. cit., p. 214.

⁵¹ MORAES, Eduardo. Op. Cit., p. 85

⁵² FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009., p. 90.

Durante os anos que se seguiram existiram algumas tentativas frustradas de criação de Inspetorias do Patrimônio nacional, até 1930, com a ascensão de Getúlio ao poder.

Em agosto de 1930, um novo projeto de lei federal foi apresentado à Câmara por Wanderley Pinho, agora Deputado Federal pela Bahia. Entretanto, sua discussão e votação foram impedidas pelos acontecimentos políticos de outubro, que desaguaram na Revolução de 30 e na instalação do governo provisório de Getúlio Vargas.⁵³

A primeira guerra mundial e a crise do sistema liberal em 1929 provocaram profundas transformações em todo cenário internacional. No Brasil, o início do século XX foi marcado pela proliferação de projetos políticos reformistas, que visavam o desenvolvimento nacional. Em contraposição a um sistema de oligarquias, restrito à grandes fazendeiros, principalmente de Minas Gerais e São Paulo, Getúlio Vargas assume a presidente, mediante à revolução de 1930. Os anos de governo de Getúlio Vargas foram decisivos em políticas de centralização nacional. A partir dos anos 1930 cresce a ênfase nas comemorações de efemérides nacionais e construção de monumentos cívicos:

Esse projeto era implementado por uma nova elite de bases urbanas – em oposição às velhas elites agrárias – que veio a dirigir o país sob orientação de uma ideologia nacionalista, autoritária e modernizadora, após a revolução de trinta [...] uma nova nação, através da modernização das estruturas econômicas, político-administrativas e culturais.⁵⁴

De acordo com Fernandes, exemplo desta centralização da república se torna o decreto nº 22.928, de 1933, no qual a cidade de Ouro Preto é elevada à categoria de Monumento Nacional. Segundo o autor, ao elevar a cidade, Vargas não promovia apenas o reconhecimento simbólico do barroco como elemento importante para a cultura brasileira, como também elegia a cidade de Ouro Preto como bastião dos movimentos republicanos, espelhado na figura do mártir Tiradentes.

Em seu primeiro ano de governo, Getúlio Vargas instituiu o Ministério da Educação e Saúde (MES), chefiado por Francisco Campos e que em 34 fora substituído por Gustavo Capanema. De acordo com Lia Calabre: “a gestão Capanema foi marcada por um processo de construção institucional do campo da cultura”⁵⁵, contando ainda com famosos nomes da

⁵³ FERNANDES, José Ricardo Oriá. Op. cit., p. 9.

⁵⁴ GONÇALVES, Reginaldo dos Santos, 1996. Op. Cit., p. 39.

⁵⁵ CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: doas anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2009, p. 16.

intelectualidade brasileira, como Mário de Andrade, Anísio Teixeira, Heitor Villa-Lobos e Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Calabre aponta que, apesar do maior engajamento de Capanema ter se concernido ao campo educacional, foi a partir de sua gestão que se formatou a organização da futura Secretaria de Cultura do MEC e, posteriormente em 1985 o Ministério da Cultura (MinC). Já em 1931, com o decreto nº 19.850 criou-se o Conselho Nacional de Educação com o propósito de elevação do nível cultural brasileiro.

Acreditava-se que a população brasileira possuía um baixo nível cultural originado pela falta de acesso e conhecimento da produção artística e cultural erudita, cabendo ao governo reverter tal situação. Pela primeira vez, surgia na legislação do MES referências ao campo da cultura.⁵⁶

Três anos após era instituída a Inspeção de Monumentos Nacionais, pelo decreto de nº 24.375, no qual estipulava a proteção aos monumentos históricos e de obras de arte tradicionais do Brasil. A inspeção era chefiada por Gustavo Barroso⁵⁷ (diretor do Museu Histórico Nacional), tendo centrado suas obras especialmente em ações de conservação de Ouro Preto. As funções desta instituição foram repassadas ao SPHAN, na época de sua criação.

Em 34 ainda, com a nova Constituição, o Patrimônio Histórico e Artístico nacional é entendido como princípio constitucional, no artigo nº 148, onde se delega à união, Estado e Municípios a “favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual”⁵⁸. Após dois anos, o então presidente do MES, Capanema, solicita a Mário de Andrade que elaborasse um plano diretivo, para que se instituisse o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico nacional (SPHAN).

No projeto para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, Mário defendeu o exame da diversidade artística existente no país e propôs a realização de monografias, que propiciariam compor no futuro uma síntese da cultura nacional [...] propôs ainda a criação de quatro museus para cuidar dos bens considerados patrimoniais; mencionou também as categorias de bem cultural tangível e não tangível, que serviriam de fonte para as mudanças na política de patrimônio introduzidas mais tarde por Aloísio Magalhães.⁵⁹

⁵⁶ Ibidem., p. 17.

⁵⁷ Vale ressaltar a importância desta Inspeção no que diz respeito à valorização na preservação de ruínas de monumentos e castelos. A noção de ruína, será abordada futuramente, e se poderá ver que apesar de ter sido muito explorada ainda no início do século XX, ela será retomada constantemente, inclusive na gestão de Renato Soeiro (sucessor de Rodrigo de Melo e Franco) no Instituto do Patrimônio, já nos anos 1970.

⁵⁸ FERNANDES. José Ricardo Oriá. Op. cit., p. 10.

⁵⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Op. Cit., p. 118- 119.

1.2. O Estado Novo e a Construção do Nacional

A criação do SPHAN coincide com a conjuntura do Estado Novo. Em 1937, após 4 anos de governo provisório e 4 de governo constitucionalista, Vargas perpetua-se no poder através Golpe, vigorando o Estado Novo.

A criação do Sphan, frequentemente apresentada como fruto do heroísmo e do esclarecimento de alguns intelectuais defensores da “identidade nacional”, correspondeu a um momento de transformação do Estado brasileiro, cujo objetivo era adequá-lo a uma nova realidade interna e externa.⁶⁰

O surgimento do SPHAN, assim como as outras iniciativas do MES marca o processo de institucionalização das políticas centralizadoras: “Para implantar esse novo paradigma político era preciso romper com a antiga formação sociopolítica do Brasil, nas qual os interesses pulverizados e as diferenças regionais [...] consistiam em ameaça e barreira à proposta de um poder central.”⁶¹

Essa imagem de harmonia e de consonância de interesses entre o governo e os intelectuais, obviamente simplificadora, é importante no sentido de evidenciar a percepção que o governo autoritário tinha na vantagem de acolher os intelectuais modernistas. A seus olhos, um serviço como o Sphan, se não era propriamente útil a seus objetivos imediatos, ideologicamente contribuía para ratificar uma imagem de coesão social em torno do projeto nacional.⁶²

Segundo Márcia Chuva, ao se historiar a trajetória do patrimônio no Brasil, a figura de Mário foi tomada como legitimadora da criação do SPHAN; ligando o órgão somente às atuações modernistas.

Desse modo, a insistente recorrência à figura de Mário de Andrade como fundador das práticas de preservação cultural no Brasil pareceu estratégica: ela empresta forte carga simbólica e concede legitimidade a todos que pleiteiam parte de sua herança, apesar da distância já constituída no tempo, de mais de 50 anos da sua morte⁶³.

A autora afirma, porém, que a figura do intelectual não tem o mesmo significado para aqueles que participaram do IPHAN desde o seu início. Chuva afirma que esta concepção

⁶⁰ PEREIRA, Julia Wagner. Op. cit, p. 160.

⁶¹ PEREIRA, Julia Wagner. O Tombamento: De instrumento a processo na construção de uma Ideia de Nação. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto (orgs). *Patrimônio Cultural: Políticas de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012, p. 161.

⁶² FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. Cit., p. 122.

⁶³ CHUVA, Márcia. Por uma História da Noção de Patrimônio do Brasil. In: CHUVA, Márcia (org). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 34 / 2012: Memória e Patrimônio*, p. 150.

linear de que Mário fora o “fundador” do Serviço do Patrimônio remete-se a 1980, quando se “contou” pela primeira vez a versão oficial sobre a história do patrimônio no Brasil.

A partir dela, também, foi disseminada a ideia de que o anteprojeto apresentado, em 1936, por Mário de Andrade a pedido do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, para a organização de um serviço voltado para a preservação do patrimônio, no qual propõe a criação do Span (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional), havia sido matricial para a consolidação do texto do decreto lei 25/1937, proposto no ano seguinte por Rodrigo Melo Franco de Andrade ⁶⁴.

Por fim, Márcia Chuva afirma que esta valorização da imagem do “intelectual fundador” das políticas de patrimônio refere-se mais à forja de uma continuidade história do que à realidade de quem acompanhou os processos de criação dos mecanismos de preservação ao patrimônio no Brasil: “No entanto, no depoimento da museóloga Lygia Martins Costa, que atuou no Iphan a partir dos anos 50, esse papel atribuído a Mário de Andrade fica bastante relativizado” ⁶⁵.

Letícia Julião ⁶⁶ aponta ainda que as primeiras ações do SPHAN se distanciaram da visão patrimonial de Mário de Andrade, que se mostrava pluralista quanto às manifestações culturais brasileiras: “o órgão oficializou um conceito de patrimônio restritivo, associado ao universo simbólico das elites, à idéia hierárquica da cultura e ao critério exclusivamente estético dos bens culturais.” ⁶⁷.

De acordo com Julião o SPHAN foi responsável pela entronização do barroco como símbolo nacional. Além da valorização de Barroco, a administração de Rodrigo de Andrade foi marcada pela multiplicação de processos de tombamentos de monumentos e obras arquitetônicas que se referiam a um passado religioso.

1.2.1. Bens imóveis: o estatuto do tombamento e a ideia de *civilização material*

A perspectiva de tombamento foi usada pela primeira vez em solo brasileiro no anteprojeto de Mário de Andrade, em 1936. Sua noção é proveniente do direito português e refere-se à Torre do Tombo de Portugal, no sentido em que a terminologia tem a acepção de registro, catálogo e inventário. Apesar de esta expressão aparecer somente no anteprojeto do

⁶⁴ CHUVA, Márcia. Op. Cit., p. 150.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: Caderno de Diretrizes Museológicas. Brasília. MinC, IPHAN, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2ª ed. Belo Horizonte, SEC, Superintendência de Museus: 2006.

⁶⁷ JULIÃO, Op. Cit., p. 24.

SPHAN, Julia Wagner Pereira afirma que isto não significa que projetos de proteção ao patrimônio já existissem em tempos anteriores:

Os projetos de lei de Alberto Chile (1920), Luis Cedro (1923), Augusto Lima (1924), Jair Lins (1925) e José Wanderley de Araújo Pinho (1930); as inspetorias de monumentos históricos dos estados de Minas Gerais; Bahia e Pernambuco; a declaração das cidades de Ouro Preto e Mariana (MG) e Parati (RJ) como “Monumento Nacional”; a fundação do Museu histórico Nacional (1922) e as atividades da Inspeção de Monumentos Nacionais (1934) influenciaram a formação do pensamento preservacionista brasileiro.”⁶⁸.

A instituição do instrumento do tombamento significou um projeto legal de construção da identidade nacional e está ligado diretamente ao momento político pelo qual o país passava.

O tombamento surgia, assim, como uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público pela preservação de valores culturais. Essa solução se tornou possível na medida em que a constituição de 1934 estabeleceu limites ao direito de propriedade, definindo- lhe o conceito de função social.⁶⁹.

Os bens a serem patrimonializados ou “tombados” se tornariam representações da história e passado nacionais: “Na medida em que são considerados de interesse público, os bens tombados se convertem, em certo sentido, em propriedade na nação”⁷⁰.

Este passado demarcado majoritariamente por sua arquitetura e arte barroca demonstrava a releitura da relação entre Brasil e Portugal, apontando para a importância da mestiçagem para a formação do povo brasileiro. Deste modo, tombamento significaria legitimar e tornar público quais aspectos comporiam a ideia de nação coesa.

E o “tombamento” de bens culturais , mais do que um conjunto de ações administrativas , burocráticas e jurídicas, conforme disposto no Decreto- lei n. 25/1937, é, nesse sentido, um processo pelo qual se constroem historicamente sentidos e significados sobre a nação. Nesse processo, “confirma-se” e a relação orgânica dos bens com o “passado”, sua autenticidade, sacralidade e importância no contexto da nação, elaborando narrativas nacionais que reificam, através do “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, uma história, memórias e valores considerados nacionais.⁷¹

Márcia Chuva aponta que as primeiras administrações do SPHAN – ou a chamada fase heroica- foram marcadas pela valorização dos patrimônios de “pedra e cal”. Neste sentido, vale ressaltar a importância da figura de Rodrigo de Melo e Franco nesta fase, que se tornou

⁶⁸ PEREIRA, Julia Wagner. Op. cit., p. 160.

⁶⁹ FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. Cit., p. 105.

⁷⁰ Ibidem, p. 38.

⁷¹ Ibidem p. 165.

protagonista (apesar de não o único ator) das ações de proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro até o final da década de 1960.

Nessa academia Rodrigo Melo Franco era a figura principal, tinha carisma, era o articulador de redes, o líder do grupo fundador que incluía Mário de Andrade. Além de Mário e Rodrigo, outra figura importante foi Lúcio Costa, que chefiou a Divisão de Estudos e Tombamentos de 1937 a 1972. Outras figuras relevantes foram Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Prudente de Moraes Neto e Manuel Bandeira. A época em que Rodrigo dirigiu o Sphan (de 1936/37 a 1967) é considerada a fase heroica do órgão.⁷²

Neste momento, o Serviço apresentava grande presença de arquitetos: “Arquitetos ligados à vertente modernista ocuparam, desde cedo, postos no Sphan [...] Eles efetivamente tiveram peso significativo no processo de rotinização das práticas de preservação cultural no Brasil.”⁷³

Os arquitetos, assim como os intelectuais que formataram as políticas do SPHAN concentravam-se em conservar grandes monumentos e obras de arte, a fim de inventarem⁷⁴ representações sobre nosso passado nacional.

As atividades de preservação ao patrimônio nacional no Brasil concerniram-se na valorização da cultura material do país, sendo o instituto do tombamento o escopo da proteção de bens imóveis: “Rodrigo justificou essa concentração argumentando que, no século XVIII, mais que em qualquer outra região do país, um número superior de monumentos e obras de arte “com feição mais expressiva” foi produzido em Minas Gerais.”⁷⁵

Impulsionada pela definição de uma nação brasileira, a administração de Rodrigo Melo de Andrade foi marcada pela valorização e inventário de uma *civilização material*.

Foram, portanto, a noção de civilização material, que fundamentava a leitura dos monumentos e objetos, e à qual o patrimônio tombado devia se referir, e a interpretação que os arquitetos modernistas fizeram da arquitetura brasileira, que justificaram os tombamentos da fase heróica.⁷⁶

A ideia de *civilização material* remete ao livro de Afonso Arinos, que foi escrito por este intelectual - e tio de Rodrigo de Melo, após ministrar um curso do SPHAN em 1941, a pedido de Rodrigo. Para Arinos, a *civilização* era “um produto da cultura, suas manifestações

⁷² OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: Um guia*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 120.

⁷³ CHUVA, Márcia, 2009. Op. cit, p. 197.

⁷⁴ Cf. HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁷⁵ GONÇALVES, Reginaldo dos Santos, 1996. Op. Cit., p. 71.

⁷⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres. Op.Cit., p. 110.

aparentes, materializadas em objetos práticos. Civilização seria o domínio objetivo do mundo pela técnica”⁷⁷.

Luciano Teixeira afirma que a ideia de civilização encontrada no exemplo europeu foi nuançada por Arinos neste livro, pois nele expõe a ideia de que a civilização brasileira era marcada por diversas culturas: europeia, africana, indígenas. Teixeira aponta ainda que tal fato não significa que Arinos Melo Franco não considerasse a civilização europeia como “estágio culminante” do progresso humano:

A contribuição negra e índia, muito notável na elaboração do psiquismo nacional, é pouco importante na nossa civilização material, não somente por ter sido absorvida no choque com um meio muito mais evoluído mas também porque as condições de sujeição em que viviam as raças negra e vermelha não permitiam a expansão pela das suas respectivas formas de cultura.⁷⁸

Ao se analisar os traços da obra de Arinos, se observa as ideias de Freyre em *Casa Grande e Senzala*, que segundo Teixeira, serviu de referência para a discussão sobre moradias, edificações civis, militares e religiosas. Teixeira afirma que alguns destes temas já haviam sido tratados em alguns historiadores, entretanto o diferencial de Afonso Arinos propunha uma revisão na escrita da história do Brasil que contribuíssem ao Serviço do Patrimônio.

Uma proposta de revisão da história do Brasil, incorporando elementos de outras áreas - antropologia, história da arte-de modo a contribuir na construção do novo espaço institucional que o Sphan propugnava programa cujo desdobramento deveria ser realizado pela *Revista*⁷⁹, concretizando pesquisas e estudos já rascunhos na obra de Afonso Arinos.⁸⁰

A proposta de renovação no campo historiográfico do SPHAN suscitado por Arinos Melo e Franco cristaliza as futuras ações do Serviço em mapear os elementos constitutivos desta civilização material, que ia “desde azulejos até a habitação dos índios timbira, das fontes e chafarizes do Rio de Janeiro até o estudo das origens da cidade de Sabará”⁸¹. Estes elementos eram tomados como patrimônio nacional a partir de uma gama de métodos que validavam a autenticidade histórica do objeto, através da análise de fontes documentais.

⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de apud LEAL, Cláudia Baeta; SORGINE, Juliana; TEIXEIRA, Luciano dos Santos; THOMPSON, Analucia. História e civilização material na Revista do Patrimônio. In: CHUVA, Márcia (org). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n° 34 / 2012: Memória e Patrimônio*, p. 187.

⁷⁸ MELO FRANCO apud TEIXEIRA, Luciano dos Santos. Civilização Material, História e preservação em Afonso Arinos. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (orgs). *Patrimônio Cultural: Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012, p. 52

⁷⁹ O autor se referia à revista do SPHAN.

⁸⁰ TEIXEIRA, Luciano dos Santos. Op. Cit., p. 53.

⁸¹ *Ibidem*, p. 54

Não obstante a diversidade de critérios empregados na justificativa de seleção e qualificação dos bens, por exemplo, valores afetivos, étnicos, pluralidade sócio-brasileira, arte e cultura “popular” ou o potencial turístico, o tombamento realiza uma homogeneização simbólica dos bens culturais sob a retórica nacional.⁸²

Por fim, Teixeira mostra que todo este investimento no patrimônio nacional coincidia com tombamentos e ações de preservação do SPHAN a monumentos e relíquias do período colonial: “O tempo do patrimônio, então delimitado, é o tempo das fundações histórico-culturais do país, o tempo da colônia, origem e destino de nossa singularidade nacional.”⁸³

A ideia de patrimônio no Brasil evocou, pelo menos até a década de 1970, o caráter material da cultura nacional, ou seja, a imagem de monumentos e relíquias históricas como “tesouros” históricos do Brasil. Já no governo de Juscelino Kubitschek, o projeto modernista de construção da civilização material se concretizou, na imagem da nova capital, Brasília, projetada pelo arquiteto Lúcio Costa. Neste sentido, se pode afirmar que não houveram rupturas significativas na atuação do SPHAN desde sua criação.

Nos governos Dutra, Vargas e JK, o Estado não desenvolveu atuação marcante na área cultural, à exceção do apoio dado por JK à arquitetura modernista, desde a Prefeitura de Belo Horizonte, nos anos 40, quando foi construído o conjunto da Pampulha. No campo da criação artística, o modernismo se consolidou e seus grandes nomes foram definitivamente consagrados.⁸⁴

1.2.2. O fim da fase heroica e o Regime Militar

A partir da década de 1960 a gestão de Rodrigo Melo de Andrade é posta em cheque, o classificam como “elitista, exclusivamente técnico e alheio aos debates e às inovações no campo das políticas culturais”⁸⁵. É a partir deste momento também que surgem críticas ao “alto modernismo” dos anos 50, que na opinião dos intelectuais de esquerda não poderia mais ser visto como um movimento de oposição.

Nas décadas de 1950 e 1960 ocorreram grandes mudanças no modelo de desenvolvimento brasileiro, responsáveis pelos impasses com que a política de preservação do Sphan foi confrontada, levando a instituição, e outros setores da administração pública que passaram a se interessar pela questão, a recorrer a novas alternativas de atuação. [...] Na

⁸² PEREIRA, Júlia Wagner. Op. Cit., p. 167.

⁸³ TEIXEIRA, Luciano dos Santos. Op. Cit., p. 54

⁸⁴ FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. Cit., p. 132.

⁸⁵ JULIÃO, Letícia. Op. Cit., 25

prática do Sphan, surgiram tensões agudas, especialmente na preservação das cidades históricas e dos centros históricos das grandes cidades.⁸⁶

A década de 60, marcada pela radicalização política do governo militar perpassou a articulação de diversos setores da sociedade, em especial adeptos aos ideais do Partido Comunista (PC). No campo artístico, os Centros Populares de Cultura (CPC) propunham as práticas culturais como militância política. Deles participaram artistas e intelectuais que iriam figurar a área cultural no Brasil nos anos seguintes.

A expressão nacional-popular, em tom didático, que predominara nos anos anteriores – e que recorria à farsa e à caricatura, ou ao tom épico – passou a coexistir com uma linguagem artística propositalmente ambígua, que preferia a paródia e a alegoria [...] Em 1968, os estudantes assumiram a liderança das manifestações coletivas que desencadearam o Ato Institucional nº 5. A repressão que se seguiu atingiu profundamente a atividade intelectual e artística, desarticulando inclusive as universidades e a imprensa.⁸⁷

Foi apenas com a distensão no governo Geisel que o regime militar passou a atuar de forma efetiva na organização da vida cultural do país. Este período coincidiu com a crise econômica internacional do petróleo, passando a ideia de “milagre econômico” do regime militar a ser criticada por esta razão. A crise estendeu-se também no meio intelectual e aos paradigmas marxistas.

A administração de Rodrigo de Melo Franco de Andrade que terminou em 1967, deixando Renato Soeiro no poder, que teve sua atuação na valorização do patrimônio material ligado à arquitetura colonial e religiosa, assim como às obras de artes. Soeiro ficou na instituição até 1979, dando continuidade às ambições patrimoniais de Rodrigo de Andrade, incorporando, porém as orientações de preservação dos bens culturais orientadas pela UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) desde 1965, principalmente no que diz respeito à atrelar valorização dos bens culturais ao desenvolvimento econômico e turístico.

As iniciativas de modernização da política cultura se deram a partir de 1975 com a criação do Centro Nacional de Referencial Cultural (CNRC)⁸⁸ sob a coordenação de Alouísio Magalhães, onde “promoveu-se uma reflexão crítica e uma renovação conceitual no campo da

⁸⁶ FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. Cit., p. 141.

⁸⁷ Ibidem, p. 134.

⁸⁸ O CNRC não partiu da burocracia estatal. Foi fruto de conversas de um grupo que se reunia em Brasília de empresários e professores universitários. Tinha como alvo encontrar uma “nova maneira de equacionar a velha questão da identidade nacional, vinculando a questão cultural à questão do desenvolvimento”. Cf: Ibidem, p. 144.

preservação conceitual no campo do patrimônio cultural”⁸⁹. A novidade na proposta do CNRC era a ruptura com a ideia dicotômica entre o erudito e popular, presente nas ações do IPHAN, que valorizavam o erudito e na visão romântica dos folcloristas da década de 1950, que se centravam nas manifestações populares. Procuravam as especificidades culturais locais em prol do desenvolvimento, ainda com base na ideia do nacional- popular: “Tratava-se de revelar um interesse até então não percebido: sua capacidade de gerar valor econômico e de apresentar alternativas apropriadas ao desenvolvimento brasileiro”⁹⁰.

Neste sentido, foi adotada a noção de bens culturais como parte importante para o desenvolvimento do país. Em 1979 Alouísio Magalhães ascende à presidência do IPHAN, que passa a reconhecer as diversidades culturais e os produtos do fazer popular.

Também em termos conceituais, a ênfase dada aos monumentos da cultura do colonizador tornava problemática, nos anos 70, uma identificação social mais abrangente com o patrimônio. Para setores modernos e nacionalistas do governo, era necessário não só modernizar a administração dos bens tombados, como também atualizar a própria composição do patrimônio, considerada limitada a uma vertente formadora da nacionalidade, a luso-brasileira, a determinados períodos históricos, e elitista na seleção e no trato dos bens culturais, praticamente excluindo as manifestações culturais mais recentes, a partir da segunda metade do século XIX, e também a cultura popular. Essa atualização era a proposta do CNRC.⁹¹

Com a Lei da Anistia, no governo Figueiredo ocorreu à reorganização dos partidos, culminando às diretas já e a eleição de Tancredo Neves à Nova República, que durou até 14 de março de 1990.

No Governo Figueiredo, durante as gestões de Eduardo Portela e de Rubem Ludwing no MEC, ocorreu uma reestruturação da área cultural no governo federal, que culminou com a criação da Secretaria da Cultura, em 1981, onde se aglutinaram todos os órgãos culturais do ministério, sob a direção de Aloísio Magalhães.⁹²

Vista mais como um arranjo político, a criação do Ministério da Cultura no Governo Sarney. Dentre as iniciativas de modernização da política cultural no país neste momento, cita-se a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM) em 1980, que segundo Calabre, ““tinha personalidade jurídica de direito privado sendo, segundo lei “destinada a contribuir

⁸⁹ JULIÃO, Letícia. Op. Cit., p. 26.

⁹⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. Cit., p. 151.

⁹¹ Ibidem p. 143.

⁹² Ibidem, p. 136.

para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração, a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no país”⁹³.

O Departamento do Patrimônio se tornou Secretaria (SPHAN) e passaria a realizar os procedimentos técnicos de proteção ao patrimônio, enquanto a Pró-Memória seria o órgão executivo. Reunidos sob o comando de Magalhães, IPHAN, FNpM e CNRC passaram a sofrer críticas pelo seu possível alinhamento com o governo militar.

Mas a ampliação da esfera de uma política de patrimônio se apresentava como um imperativo mais forte para os agentes do CNRC, e depois para ao da FNpM, em função do sentido social que queriam imprimir a seu trabalho – para não falar, em alguns casos, de seus compromissos pessoais, em decorrência de suas vinculações políticas e/ou profissionais. A esses fatos veio se juntar, no final dos anos 70 e início dos anos 80, a pressão da mobilização social pela reconquista dos direitos políticos. Era forçoso reconhecer que, na prática de projetos mais complexos (Maceió, Suape e, posteriormente, Ouro Preto), as propostas do CNRC revelaram-se insuficientes para operacionalizar a relação entre cultura e desenvolvimento e assegurar às populações dessas áreas meios para defender seus interesses e suas culturas.⁹⁴

1.2.3. Bens Móveis: A gestão de museus no Brasil

No que diz respeito aos bens patrimoniais/culturais móveis, se vê que a tutela de tais delegada a compor os acervos museus. Os museus, vistos como lugar privilegiado da memória material e espaço de poder, exercem a articulação destes bens em prol de uma narrativa: “Onde há museu há poder e onde há poder há exercício de construção de memória. Memória e poder exigem-se”⁹⁵.

A origem da noção de museu provém da criação de coleções e templos; neste sentido, se relaciona à prática do colecionismo, presente na humanidade desde os tempos antigos. Tido com *status* de riqueza, sofisticação e poder, objetos já eram colecionados na Roma antiga, através da pilhagem nas guerras termo Museu deriva do templo das Musas na Grécia Antiga.

Já na Idade Média, o colecionismo estava atrelado à Igreja Católica, através das doações de seus fiéis, a instituição acumulava grandes tesouros e os usava para fortalecer alianças e financiar guerras contra seus inimigos.

Valle ressaltar ainda a importância do Renascimento para o Colecionismo, se podendo afirmar que o século XV inaugurou a visão de museu como depósito de bens que representassem o passado. Os antiquários, profissão tão valorizada na renascença eram vistos como especialistas sobre as artes e curiosidades sobre o mundo antigo Greco-Romano.

⁹³ CALABRE, Lia. Op. Cit., p. 96.

⁹⁴ FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. Cit, p. 166 -167.

⁹⁵ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Op. cit., p. 148.

Segundo Françoise Choay, entre os séculos XV e XVIII, a Europa volta sua atenção à cultura material do passado, promovendo um vasto estudo sobre a antiguidade clássica⁹⁶.

A autora afirma, entretanto, que é na noção de patrimônio histórico e de museologia suscitado no contexto pós Revolução francesa que se apoia a visão contemporânea: “os revolucionários de 1789 não pararam de sonhar com os monumentos e de construir no papel os edifícios pelos quais queriam afirmar a nova identidade da França”⁹⁷. Tal identidade, seria conquistada pela ideia de coletividade, que segundo José Reginaldo Gonçalves se define a partir de seus bens culturais e estes compõem a noção de patrimônio ligada à história da nação. Assim, monumentos, relíquias, cerimônias e demais tradições funcionam como elo para fortalecer a identificação coletiva⁹⁸.

Segundo Mário Chagas, a ideia de museu na contemporaneidade tem pouco mais de 200 anos e coincide com a conjuntura histórica do iluminismo e da formação dos Estados Nacionais, entre os séculos XVIII e XIX, que se consolidaria já no XX⁹⁹. De acordo com Julião, a noção contemporânea de museu emergiu da reação ao terror. Após a revolução, os bens que compunham as coleções financiadas pelos nobres foram direcionados para o povo: “No caso dos bens móveis, estes deveriam ser transferidos para depósitos abertos ao público, denominados, a partir de então, de museus”¹⁰⁰.

Remetendo-se ao Brasil, se vê que este se espelhou no movimento revolucionário francês, estando as iniciativas na área da museologia no Brasil relacionadas ao aspecto das luzes e a ideia de integração nacional. Assim como na historiografia, os museus eram inspirados nos modelos europeus e norte americano. De acordo com Letícia Julião, neste século existiam dois tipos de museu no mundo: os que construía um discurso de história nacional através da celebração a atos e personagens heroicos (vertente europeia) e os de ciências naturais (vertente americana). Com a vinda da corte, a maioria dos museus instalados em território brasileiro era de caráter etnográfico, ou ligada às ciências naturais, como a paleontologia e a arqueologia.

Com a vinda da corte, a maioria dos museus instalados no Brasil eram de caráter etnográfico, ou ligados à ciências naturais, como a paleontologia e a arqueologia. Dentre outras ações, foram instalados no século XIX o Museu Real, Museu do Exército, Museu da Marinha, o Paraense, o Emílio Goeldi e por fim no Museu Ipiranga. Neste sentido, evidencia-

⁹⁶ CHOAY, Françoise. Op. cit., p. 62.

⁹⁷ Ibidem, p. 19.

⁹⁸ GONÇALVES, 1996, p. 81.

⁹⁹ CHAGAS, Mário. Casas e Portas da Memória e do Patrimônio. In: *Em Questão*. V. 13, n. 2, p. 207-224, jul/dez 2007, p. 209.

¹⁰⁰ JULIÃO, Letícia. Op., cit., p. 120.

se a relação do projeto de suas coleções e exposições referentes à concepção da evolução biológica, que gerou as teorias de evolucionismo social.

No Brasil, o alinhamento do discurso nacional à museologia se deu, principalmente, a partir da criação de do Museu Histórico Nacional já em 1922(fundado em comemoração ao centenário da independência do Brasil), que pelo projeto de intelectuais ligados a Gustavo Barroso, passava a ter a missão de educar o povo através da materialização da tradição e de uma história oficial. Tal materialização viabilizava a reconstrução do passado por si mesmo e pretendia fazer um elo entre império e a república.

Barroso foi diretor do Museu por mais de trinta anos, só tendo sido afastado do cargo entre os anos de 1930 e 1932, devido a “diferenças” em relação ao governo Vargas [...] Barroso era um administrador centralizador. Desejoso de resgatar a memória nacional através de fatos e personagens ligados principalmente à história militar do país – as grandes lutas e combates, tais como Mascates e Farrapos; e os grandes líderes, tais como Caxias, Osório, Tamandaré e os Imperadores Dom Pedro I e II, tudo no Museu seguia os seus pensamentos e considerações, delineado não pelo que a historiografia da época começava a produzir, mas por aquilo que ele achava o mais importante, que seria a memória da nação¹⁰¹.

A instituição do MHN viabilizava a reconstrução do passado por si mesmo e pretendia fazer um elo entre império e a república. De acordo com Priscila Faulhaber e Helena Vieira Souza, Barroso fora afastado de seu cargo devido a “diferenças” com o Governo Vargas, retornando porém, em 1932 e continuando por mais 28 anos no cargo de diretor do MHN. O museu cristalizaria a visão patrimonial de caráter elitista de Gustavo Barroso, especialmente após a criação do curso de museus no MHN a partir de 1932 e visto como acadêmico somente em 1951.

Acreditamos que Barroso sabia que não bastava criar um Museu com a História da nação, era preciso formar gente qualificada que soubesse lidar com esse mundo e conseguisse manter essa ideia. Era, inegavelmente, um curso de caráter conservador e elitista, que formou profissionais para atuarem em museus de todo o país – os chamados “conservadores de museu”, que tinham um corpo de saberes geral e outro especializado – de acordo com a especialização desejada pelo aluno, em Museus Históricos ou Museus de Belas-Artes, em três (inicialmente) dois anos. Dessa forma, a perspectiva de Barroso atingia um grande número de filhos de boas famílias, que tenderiam a repeti-la em diversos museus do país, e no próprio MHN, após a morte de Barroso.¹⁰²

¹⁰¹ FAULHABER, Priscila; SOUZA, Helena Vieira. Patrimônio e Museus – A Criação do Museu Histórico Nacional e sua Relação com o Contexto Intelectual da década de 1920. In: XIV Encontro Nacional ANPUH-RIO: Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro: UNIRIO, 19 a 23 de Julho de 2010. ISBN: 978-85-60979-08-0, p.4-5.

¹⁰² FAULHABER, Priscila; SOUZA, Helena Vieira. Op. Cit., p. 6.

Os padrões estéticos de construção nacional se perpetuaram na política de criação de museus nacionais mesmo após descentralizar das mãos de Gustavo Barroso e dos seus “herdeiros no MHN”, os ditames da museologia brasileira, continuou priorizando um discurso elitista através da criação dos museus de: Belas Artes (1937), Ouro Preto (1938), Missões (1940), Museu Imperial (1940), Museu do Ouro (1945), Del Rei (1946), Diamante (1954) e o Palácio do Catete (1960), em maioria ligados a mineração e ao barroco.

1.3. Novas Perspectivas

Segundo Letícia Julião, a partir da década de 1980 novos conceitos emergiram n campo do patrimônio cultural internacionalmente. Este processo foi marcado pela valorização antropológica da cultura¹⁰³ e refletiam ainda ao processo de redemocratização do Brasil – prova da mudança foi a constituição de 1988, que ampliaria os direitos dos cidadãos.

A via da cultura passou a constituir, nos anos 70 e 80, um caminho privilegiado para a elaboração de novas identidades coletivas e um instrumento fundamental para os grupos sociais que as constroem, e que, muito frequentemente, contestam a legitimidade dos patrimônios históricos e artísticos nacionais.¹⁰⁴

Segundo Fonseca, a constituinte de 1887-88 contou majoritariamente com vozes “oficiais” da área da cultura. Entretanto, apesar disto, a constituição representou grande avanço na área de proteção ao patrimônio, visto que os artigos 215 e 216 distendiam a noção de patrimônio.

Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 constituíram inegável avanço, no sentido de tratar da questão cultural de forma mais abrangente e matizada. A noção de patrimônio cultural foi ampliada, os direitos culturais foram mencionados [...] e a sociedade surgiu ao lado do Estado como sua parceira na promoção e na proteção da cultura. Outro indicador do lugar da cultura no texto constitucional foi a inclusão, no artigo relativo às ações populares (art. 5º), da proteção ao “patrimônio histórico e cultural”.¹⁰⁵

Os anos de 1980 e 1990 foram marcados pela abertura política e pelo surgimento de novos desafios. Cria-se em 1985, pelo decreto nº 91.144, o Ministério da Cultura,

¹⁰³ Pode-se analisar a valorização antropológica da cultura à “reação aos Annales”, que segundo Burke significaria uma guinada para a “Antropologia Cultural” e a recusa da utilização da antropologia como um mero acessório. “No final da década de 70, os inconvenientes dessa espécie de história tornaram-se visíveis. De fato, houve algo como que uma reação negativa indiscriminada contra a abordagem quantitativa. Ao mesmo tempo se formava uma reação contrária ao que os Annales defendiam, especialmente contra o domínio da história estrutural e social”. BURKE, Peter. Abertura: Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP (FEU), 1993, p. 66.

¹⁰⁴ FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. Cit., p. 170.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 138.

promovendo destaque a separação da educação e da cultura do país. Em 1986 é aprovada a lei de incentivo “Sarney”, que inaugura a prática do mecenato e descentraliza as ações culturais das mãos do governo. De acordo com Calabre, a gestão de Sarney marcou, entretanto “grande instabilidade política dentro do Ministério da Cultura [...]”¹⁰⁶, como a descontinuidade de projetos de pesquisa.

Em 1988 promulga-se a nova constituição, que visava maior inclusão social e a distribuição da gestão da cultura para órgãos municipais e estaduais. Em 1990, no governo Collor é extinto o Ministério da Cultura (MinC), que passaria a ser Secretaria. Este ato terminou com várias pastas e incorporou o Pró-Memória à fundação da Biblioteca Nacional. O MinC foi recriado dois anos depois no Governo de Itamar Franco, tendo este mais evidência no governo posterior, de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

É ainda na década de 1990 que a América Latina é inserida no contexto de globalização, submetendo-se à lógica do mercado capitalista. Destaca-se, a este ponto, a marca do neoliberalismo no período de governo de FHC, dando-se ênfase ao papel das leis de incentivo, como a Rouanet, que representaram um terço da legislação cultural promulgada durante este período direcionada à questão do incentivo fiscal.

De acordo Nilson Alves de Moraes, a partir desta época se deu ainda a entrada do capital e mídia sobre a produção cultural brasileira: ‘Em 1995, o Ministério da Cultura (MinC) publicou um documento no qual apresentava a política oficial para o setor e cujo título expressava bem seus propósitos: “cultura é um bom negócio”’¹⁰⁷. De acordo com o autor, pesquisas sobre as políticas museológicas no Brasil durante a gestão Lula, estão ainda em fase embrionária. Neste sentido, ele cita alguns estudos pontuais e reflexões organizadas pelo Centro de Estudos Multidisciplinares da Cultura (CULT/UFBA), que permitem entender brevemente como se deu a transição entre a crença a gestão liberal de FHC para a gestão do presidente Lula.

Segundo Moraes, o predomínio neoliberal na América Latina fora fortemente abalado por sucessivas crises financeiras, enfraquecendo a crença neste modelo de gestão. A ascensão do Lula em 2003 representaria então, a esperança na esquerda, tendo em vista a ampliação da ideia de cultura enquanto reconhecimento do outro. A agenda do governo a partir de então se caracterizaria na incorporação de novos temas e na redefinição dos locais de produção cultural.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 104.

¹⁰⁷ MORAES, Nilson de. *Discurso, Análise de Discurso e Memória*. Disponível em: <www.nilsonmoraes.pro.br/nm/NM>. Acesso em: 18 mar. 2012, p. 58.

Ainda neste interim se passa a redefinir a área da proteção do patrimônio no Brasil, sendo postas em pauta novas questões sobre a participação da sociedade civil nos processos de salvaguarda aos bens imóveis. De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca, com a redemocratização do Brasil, novos desafios foram lançados e tem perpassado o campo das políticas até os dias de hoje. No que concerne ao presente trabalho, são eles aqueles relacionados ao trato de tais políticas com os grupos sociais (que aqui se optou chamar de comunidade) abarcam.

Segundo a autora, a partir da década de 1980 a questão central não era mais a relação entre cultura e desenvolvimento, ou coesão nacional e sim como a cultura poderia garantir a cidadania. Neste sentido, vale refletir sobre como as ações de patrimonialização vem se configurar como uma garantia de direitos culturais e humanos em geral. A questão do patrimônio passa a ser pensada não de forma verticalizada e autoritária, passando a se valorizar a participação da sociedade civil na eleição de seus próprios bens culturais.

Se a emergência da noção de patrimônio histórico e artístico nacional se deu no âmbito da formação dos Estados – nações e da ideologia do nacionalismo, sua versão atual, enquanto patrimônio cultural, indica sua inserção em um contexto mais amplo- o dos organismos internacionais- e em contextos mais restritos – o das comunidades locais.¹⁰⁸.

1.3.1 A Nova Museologia e sua aplicação em solo brasileiro

O campo da museologia viveu, desde o fim da Segunda Guerra mundial, mudanças gradativas, que tomariam proporções internacionais. Após tal evento histórico é criado o Conselho Internacional de Museus (ICOM) em 1946, que ligado à UNESCO iria intervir nas políticas de museu de todo o mundo.

Em 1948 é criada a Organização Nacional do ICOM, Unicom, que hoje se chama ICOM- Brasil. Através desta organização, passou-se a debater a função dos museus em nível nacional. A partir da formação de redes de intelectuais, se iniciava um processo de discussão da atuação da museologia no Brasil na ampliação de seu público. Um grande tema mobilizador destas discussões era a questão da educação nos museus.

No ano de 1956 se realizou o primeiro Congresso Nacional de Museus em solo brasileiro, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais. Este encontro proporcionou a discussão sobre o papel da educação museal e a relação entre museus e instituições. Contando com o presidente do Sphan à época, Rodrigo de Melo e Franco como presença de honra, este

¹⁰⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. Op. Cit., p. 75.

congresso pode ser visto como uma maneira de estreitar as relações entre o ICOM, o MEC e o Serviço do Patrimônio. Foi profícuo ainda no sentido do incentivo à eventos futuros. Entre 1956 e 1962 ocorreram os três primeiros congressos nacionais de museu no Brasil e o Seminário Regional da UNESCO em 1958.

Do segundo Congresso de Museus, em 1959, sabe-se que enfatizou a relação educação-museu abordada no primeiro. Tendo o terceiro mais destaque pela questões suscitadas em relação à elaboração de diretrizes para as políticas de museus. Um ponto a destacar na realização deste evento diz respeito à formulação da Associação Brasileira de Museologia (ABM), que seria criada no ano posterior ao do Congresso, em 1963.

No que se refere ao Seminário Regional de 58, vale destacar a participação de membros do ICOM e parceria da UNESCO, com a presença de representantes de diversos países, inclusive Henri Rivière, presidente do ICOM no momento.

Como citado anteriormente, se vê que a partir da década de 1960 levantaram-se oposições a política de valorização da cultura material exercida pelo então DPHAN (Diretoria do Patrimônio). A partir da década de 1970 e principalmente na de 80, novos conceitos emergiram no campo cultural.

Este processo foi marcado pela *valorização antropológica da cultura*. No campo da museologia, esta “girada antropológica” se deu em âmbito internacional e tem como marco inicial a mesa de Santiago em 1972, por esta se tratar de uma tomada de posição política frente aos governos centralizadores e de opressões militares, tendo por destaque o surgimento do conceito de *Museu Integral*.

Este conceito tem como premissa a integração da comunidade no cotidiano do museu, levando este a ser visto como instrumento de ação e transformação social. A função do *Museu Integral* seria intervir na sociedade para guia-la, conscientizá-la. Apesar da visão ainda verticalizada de museu, a carta de Santiago lançou profícuas reflexões acerca do papel do museu para com seu público.

Já em 1984, com a declaração de Quebec passa-se a pensar a *Nova Museologia* em contraposição à *Museologia Tradicional*. Como diferenças entre antiga e nova museologia se pode citar que: os museus tradicionais valorizariam os edifícios, suas coleções, tendo um público determinado e a função educadora; já os novos museus pensariam o território, ligando-o ao patrimônio, tendo a comunidade como participante de um processo pedagógico conjunto.

Outras reformulações na área museologia se encontram ainda na declaração de Caracas, que passou a considerar o museu não como *Integral*, mas como *Integrado*. A

contribuição ímpar desta declaração concerne à cooperação entre museus e comunidade em prol de objetivos específicos. Ademais, vale ressaltar que as críticas à área da museologia, que se iniciaram já da década de 1960 mostravam o quão necessário se considerava o papel do museu para o campo cultural do país. A partir deste momento de contestação, o museu deixou de ser visto como lugar sacralizado e detentor de discursos oficiais para transformar-se em um lugar de aprendizado e construção cultural compartilhada.

As transformações na área da museologia se dariam a sentir a partir de 2003, com a inserção do museu enquanto objeto central das políticas culturais nacionais e o alinhamento às pretensões renovadoras do então ministro da Cultura Gilberto Gil.

No mesmo ano fora instituída a Política Nacional de Museus (PNM), que visava ampliar a noção de museu, buscando fomentar a diversidade cultural. Neste sentido, foram instituídos mecanismos para efetivar a participação democrática na discussão sobre novas diretrizes para a museologia brasileira, como vários Editais voltados para museus e ainda a criação do Fórum Nacional de Museus, que viabilizaria a descentralização do discurso museal, passando a abarcar grupos de atores diversos.

Nos primeiros fóruns foram discutidos a inserção do museu nas políticas públicas culturais, a relação entre museu, sociedade e Estado e a centralidade destas instituições no plano de políticas públicas. Os encontros visavam contribuir ao debate sobre o papel do museu, extrapolando as discussões sobre preservação de bens culturais e históricos.

O processo de democratização das estratégias de gestão cultural na área dos museus foi, segundo Moraes, em muito devido aos esforços do DEMU, o Departamento de Museus e Centros Culturais, que apesar de ser um braço do IPHAN passou a incorporar tais discussões, ampliando o espaço de atuação a militantes e profissionais de museus. Segundo o autor, o DEMU:

Atuou como instrumento estratégico desta geração na construção de uma ossatura institucional que o discurso desses museólogos anunciava. O grupo, reunido neste Departamento, era fundamentalmente – mas não exclusivamente - movido por uma perspectiva operativa. Ele não excluía antigas lideranças da área, ao contrário, procurou cooptá-las. Mais tarde, ele foi responsável pela formação de um concurso público que multiplica os profissionais envolvidos no campo.¹⁰⁹

O autor afirma ainda que as iniciativas do DEMU implicaram na abertura das ações da área, provocando o deslocamento da legitimidade sobre as políticas museias, que antes se detinham as faculdades. Tais iniciativas tinham como princípio a ideia do museu enquanto

¹⁰⁹ MORAES, Nilson de. Op. Cit., p. 62.

“rés publica”, destinando-se aos cidadãos como parte do exercício de cidadania por meio do direito à memória, educação e história.

No contexto após primeiro Fórum de museus fora criada ainda a Semana Brasileira de Museus (SBN) com o objetivo de aprofundar as relações entre os museus e a sociedade. A ideia deste evento seria abarcar todos os museus, mesmo que não estando ligados ao IPHAN. Todas estas ações, alicerçadas na criação de uma Política Nacional de Museus puderam aprofundar os debates e as alianças com a sociedade civil, culminando na criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) pelo Decreto nº 5264, de 5 de novembro de 2004.

As principais diretrizes do SBM seriam:

Valorizar, registrar e disseminar saberes e fazeres específicos do campo museológico, contribuir para melhorar a organização, a gestão e o desenvolvimento de instituições museológicas e acervos museológicos, contribuir para a interação e a integração entre pesquisadores, professores, gestores e técnicos que atuam no campo museológico, promover a cooperação nas áreas de aquisição, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação, difusão e capacitação de recursos humanos.¹¹⁰

O SBM funcionaria então como um instrumento para organização e consolidação do Sistema do que viria a ser o Cadastro Nacional dos Museus, possibilitando a formulação de prioridades na área museal. O Sistema influenciou ainda a ideia de criação de um Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), independente do IPHAN, que já era mencionado por Gilberto Gil no relatório de Gestão do Ministério de 203 a 2006. De acordo com o ministro, O IBRAM seria baseado nas concepções pluralistas de Mário de Andrade, partindo de uma noção mais popular e integrada.

A reeleição de Lula garantiu a estada de Gil no Minc, promovendo continuidade aos almejos do DEMU. No final do ano de 2008 o Projeto de Lei 3591/08 do Poder Executivo foi aprovado - após três fóruns e de enfrentar oposição membros do IPHAN que acusava o MinC de gasto desnecessário do orçamento para área da cultura- o IBRAM é regulamentado pelo presidente Lula em Janeiro de 2009.

Ao IBRAM caberá formular uma política cultural para todos os museus brasileiros (não só os federais, mas incluindo os privados); melhorar os serviços do setor; promover o acesso e garantir o aumento das visitas e da arrecadação dos museus; fomentar políticas de aquisição e preservação dos acervos; e, por fim, promover e articular ações entre museus e instituições da área.¹¹¹

¹¹⁰ DECRETO 5264, 2004, p. 128 apud MORAES, Nilson de. Op. Cit., p. 63

¹¹¹ Ibidem, p. 66.

1.3.2. Patrimônio e sua face Imaterial

Após a Segunda Guerra Mundial, começou a existir um processo de alargamento da noção de patrimônio. Neste sentido, ao longo dos anos, os bens patrimoniais passaram a serem vistos também nas práticas culturais. Essa noção, porém, não se baseava em modelos europeus. Grande parte das mudanças no pensar sobre o papel do patrimônio nas políticas culturais diz respeito à abertura para ações empreendidas em países do considerado “terceiro mundo” e de países da Ásia.

Márcia Sant’Anna afirma que no mundo ocidental, a experiência com o patrimônio intangível teve como gatilho os acontecimentos pós-guerra, sendo esta um processo lento de transformações e influenciada pelas práticas orientais e terceiro mundistas: “No mundo oriental, os objetos jamais foram vistos como os principais depositários da tradição cultural [...] De acordo com essa concepção, as pessoas que detêm o conhecimento preservam e transmitem as tradições, tornando-se mais importantes do que as coisas que as corporificam”¹¹².

No ocidente, a questão se inseriu com a participação da UNESCO em diversos países e principalmente, a partir de 1972, quando ocorreu a Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, onde “países do Terceiro Mundo reivindicaram a realização de estudos para a proposição, em nível internacional, de um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural.”¹¹³.

A resposta às questões levantadas em 72 foram obtidas somente em 1989 mediante ao documento aprovado pela Conferência Geral da Unesco, que recomendava que aos países membros da instituição a identificação, salvaguarda e difusão da cultura tradicional e popular através de registros e inventários.

No Brasil, a constituinte de 1987/88 trouxe redimensionamentos para as práticas patrimoniais, tendo sido a culminância da efervescência cultural e política dos anos anteriores, que redefiniu as relações entre Estado e sociedade. A Nova Constituição mostra os primeiros sinais para o estabelecimento de uma política voltada para o patrimônio imaterial em seus artigos 215 e 216.

¹¹²SANT’ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p52.

¹¹³ Ibidem, p. 53.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional.

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.¹¹⁴.

Mediante a ampliação da noção de patrimônio, os debates sobre proteção patrimonial foram estendidos, possibilitando a inserção da sociedade civil nos processos de elaboração das políticas culturais. Maria Cecília Londres Fonseca¹¹⁵ afirma que este processo ampliou ainda o conceito de cidadania, pois passou a reconhecer direitos culturais de grupos diferentes. Dentre os direitos, estão à memória e à fruição cultural. A extensão destes conceitos proporcionou ainda a valorização de patrimônios locais e regionais, diferindo das ações patrimoniais anteriores, que visavam a coesão nacional através da formação de uma identidade comum.

A noção de patrimônio imaterial no Brasil foi, de certa maneira, um desdobramento dos estudos folcloristas brasileiros do meado do século XX. A corrente folclorista previa a preservação das manifestações culturais “ameaçadas de extinção”, como uma eminência da globalização e modernização do mundo, principalmente após a segunda Guerra Mundial

Iniciativas ligadas ao folclore acompanhavam de perto o movimento da Unesco, logo após a Segunda Guerra Mundial, que procurava implantar mecanismos para documentar e preservar tradições, avaliadas como em vias de desaparecimento ou condenadas pelo seu caráter distante de uma pretensa civilização e modernidade.

A diferença crucial entre os processos de registro dos bens imateriais na atualidade para a noção de proteção dos bens culturais para os folcloristas centra-se, no sentido de preservação. Considerando os modos de fazer, representações culturais e a dinâmica cotidiana

¹¹⁴ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 03/06/2014.

¹¹⁵ FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além de pedra e cal: para uma concepção ampla de patrimônio. In: Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneos. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

da cultura popular, os estudos recentes sobre patrimônio, apesar de levarem o legado dos folcloristas e de Mário de Andrade¹¹⁶, pretendem a valorização do patrimônio vivo e participativo. Mas, como levar esta proposta a cabo? Segundo Maria Cecília Londres Fonseca,

O processo de releitura da questão do patrimônio não se esgota no nível conceitual. Implica sim, o envolvimento de novos atores e a busca de novos instrumentos de preservação e promoção. Frente a esse novo quadro, muito mais complexo e desafiador, é fundamental que se reformulem e se implementem políticas que tenham como finalidade enriquecer a relação da sociedade com seus bens culturais, sem que se perca de vista os valores que justificam a preservação.¹¹⁷

Esse patrimônio cultural imaterial: práticas, representações, conhecimentos e técnicas, ligados ao ambiente em que vivem comunidades e grupos passou a ser reconhecido sob diferente perspectiva, ressaltando-se a transmissão e continuidade e não o congelamento e guarda do bem, como se faria em bens materiais. A ampliação do conceito de patrimônio, assim como o aumento da participação da sociedade civil, promovida pelo contexto de oposição aos autoritarismos do regime militar proporcionou no Brasil a possibilidade de maior integração entre cidadãos e Estado.

Uma política sobre o Patrimônio Cultural de face Imaterial no Brasil vem se concretizando a partir do decreto 3.551 de 2000. A partir do entendimento da noção de imaterialidade da cultura, passa-se a prever a importância da salvaguarda não somente de bens materiais que estariam suscetíveis a se perderem com o tempo, mas também à salvaguarda e fomento das condições que permitem a existência práticas sociais e culturais, em nível simbólico.

O Instituto do Registro, criado pelo Decreto 3.551/2000, não é um instrumento de tutela e acautelamento análogo ao tombamento, mas um recurso de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial, que pode também ser complementar a este. [...] O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, porque só assim se por “preservá-los”.¹¹⁸

Cabe então, considerar que o patrimônio imaterial é indissociável do ambiente na qual se manifesta, ficando explícito assim, que as práticas culturais só são eleitas como patrimônio por terem como preceitos o papel social que manifestam e o reconhecimento que recebem. “

¹¹⁶Mário de Andrade elaborou para a instituição do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN), em 1936 um anteprojeto em que se pretendia demonstrar as diversificadas manifestações culturais brasileiras. A direção do SPHAN se distanciou, entretanto, da visão pluralista de Mário de Andrade, oficializando uma atuação de caráter elitista e baseado em tombamentos de monumentos materiais.

¹¹⁷ FONSECA, Maria. Op. Cit., p. 77.

¹¹⁸ SANT'ANNA, Márcia. Op. Cit., p. 55.

Isso significa um reconhecimento que, muitas vezes, é extremamente importante para os agentes envolvidos em disputas simbólicas”.¹¹⁹

Após 4 anos do Decreto 3.551 foi lançado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que visava estreitar a participação da sociedade civil na eleição dos patrimônios imateriais, através da ideia de reconhecimento e de salvaguarda.

A eleição dos novos bens, ou melhor, de novas formas de se conceber a condição de patrimônio cultural nacional, também permite que diferentes grupos sociais, utilizando as leis do Estado e o apoio de especialistas, revejam as imagens e alegorias de seu passado, do que querem guardar e definir como próprio e identitário.¹²⁰

Apesar das discussões e disputas de poder no campo do patrimônio tornaram-se mais abrangentes e descentralizadas, Canclini¹²¹ afirma que se deve atentar, entretanto, para a possível desigualdade na participação de determinados grupos em suas políticas culturais. Neste sentido, ele trabalha com o conceito de *capital cultural*, para mostrar como certos “tipos de patrimônio” podem ser valorizados em detrimento de outros; e por isso se faz necessário que a cada vez se possa refletir sobre como tem se aplicado às ações de patrimonialização, se estas estão envolvidas em dicotomias entre alta e baixa cultura, qual a representatividade destas e qual o real envolvimento do grupo que é abarcado por estas¹²².

De acordo com Martha Abreu, a atuação de historiadores no campo dos estudos do patrimônio se faz necessário neste sentido crítico e tem aumentado, devido a institucionalização do patrimônio imaterial no Brasil desde 4 de agosto de 2000: “Com o decreto 3.551, os profissionais de história, especialmente da história cultural, receberam uma extraordinária oportunidade para voltar a discutir a idéia e a política de patrimônio cultural e histórico no Brasil”.¹²³

Dentre as análises que historiadores e pesquisadores da cultura podem elaborar sobre o papel do patrimônio imaterial no Brasil, estão a própria noção de patrimônio como um bem em sua intangibilidade; suas definições e relação com a sociedade civil através dos tempos. Desta maneira, “a recente discussão sobre o patrimônio imaterial no Brasil é mais uma

¹¹⁹ OLIVEN, Ruben \george. Patrimônio Intangível: considerações Iniciais. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). Op. Cit., p. 82.

¹²⁰ ABREU, Martha. Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional. In: ABREU, Martha; CONTIGO, Rebeca; SOIHET, Raquel (orgs). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Civilização Brasileira, 2007., p. 356.

¹²¹ CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária no nacional. In: HOLANDA, Heloisa Buarque (Org.). *Revista do Patrimônio História e Artístico Nacional*. Brasília: Iphan, n. 23, p. 94-115, 1994.

¹²² Cf. BOURDIEU, P. *Capital Cultural, Escuela y Espacio Social*. México: Siglo Veinteuno, 1997.

¹²³ ABREU, Martha. Op. Cit., p.356.

oportunidade para acompanharmos e participarmos de disputas políticas mais amplas em termos culturais; de culturas políticas e políticas da cultura, hoje e no passado”¹²⁴.

O papel do historiador compreende-se em revisitar os processos do passado, relacionando às conjunturas presentes; mostrar quais os significados as ações de patrimonialização podem ser remetidas. Assim como entender o estabelecimento das práticas políticas, faz-se necessário ainda a contextualização e problematização sobre a participação da sociedade civil nos processos de registros, para que se dê voz e valorize os grupos “possuidores” do bem patrimonializado¹²⁵.

¹²⁴ Ibidem, p. 358.

¹²⁵ Ao considerar a definição de Mário Chagas de patrimônio como posse de um bem, ver-se-á que ele, seja material ou imaterial, será sempre permeado por forças simbólicas e disputas de poder. Cf. CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: *Em Questão*. Porto Alegre. V. 13, n° 2. p. 204-224, jul-dez 2007.

2. A Vila de Pescadores: Memória, Tradição e Políticas de Identidade.

2.1. A Vila

A praia de Itaipu, situada no bairro de mesmo nome, pertence à região oceânica, 2º distrito de Niterói, Rio de Janeiro. Geograficamente, esta praia pode ser dividida em:

A [parte] oeste do “Canto” de Itaipu (região onde se encontram os pescadores), separada pela abertura permanente do canal da Lagoa de Itaipu, encontra-se a Praia de Cambinhas seguida da Praia de Piratininga e a barra da Baía de Guanabara. A leste da praia encontra-se o costão rochoso que forma o Morro das Andorinhas seguido de três ilhas: a Ilha da Menina, Ilha da Mãe e a Ilha do Pai. Em frente à Praia de Itaipu, localiza-se a Praia de Copacabana, a Pedra da Gávea e o Pão de Açúcar.¹²⁶

Nela se encontra uma vila de pescadores, que há séculos praticam a pesca artesanal. A pesca exercida em Itaipu é considerada artesanal, pois diz respeito à modalidade de captura do pescado com embarcações de pequeno porte, realizada por rede de arrasto, esmalho, arrasto simples, duplo, tarrafa, linha, anzol etc. Segundo Elina Pessanha, as pescarias nesta praia remontam ao período Colonial e as informações mais antigas que se tem sobre elas dizem respeito ao livro de Monsenhor Pizarro, do século XVIII, no qual ele registra que na Freguesia de São Sebastião de Itaipu encontrava-se “bons, fartos e saborosos peixes”¹²⁷.

Pessanha afirma que a pesca se tornou a principal atividade de subsistência dos moradores de Itaipu a partir do século XVIII devido, provavelmente à queda da produção agrícola observada ainda por Monsenhor Pizarro. No que diz respeito ao século XIX, a Coleção de Documentos Officiaes – Dados Estatísticos e Commerciaes Nacionaes e Estrangeiros em 1876 faz referência à pesca em grande escala nas praias e lagoas de Itaipu e Piratininga¹²⁸. De acordo com o morador do Morro das Andorinhas¹²⁹, José Siqueira da Silva (mais conhecido como Tidi), a pesca já é realizada por sua família, em Itaipu, há mais de duzentos anos:

O meu avô que foi a primeira pessoa a chegar aqui nas Andorinhas em 1870. E esse meu avô, ele e a esposa dele, a minha vó tiveram 6 filhos, 7 filhos. E desses 7 filhos, os 4 filhos ele direcionou para agricultura, que ele precisava sobreviver da agricultura e pesca. Então ele direcionou 4 pra agricultura e 3 filhos pra pesca.¹³⁰

¹²⁶ CARVALHIDO, Victor Von Rondon. *Do “direito- à vez” à vez dos direitos: Conflitos e representações acerca do espaço e do trabalho no Canto de Itaipu*. Niterói: UFF, 2012, p. 24.

¹²⁷ PIZARRO, Monsenhor apud PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. *Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu*. Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 2003, Op. Cit., p. 21.

¹²⁸ A lagoa de Piratininga encontra-se à Oeste da lagoa de Itaipu. Ambas são ligadas pelo canal de Camboatá.

¹²⁹ Encontrando-se a leste da praia de Itaipu, o Morro das Andorinhas é sitiado por moradores há alguns séculos. De acordo com as entrevistas realizadas, a pesca nesta localidade é exercida há pelo menos 200 anos.

¹³⁰ JOSÉ SIQUEIRA DA SILVA, entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 26 nov. 2012.

No que se refere ao comércio de peixes em Itaipu, o entrevistado informa: “em 1890 ainda levava a cavalo os peixe aqui de baixo¹³¹ quando eles pescavam em grandes quantidades levavam a canoa lá pro porto de Niterói, e tudo a remo, não tinha motor, não tinha nada”¹³². Elina Pessanha aponta para a presença de congos para a efetivação do comércio por terra e que na década de 1970 estes eram chamados de “pombeiros”. Estes comerciantes, ainda denominados de “bolseiros”, eram ambulantes que comercializavam o pescado em bairros próximos a Itaipu, em charretes, bicicletas ou em seus próprios automóveis “quase sempre muito antigos e surrados pela atividade”¹³³. A presença dos “pombeiros” é referida em entrevista com um morador tradicional de Itaipu, Américo Siqueira da Silva, informalmente conhecido como Seu Bichinho.

Américo foi pescador artesanal e é o representante mais antigo da comunidade tradicional do morro das Andorinhas¹³⁴. Ele discorreu na Mesa “Memórias de Itaipu”, promovida pelo Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) na 6ª Primavera de Museus¹³⁵. Seu Bichinho falou sobre seus tempos de mocidade, contou histórias de quando pescava e as origens de sua família em Itaipu. Em entrevista para este trabalho, este senhor contou que foi pescador durante 50 anos e vive em Itaipu há 70. Ao ser perguntado sobre a maneira de venda dos peixes, ele diz que: “De primeiro tinha muitos pombeiros, quando era pouquinho [a quantidade de pescado] os pombeiros, mas quando era muito eles levava pra fazer um dinheiro. Os pombeiros pegava num dia pra pagar no outro, deixava passar o outro dia”¹³⁶.

Pessanha cita que no início do século XX ainda não havia estrada que ligasse Itaipu ao Centro da cidade São Gonçalo, à qual Itaipu fazia parte até 1943, e nem à cidade de Niterói. Quando havia excedentes, o peixe era levado até a praça XV (Rio de Janeiro) pelos próprios pescadores. Lá era o local em que os mesmos faziam o financiamento para o material de pesca com os chamados “banqueiros” e com isso os pescadores acabavam se endividando.

A ligação com as bancas da Praça XV extrapolou, no entanto, no início deste século, as meras transações comerciais. Aos banqueiros se deve, segundo os moradores locais, a introdução em Itaipu de embarcações maiores para o arrastão,

¹³¹ Referente à praia

¹³² JOSÉ SIQUEIRA DA SILVA, Op. cit.

¹³³ SILVA, Cátia Antônia da. Economia da Pesca Artesanal na MetrÓpole do Rio de Janeiro: Desafios de método. In: SILVA, Cátia Antônia da. (org). Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 36.

¹³⁴ O Morro das Andorinhas, em Niterói (RJ), está localizado entre os bairros de Itaipu e Itacoatiara, acima das duas praias.

¹³⁵ Ocorrida em 24 de setembro de 2012 no decorrer da 6ª Primavera de Museus – A função Social do Museu, no Museu de Arqueologia de Itaipu.

¹³⁶ AMÉRICO SIQUEIRA DA SILVA (Seu Bichinho), em entrevista a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 19 nov. 2012.

que foram financiadas a alguns pescadores em troca do compromisso de entrega de todo o excedente da produção para venda em suas bancas.¹³⁷

Apesar de representar relativo crescimento para a pesca em Itaipu, a “ajuda” prestada pelos banqueiros era revertida em constatare dívida, pois, “os pescadores que utilizaram essa forma de crédito são um unânimes em reconhecer o [...] fato de a dívida ser continuamente realimentada devido aos empréstimos paralelos solicitados para conserto, compra e reposição do material.”¹³⁸

Em 1938 Getúlio Vargas promulgou um código para a Pesca, que criou um entreposto na praça XV sob controle federal, ocasionando a descentralização financeira das mãos dos “banqueiros”. Apesar de se apresentar como uma solução para as dívidas dos pescadores de Itaipu aos “banqueiros”, o entreposto era longe da praia e os pescadores tinham que fazer longas viagens de barco até chegar à praça XV para venderem seus produtos.

Após a criação do Mercado São Pedro em Niterói, e a construção da estrada ligando Itaipu ao centro desta cidade em 1923, o eixo de comercialização do pescado mudou para este município: “A princípio, foi substituído pelo transporte em caminhão até Jurujuba, de onde era levado por barcos especiais até o Rio. Mais tarde, adotou-se o transporte, por caminhões ou kombis, diretamente para o Mercado São Pedro, em Niterói, onde era redistribuído”¹³⁹.

De acordo com Elina Pessanha, a abertura da estrada proporcionou ainda o maior fluxo de visitantes à praia, e o aumento de moradias no bairro. Elina Pessanha realizou sua pesquisa na década de 1970, durante esse período fez cerca de 30 entrevistas (sendo 15 gravadas), seguindo um roteiro “que incluía a história de vida do pescador, a descrição de seu trabalho, a visão que tinha da partilha, das condições de trabalho, das normas de uso da praia e da aleatoriedade da atividade”¹⁴⁰. Seu livro conta ainda com uma segunda parte, em que a antropóloga reviu seus estudos a partir do retorno à comunidade de pescadores após mais de 20 anos.

2.1.2. Identidade e Tradição

A década de 1990 foi privilegiada pela produção e divulgação de trabalhos de antropólogos sobre a temática da pesca no litoral fluminense. Assim, merecem destaque como base bibliográfica para esta dissertação os livros de Roberto Kant de Lima e Luciana

¹³⁷ PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. Op. Cit., p. 24.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 25

¹³⁹ *Idem*.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 18

Pereira¹⁴¹, Rosyan Britto¹⁴² e Luiz Fernando Duarte¹⁴³. Destaca-se, assim, a importância do livro de Kant de Lima e Pereira, por este tratar especificamente da comunidade de Pescadores de Itaipu e por também aborda-la em duas perspectivas, assim como Pessanha: a primeira parte do livro compreende as pesquisas realizadas por Kant de Lima para seu trabalho final de mestrado o ano de 1978, sendo a segunda parte a dissertação de mestrado de Luciana Pereira, de 1996.

Os trabalhos supracitados, que tiveram como eixo temático a memória social de pescadores do litoral do Rio de Janeiro, confluíram para a criação do conceito de “bairros de pesca”. Luiz Fernando Dias Duarte, por exemplo, aponta que a formação da comunidade pesqueira do bairro de Jurujuba¹⁴⁴ através de seu trabalho: ‘A essa representação de uma identidade pelo trabalho no mar vem-se acrescentar uma identidade pelo trabalho em “embarcações” e pela produção de “pescado”’¹⁴⁵.

Em aproximação à presente pesquisa, observa-se assim que, como no caso de Jurujuba, a pesca fomenta a identidade da Vila de Itaipu.

A categorização de pescadores de Itaipu segue uma lógica expressa principalmente no conhecimento sobre o que constitui o “Canto” de Itaipu como *lugar*. E sendo assim, ser **de** Itaipu antes de tudo é partilhar minimamente da dinâmica que caracteriza tanto a localidade como aqueles que se dizem dali.¹⁴⁶

No que tange ao caráter tradicional dos Pescadores de Itaipu, se escolheu trabalhar com as conceituações de *comunidade tradicional* de Antônio Carlos Diegues e Rinaldo Arruda. Neste sentido, pode-se afirmar que a comunidade de Pescadores da praia de Itaipu é compreendida como uma *comunidade tradicional*, por possuir uma série de elementos, como suas próprias histórias, mitos fundadores e rituais, inerentes à pesca.

A partir das entrevistas realizadas na referida comunidade, notou-se que os próprios moradores se veem inseridos em uma comunidade tradicional: “meus avós tudo pescadores,

¹⁴¹ LIMA, Roberto Kant; PEREIRA, Luciana F: *Pescadores de Itaipu: Meio Ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói- RJ: EDUFF, 1997.

¹⁴² Cf. BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. *Modernidade e Tradição: construção da identidade social dos Pescadores de Arraial do Cabo (RJ)*. UFF, Niterói: 1999; DUARTE, Luiz. D. *As Redes do Suor. A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba*. Rio de Janeiro: Editora UFF, 1999

¹⁴³ DUARTE, Luiz Fernando Dias. *As Redes do Suor. A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba*. Rio de Janeiro: Editora UFF, 1999.

¹⁴⁴ Bairro que compreende a colônia de pesca Z-8, da praia de mesmo nome, banhada pela Baía de Guanabara.

¹⁴⁵ DUARTE, Luiz. *Op. Cit.*, p. 33).

¹⁴⁶ CARVALHIDO, Victor. *Op. cit.*, p.66.

tanto paterno quanto materno, família aqui é tudo pescador, nós, a nossa tradição aqui são pescadores.”¹⁴⁷.

Este grupo pode ser pensado como tradicional ainda pela identificação do pescador, legitimada pela ancestralidade, sua relação com os recursos naturais e suas relações de trabalho: “Em geral, observa-se que os saberes da arte de pescar, de reparar o barco ou a rede vêm de conhecimentos pretéritos transmitidos pela oralidade, nas relações familiares e/ou vizinhança.”¹⁴⁸.

Antônio Carlos Diegues e Rinaldo Arruda afirmam que se podem classificar como *comunidades tradicionais*¹⁴⁹, aqueles grupos que mantêm certa distância da sociedade ampla por apresentarem maior relação com uso e manejo dos recursos naturais, dando importância à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais.

Destaca-se assim, que por ser formada por ligações de parentesco, a comunidade de Itaipu pode ser considerada como tradicional.

É que aqui na praia todo mundo é parente. Um é primo do outro, é cunhado de um, cunhado de outro e é primo 2º do seu pai que vem ser de 3º seu, então aqui na praia é assim, é uma comunidade que todo mundo ou é Souza ou é Lopes. Quem não é Lopes é Souza, quem não é Souza é Lopes. Então é assim, são poucos os moradores daqui, mas os poucos que tem são tudo parente, todo vem a ser parente. De 1º grau ou de 3º ou é cunhado; nunca é vizinho por ser vizinho, todo mundo nessa praia aqui é parente. Esse mesmo aqui que saiu com a caixinha, ele é meu primo, porque a mãe dele é prima da minha mãe. Então eles vêm ser meu primo longe, mas é. É, é Lúcia, ele é irmão da Lúcia, Lúcia é minha prima. Quer dizer, então é assim, se for procurar, Seu Chico é primo do meu pai que é primo 2º meu que é primo 3º já da minha filha, é assim, todo mundo aqui é parente.¹⁵⁰

Segundo Kant de Lima¹⁵¹, para além do caráter simbólico de “uma família só”, se constata que os grupos que habitam estas comunidades derivam de grupos familiares bem próximos e que este fato sempre influenciou na formação das companhias: “grupo de profissionais de pesca com tarefas e habilidades específicas, que variam conforme o tipo de captura a que se dedicam”¹⁵², ou ainda na definição de Kant de Lima: ‘Categoria que

¹⁴⁷ TÂNIA RODRIGUES LOPES, entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 22 nov. 2012.

¹⁴⁸ RESENDE, Alberto Toledo. O papel do Estado no controle territorial litorâneo: estruturação da atividade pesqueira brasileira na primeira república. Orientadora: Cátia Antônia da Silva. Dissertação (mestrado). São Gonçalo (RJ): UERJ/FFP, 2011, p. 13.

¹⁴⁹ ARRUDA, Rinaldo; DIEGUES, Antônio Carlos (org). Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Brasília - Ministério do Meio Ambiente: São Paulo, USP, 2001. Xxx p. (Biodiversidade4).

¹⁵⁰ TÂNIA RODRIGUES LOPES, entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 22 nov. 2012..

¹⁵¹ LIMA, Roberto Kant de. Op. cit.

¹⁵² PESSANHA, Elina. Op. Cit., p. 84.

significa tanto o ato de pescar como um conjunto de aparelhos pertencentes a um “dono de pescaria”¹⁵³.

Os companheiros recebem o título de acordo com a atividade que desempenham em cada companha, podendo ser eles: Companheiro-mestre, companheiro - vigia, contra - mestre e remador.

Esses planos de identidade pela “corporação” e pela “comunidade” completam-se na articulação com o da identidade pela “tradição”-introdutória do tema da “continuidade”, da “estabilidade”, que, como víamos, fundamenta, junto com os da “associação de interesses” e da “indiferenciação”, o modelos da companha.¹⁵⁴.

Como corrobora Diegues e Arruda: “Os pescadores, sobretudo os artesanais, praticam a pequena pesca, cuja produção é em parte consumida pela família e em parte comercializada. A unidade de produção costuma ser a familiar, incluindo na tripulação conhecidos e parentes longínquos”¹⁵⁵. Dado isto, entende-se que a pesca (artesanal) representa um legado: uma arte passada de pai pra filho.

Na composição das companhas, apresenta-se bastante nítida a importância do parentesco. Apenas em duas das oito companhas, os companheiros não têm parentesco com o dono da pescaria. Nas outras, a relação pai (dono da pescaria) - filho (companheiro) aparece três vezes; a relação irmão mais velho (dono da pescaria) – irmão mais moço (companheiro) aparece em duas delas; a de tio (dono de pescaria) - sobrinho (companheiro) aparece uma vez.¹⁵⁶.

Além do caráter familiar, outra característica que delega ao grupo morador da vila de pescadores de Itaipu a menção de tradicional concerne à “noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica ou socialmente”¹⁵⁷.

Existe um longo debate acerca do que seria território nas ciências da terra e humanas, já que o território está intrinsecamente ligado as formas de adaptação, habitação, uso das forças produtivas da natureza e produção nas atividades humanas. Aqui, estamos considerando que a constituição do território marinho se dá pela designação de uma porção da natureza, um espaço da natureza, sobre a qual uma determinada sociedade requer o poder sobre esta aos seus membros, dando-os acesso, controle e uso.¹⁵⁸.

¹⁵³ LIMA, Roberto Kant de, Op. cit., p. 90.

¹⁵⁴ DUARTE, Luiz. Op. cit.. p. 37

¹⁵⁵ ARRUDA, Rinaldo; DIEGUES, Carlos. Op. cit. p. 49.

¹⁵⁶ LIMA, Roberto Kant de. Op. cit., p. 31

¹⁵⁷ ARRUDA, Rinaldo; DIEGUES, Carlos. Op. cit., p. 26.

¹⁵⁸ CASTRO C. M.; NUNES, V. R. S. SILVA, V. B.; LIANZA, S. *Breve Introdução a Gestão Compartilhada de Recursos Naturais E Conflitos Territoriais Em Itaipu: A Criação Da Reserva Extrativista Marinha De Itaipu*. Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro – SOLTEC-UFRJ, Seminário PAPESCA - SOLTEC UFRJ Setembro de 2013 a Out 2013, p. 4.

De acordo com Duarte, a identidade do pescador é marcada pela vivência com o mar, por estruturas específicas ao trabalho pesqueiro, à manutenção de uma ordem hierárquica de atividades, ao método de captura do pescado e ao tipo de embarcação utilizada. Segundo o mesmo, o mundo da pesca, cheio de segredos e tradições, é visto para os que o constituem como sua segurança e sustento.

A ideia de trabalhar na pesca se nutre de representações sobre a especificidade desse trabalho em geral, articuladas em torno da vivência do mar como meio comum fundamental. Esse trato comum com o mar - enquanto elemento marginal à vida humana, representada como eminentemente presa à terra e às suas coisas - transfere para essas atividades muito do investimento simbólico que as culturas litorâneas sempre adjudicam a esse outro elemento.¹⁵⁹

Ainda, mediante aos apontamentos de Kant de Lima e Luciana Pereira, se pode observar que:

A terra é apropriada de acordo com normas emanadas de um outro foco de poder que não só se encontra “fora” do grupo, como também ao o vê como um todo, e sim o pulveriza, pois o que conta é ser “proprietário” ou “morador”, *status* jurídico que se atinge não enquanto “pescador de Itaipu”, mas enquanto sujeito individual de direitos e obrigações perante a ordem jurídica vigente na sociedade mais ampla.¹⁶⁰

O mar, no entanto, não é somente um lugar físico, é também um espaço criado culturalmente, sobretudo através das práticas pesqueiras[...]A pesca artesanal, portanto, é tradicional e opera dentro dos limites impostos pelo meio ambiente, tanto devido ao baixo esforço de pesca quanto à existência de regras de controle de pesca mantidas pela própria tradição do grupo social. Os sistemas de exploração ou apropriação de recursos naturais marinhos renováveis em Itaipu eram e são, normalmente, organizados na forma de pequena escala e com fortes raízes tradicionais.¹⁶¹

Assim, a noção de território ou espaço onde a comunidade se reproduz econômica e socialmente é ampla, visto que não restringe ao local que habitam e sim no diálogo com a natureza, trabalho e modos de vida: “na análise das relações entre a pesca artesanal, o território e o Estado, incorporamos a cultura como possibilidade de compreender aquilo que não é visto imediatamente, que são o sentido das ações e dos saberes.”¹⁶²

Para o pescador, o território depende não só do tipo do meio físico utilizado, mas também das relações sociais existentes, assim, o espaço marítimo tem suas marcas de posse e simbologias. Para as sociedades de pescadores artesanais, “o território é muito mais vasto que

¹⁵⁹ DUARTE, Luiz. Op. cit., p. 32.

¹⁶⁰ LIMA, Roberto Kant de. Op. cit., p. 131.

¹⁶¹ PEREIRA, Luciana. Op. cit., p. 283 e 293.

¹⁶² SILVA, Cátia Antônia da. Elementos Epistemológicos e Metodológico para uma Geografia das Existências. In: SILVA, Cátia Antônia da (org). Op. Cit., p. 17

para os terrestres, e sua ‘ posse ’ é muito fluida. Apesar disso, é conservada pela lei do respeito que comanda a ética reinante nessas comunidades”¹⁶³.

A pesca artesanal em Itaipu ainda é organizada por companhas, que são as equipes de pesca, sendo o “direito à vez” uma regra tradicional que determina a ordem de saída das canoas da praia para os cercos no mar. Não se trata de uma norma escrita, como lembra o pescador Jorge Nunes de Souza, conhecido como Seu Chico¹⁶⁴, ao relatar: ele “é respeitado por que ele é passado pela tradição. É um acordo de cavalheiros, e quem não respeita entra na porrada, porque é safado. Mas quem não respeita uma norma escrita é considerado esperto”¹⁶⁵.

Elina Pessanha salienta que na prática, o mar é ordenado de acordo com as relações sociais que se dão no interior das pescarias: “Os pontos de pesca e os limites da praia marcam, assim, o próprio espaço, estabelecendo intervalos e barreiras que devem ser lidos como sociais”¹⁶⁶. A demarcação dos pontos de pescaria remonta a tradições exercidas na Praia de Itaipu e mostra outra característica das comunidades tradicionais, apontadas por Diegues e Arruda, a “importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas”¹⁶⁷.

Seu Chico discorre em entrevista sobre um acordo de cavalheiro específico, lamentando que este já não exista mais, pelas mudanças acarretadas pela chegada do “progresso” em Itaipu. O pescador afirma que os pontos de pesca foram tradicionalmente marcados através de rituais e simbologias próprias, destacando como exemplo o ritual de “molhar a âncora”.

Ele (o pescador) tinha que sair de tarde com a embarcação pronta pra ir pescar ir lá jogar a âncora dentro d’água, molhar a âncora toda, jogar a âncora pra cima, e vir embora. E isso não tinha, não tá escrito em lugar nenhum, era o acordo de cavalheiro¹⁶⁸.

Segundo Ronaldo Lobão, outro destes acordos diz respeito à “cobrança”, ou retirada das “redes altas”, ou redes de espera, que era realizada antes do amanhecer, com o intuito de permitir a formação de cardumes à beira-mar. No acordo, as embarcações só poderiam fazer o “arrasto” após esse horário e poderiam participar desta etapa não só o grupo de trabalho, como também antigos pescadores, mulheres, crianças, curiosos. A partir de então

¹⁶³ CORDELL apud ARRUDA, Rinaldo; DIEGUES, Carlos, Op. cit., p. 25.

¹⁶⁴ JORGE NUNES DE SOUZA (Seu Chico). Entrevista concedida Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 18 nov, 2012.

¹⁶⁵ CARVALHIDO, Victor. Op. cit., p.24.

¹⁶⁶ PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. Op. cit., p. 47.

¹⁶⁷ ARRUDA, Rinaldo; DIEGUES, Carlos. Op. cit., p. 26

¹⁶⁸ JORGE NUNES DE SOUZA, Op. Cit..

A cada um cabe uma parcela da pescaria, de acordo com o entendimento do mestre, que certamente atua nestas ocasiões como um “patrono” local. Divide com quem precisa, porque se perguntado, cada mestre irá afirmar que sua companha é capaz de realizar o cerco e a puxada sozinha.¹⁶⁹

Victor Carvalhido aponta que, através destes acordos e regras locais os pescadores da praia de Itaipu se reconhecem enquanto indivíduo diferenciado dos demais, inclusive pescadores de outras localidades.

O conhecimento das regras locais, dos acordos de cavalheiros, para os pescadores de Itaipu, consiste no principal fator para se denominar pescador “de Itaipu”. Tendo em vista a classificação feita por pescadores/moradores locais ao acionar um discurso que legitima práticas concernentes à dinâmica da praia, do mar e à apropriação de recursos.¹⁷⁰

2.2. Discursos de Memória e Políticas de Identidade: Itaipu entre tradições, costumes e patrimônios.

Beatriz Sarlo chama de *políticas de identidade*¹⁷¹ as ações que invocam discursos da memória como argumento de uma identidade ferida, ameaçada. As *políticas de identidade*, cada vez mais presentes na atualidade, decorrem de um vasto processo de mobilização identitária de grupos minoritários, que requerem seus direitos à voz, história e memória. O estudo de tais políticas é possível graças à *guinada subjetiva*¹⁷², ou seja, a tendência em se trabalhar com histórias de vida e memória, decorrentes das recentes mudanças nos paradigmas históricos.

Eunícia Barcelos Fernandes¹⁷³, Luciana Heymann e José Maurício Arruti¹⁷⁴ abordaram a relação entre história e memória e neste ponto converge para a discussão de outro elemento suscitado com a *guinada subjetiva*, o *dever de memória*. De acordo com Fernandes, a expressão *dever de memória* mostra-se como recurso para a reparação de histórias não contadas, pertencentes a grupos silenciados ou esquecidos.

A *guinada subjetiva* decorre de um contexto de mudanças ideológicas e metodológicas nas ciências sociais ocorridas entre 1970 e 1980, época que data a queda do discurso estruturalista da história. Mediante a esta conjuntura, as metodologias históricas mais ligadas à antropologia passaram a serem incentivadas, fazendo com que os historiadores tivessem uma “tomada de consciência” dos sujeitos históricos. Dentre tais metodologias, pode-se

¹⁶⁹ LOBÃO, Ronaldo. Op. Cit, p. 127.

¹⁷⁰ CARVALHIDO, Victor. Op. Cit., p. 26.

¹⁷¹ SARLO, Beatriz. Op. Cit., p. 16.

¹⁷² SARLO, Beatriz. Op. Cit., p. 15

¹⁷³ Op. Cit..

¹⁷⁴ Op. Cit.

destacar o papel da história oral, que juntamente com a redução da escala de trabalho, pôde trazer uma face mais humana ao campo historiográfico.

Sarlo aponta que recentemente a história tem ampliado seu campo de visão, passando a estudar as “pessoas normais” e suas ações dentro da sociedade. A autora afirma que este olhar etnográfico, sobre grupos subalternos, como pela literatura popular, bruxaria, campesinato ou mesmo história do cotidiano já ocorria há anos, entretanto que a *guinada subjetiva*, ou como diria Peter Burke, esta virada antropológica da história¹⁷⁵ proporcionou a reflexão sobre o protagonismo destes grupos, em contraponto a uma antiga visão generalizante, que os colocava como vítimas dos grandes poderes e estruturas.

Restaurou-se a razão do sujeito, que foi, há décadas, mera “ideologia” ou “falsa consciência”, isto é, um discurso que encobria esse depósito escuro de impulsos ou mandatos que o sujeito necessariamente ignorava. Por conseguinte, a história oral e o testemunho restituíram a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada.¹⁷⁶

Esta ampliação das fontes históricas tornou os testemunhos orais são raras fontes ao historiador, em especial àqueles que têm como objeto de análise a memória. Entretanto, vale salientar que, assim como quaisquer fontes, e como ressalta Cardoso e Vainfas¹⁷⁷, tais documentos são sempre permeados por discursos e também pelo presente em que são produzidos. Neste sentido, Fernandes afirma que o que vem acontecendo no meio historiográfico é a aceitação e transmissão “literal” destas memórias, vistas como histórias desconhecidas. A autora atenta sobre o cuidado que a historiografia deve ter ao lidar com relatos de memória como se estes fossem verdades puras e representações fiéis do passado, pois, isto significaria reificar versões simplistas sobre experiências históricas, sem contextualizá-las e refletir sobre as mesmas.

Salienta-se, portanto que, a memória deve ser vista, assim como a história, como uma elaboração sobre o passado, mas que carrega as expectativas de um futuro e as experiências do presente. Entretanto, enquanto a memória funciona como elo entre estas temporalidades, extirpando rupturas e cortes entre as mesmas, a história tem a função de voltar ao passado para analisá-lo e criticá-lo à luz das questões que se põe no presente. Fernandes afirma que se deve pensar no *dever de história* em contraponto ao *dever de memória*, ou seja, analisar os

¹⁷⁵ BURKE, P. *A escrita da História: Novas Perspectivas – Abertura: Nova História, seu passado e seu futuro*. In: BURKE, P. (org.). Trad. UNESP (FEU), 1993, p. 66.

¹⁷⁶ SARLO, Beatriz. Op.cit, p. 19

¹⁷⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion ; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997.

discursos da memória, para compreender o passado e não ver a memória como versão pragmática do mesmo.

Heymann e Arruti relacionam o termo *dever de memória* aos debates franceses sobre o desejo de reparação de passados silenciados e postos de lado em nome de uma história nacional. No caso brasileiro, os autores apontam para um deslocamento, podendo esse termo ser relativizado, sendo visto como um *desejo de tradição*. Tanto na França, como no Brasil, a valorização da memória decorre da ideia de pagamento de dívidas históricas e “expressam expectativas de reparação social e cultural”¹⁷⁸. Tal valorização partiu da quebra com a ideia de unidade cultural e da afirmação de múltiplas identidades, as quais definem o multiculturalismo. Essa redefinição identitária promoveu a revisão sobre discursos históricos hegemônicos e a discussão de termos como cidadania e democracia.

O multiculturalismo e as políticas de reconhecimento surgem, portanto, como um movimento de revisão parcial desse processo [...]. Ao ganharem o estatuto de direitos fundamentais, observa-se uma crescente pressão a favor dos direitos dos grupos culturais minoritários, com a celebração de diversos acordos no âmbito internacional. A força dessa inflexão tornou a valorização do etnoconhecimento e etnodesenvolvimento, por exemplo, objetos de recomendação oficial de agências multilaterais como o Banco Mundial.¹⁷⁹

No Brasil, o panorama de valorização das memórias de grupos minoritários esteve ligado ao contexto de abertura política dos anos 1980. De acordo com Heymann e Arruti, a partir deste momento surgiram reivindicações por duas frentes de luta identitária: as demandas memoriais de indígenas, negros e populações tradicionais, cujas raízes de vitimação existem desde a época da colonização; e demandas de luta política pela liberdade em relação às opressões do regime militar.

Os primeiros eventos que mobilizaram a memória das violências contra populações negras e indígenas tiveram início ainda nos últimos anos da década de 1970, desenvolvendo-se ao longo de toda a década seguinte e marcando fortemente o texto da nova Constituição, promulgada em 1988. [...] Tais eventos podem ser considerados como marcadores de uma mudança de postura da sociedade e do Estado brasileiros com relação à memória nacional, levando à adoção de políticas públicas de reparação e valorização de grupos cujas memórias começam então a ser resgatadas – expressão importante no contexto brasileiro.¹⁸⁰

A razão dos autores apontarem para o caso brasileiro para a singularidade do *desejo de tradição* e não somente *dever de memória* diz respeito a todo o processo de redemocratização e de definição de políticas que valoriza a diversidade étnica e cultural. A revisão sobre a identidade nacional é gerada pela afirmação de diferenças identitárias a partir das tradições

¹⁷⁸ ARRUTI, José Maurício; HEYMANN, Luciana. Op. Cit., p. 97.

¹⁷⁹ Ibidem p. 98

¹⁸⁰ ARRUTI, José Maurício; HEYMANN, Luciana. Op. Cit., p. 107.

dos grupos minoritários, que por sua vez não implica em separatismos, mas na visualização destes grupos como componentes da nacionalidade brasileira.

Se na França a memória de violências associadas à categoria de crimes contra a humanidade buscou reconhecimento público, com efeitos nos campos social e jurídica, no Brasil, as lutas por reconhecimento e direitos de grupos minoritários emergem da valorização da diversidade étnica e cultural e da denúncia de uma situação histórica de desigualdade e exclusão. Nesse sentido, essas lutas podem ser pensadas como tendo colocado em lugares homólogos a memória, no caso francês, e a tradição no caso brasileiro. Memória e tradição podem ser vistas, então, como conceitos que, capturados pelo campo da política, se tornam imperativos sociais capazes de acionar novos direitos.¹⁸¹

Segundo Heymann e Arruti, o caso brasileiro é permeado por políticas de ação afirmativa que implicam no reconhecimento da memória (e tradição) de grupos minoritários. Neste sentido, *as políticas de identidade*, como aponta Sarlo, remetem-se ainda às afirmações de direitos que extrapolam ao direito de memória ou história. Populações tradicionais recorrem ao dever de tradição para argumentarem seus direitos à terra, direitos básicos de saúde, ou ainda aos recursos naturais e sociais para a manutenção de suas práticas costumeiras.

Neste trabalho, se pode lidar com empiria com casos de *políticas de identidade*, através da análise de entrevistas com moradores da comunidade de pescadores tradicionais da praia de Itaipu. Neste sentido, esta parte da dissertação refere-se à reflexão de alguns testemunhos sobre a vivência, a cultura e as tradições dos sujeitos abordados.

Como supracitado, Beatriz Sarlo afirma que a ampliação da análise histórica proporciona ainda uma “reparação”; uma retratação de algo que estava oculto, a uma história antes não contada. Nesta pesquisa, pode-se ver que os discursos de memória são respectivos às modificações sociais no bairro de Itaipu, como será apontado posteriormente e que afetaram de modo enfático as estruturas de vida daqueles que dependiam economicamente do trabalho da pesca.

Mediante ao processo de esvaziamento das condições de manutenção das tradições locais em Itaipu, a comunidade tem promovido discursos sobre a memória local que exaltam a tradição da pesca como algo positivo.

O discurso permite uma representação, mas não retrata uma realidade, embora, muitas vezes, seja esta a sua intenção. Ele interpreta, numa correlação e forças sociais, uma realidade. Como objeto linguístico e sócio-histórico, constitui – se em um referencial, e enquanto modo de construção discursiva permite diferentes formas e apreensão e efeitos sociais. O discurso compreende palavras e frases articuladas

¹⁸¹ Ibidem, p. 114.

(famílias), elaborações que produzem sentidos, sentidos que expressam momentos e uma lógica relacional socializada.¹⁸²

A comunidade de pescadores tem procurado reafirmar seus direitos recorrendo à valorização do seu modo de vida e costumes, atrelados à pesca. Esta valorização é enfatizada, sobretudo pela necessidade de preservação de elementos tradicionais, que segundo a autoafirmação deste grupo, os define como grupo à parte de uma sociedade mais ampla.

A ênfase na importância de se manter tradições ligadas à pesca e a manutenção de alguns costumes serve como mecanismo de resistência desta comunidade tradicional, que teve suas bases sociais modificadas nos últimos anos. Neste sentido, como a pesca para Itaipu é voltada para o caráter tradicional, seus discursos de valorização identitária remetem ao uso de costumes para reivindicação de direitos. Desta maneira, o costume é transmitido para garantia da ideia de continuidade histórica e para afirmação de direitos (como é o caso dos pescadores em relação às ameaças à manutenção ao ofício da pesca).

Edward Thompson, em estudo sobre os trabalhadores ingleses no século XVIII e parte do XIX defende a tese de que, ao contrário do que propõe muitos intelectuais, a consciência e os usos costumeiros plebeus eram particularmente fortes no século XVIII. Uma de suas críticas diz respeito à perspectiva de que, com a chegada da revolução industrial, os costumes plebeus foram apagados. Segundo Thompson, “É clara nos historiadores que se ocupam dos séculos XVI e XVII a tendência de ver o século XVIII como uma época em que esses costumes se encontravam em declínio, juntamente com a magia, a feitiçaria e superstições semelhantes”.¹⁸³

Para Thompson, o processo industrial não excluiu, pelo menos até o início do século XIX, a transmissão dos costumes da cultura plebeia. Ele aponta que apesar deste período apresentar grandes inovações sociais, como a instituição da educação formal para os trabalhadores; algumas técnicas particulares eram transmitidas oralmente e junto com estes conhecimentos se passavam experiências sociais ou a sabedoria do comum e da coletividade.

Para Edward Thompson, a definição consensual de cultura para historiadores sociais e antropólogos como “sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas em que se acham incorporados” é equivocada, chamando ele atenção para a dinamicidade da cultura:

Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão

¹⁸² MORAES, Nilson. Op. Cit., p. 6.

¹⁸³ THOMPSON, Edward. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.13.

imperiosa - por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante- assume a forma de “sistema” e na verdade o próprio termo “cultura” com sua invocação confortável de um consenso pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.¹⁸⁴

Thompson salienta que nenhuma cultura é pura, passando a ser definida como um equilíbrio de relações sociais, entre dominante e dominado, patrão e proletário. Para o exame do comportamento das classes trabalhadoras no século XVIII, o autor afirma que é necessário decodificar a expressão simbólica deste grupo, “revelando as regras invisíveis, distintas daquelas que os historiadores dos movimentos operários subsequentes se habituaram a esperar”¹⁸⁵. Desta forma, Thompson salienta que a cultura permeia os conflitos entre o surgimento do processo capitalista e a conduta não econômica advinda da resistência dos costumes.

Vale salientar ainda que por ser permeada de conflitos e movimentos complexos, a cultura da pesca em Itaipu não é vista de modo essencialista. Trabalhos com memória, como este valem para reflexão das apropriações da memória e seus efeitos. Neste sentido, se entende aqui, que apesar da continuação de suas bases tradicionais, a comunidade de pescadores abordada não pode ser substancializada ou reificada a partir de sua identidade. Desta maneira, a presente análise aproxima-se dos apontamentos de Thompson para pensar como a comunidade tradicional de pescadores de Itaipu tem criado mecanismos de resistência às mudanças ocorridas nos últimos anos.

Assim sendo, os próximos tópicos dizem respeito à conjuntura destas transformações, sociais e econômicas, que muito influenciaram as ações e discursos de resistência e negociação em nome da manutenção das condições para o ofício da pesca, e consequentemente seus modos de vida.

Ainda que tenham cedido a modalidades mais individualizadas no exercício da pescaria, a presença dos pescadores artesanais na praia após toda a trajetória de impactos descrita e desarticulação das companhas pela escassez de pescado e pescadores interessados em exercer a atividade, demonstra a profunda capacidade de reinvenção destes trabalhadores. Parte das regras informais costumeiras foi desconectada, parte está enfraquecendo, mas muitas continuam regulando comportamentos, mantendo a divisão tradicional da praia e o controle de acesso das áreas de pesca. Instituições são dinâmicas e seus alicerces também se modificam.¹⁸⁶

Edward Thompson aponta ainda, que se por um lado a cultura os costumes podem ser vistos como “cultura” em um sentido mais contemporâneo, por outro era estritamente ligado

¹⁸⁴ Ibidem, p.16.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 21.

¹⁸⁶ COSTA, Paula Chamy Pereira da. Op. Cit., p. 49..

ao direito consuetudinário: “Era o que acontecia, sobretudo, com a *lex loci*, os costumes do domínio senhorial”¹⁸⁷. Neste sentido, a análise sobre os direitos costumeiros dos pescadores de Itaipu pode se relacionar às assertivas de Thompson, visto que, muitas vezes, suas ações e seus discursos são pautados em regras locais, como os acordos de cavalheiro e a organização das companhas, demonstrados no primeiro capítulo desta dissertação.

A organização do trabalho em companhas ainda é exercida em Itaipu. Porém, como mostra Vitor Carvalhido¹⁸⁸, em meio às mudanças ocorridas nos últimos anos, as companhas tiveram seu eixo de trabalho modificado. Ainda na década de 1970, a centralidade das companhas se dava no inverno, estação na qual se movimentava grande contingente de pessoal, em decorrência da pesca da tainha. A pescaria da tainha mobilizava os pescadores que passavam o ano se preparando para o inverno. A dimensão dada à pescaria da tainha era grande, a ponto de se guardar as melhores embarcações e equipamentos para a temporada em que ela acontecia.

Segundo o Jorge Nunes de Souza:

Hoje a gente não tem mais pescaria de tainha, mas tinha um equipamento que ficava guardado o ano todo pra pescaria de tainha. Começava a, maio, junho, julho e ia até agosto, às vezes ia até setembro, mas era quatro meses e esse era, esse equipamento era só pra isso. Era o melhor equipamento, era o mais forte, o mais alto, o maior, o melhor cabo, melhores cortiços, então, melhor canoa, os melhores remos e deixava guardado, isso era da pescaria de tainha! E não mexe nele e isso só pode ser usado no inverno. E, isso acabou, e hoje não existe mais, a maioria das canoas já foram embora, tem poucas.¹⁸⁹

Roberto Kant de Lima trabalha com a ideia da existência de um ritual acerca da pesca da tainha como fomentadora das relações de hierarquia social entre os pescadores, e afirma que esta é cristalizada no inverno: ‘A “pescaria da tainha” é, assim, o ponto focal do inverno, a síntese da vida comunitária de Itaipu, constitui uma esfera que ultrapassa o “econômico” e vai-se localizar na exacerbação da vida social.’¹⁹⁰. Em entrevista realizada pelos pesquisadores do Museu de Arqueologia de Itaipu em 2011 com o pescador Cambuci (Aureliano Mattos de Souza), fica explícita ainda, a relação da pesca da tainha com as tradições locais:

Pesca da tainha era fortíssima. Isso aqui saia caminhão cheio de tainha, caminhão com 2, 3 toneladas de tainha na época. Eu vou buscar, qualquer hora dessa aí, vou ver se semana que vem dou uma. Eu to com muita coisa. Vou ver se dou uma geral

¹⁸⁷ THOMPSON, Edward, Op. cit, p. 14.

¹⁸⁸ CARVALHIDO, Victor. Op. Cit.

¹⁸⁹ JORGE NUNES DE SOUZA. Entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 18 nov, 2012.

¹⁹⁰ LIMA, Roberto Kant de; PEREIRA, Luciana. Passim. p. 252.

lá em cima, panho umas foto pra você. [...]. Isso aqui, de maio até setembro, a pesca de tainha era a coisa mais linda do mundo, mais linda do mundo [...] escolhia os cardume pra acertar. Saia um caminhão cheio de tainha, cheio. Entendeu, muita coisa.¹⁹¹

Ainda em entrevista concedida para a realização deste trabalho, este mesmo pescador enfatiza a importância dada a pescaria da tainha e como esta trazia rendimentos aos pescadores locais:

De maio a setembro tinha tainha. De maio a setembro. Entendeu? Parava-se a pesca. Era a pesca de arrastão que era a mais forte. De rede alta também. Mas só que essas pescas era a fartura que tinha. Aqui era fartura, enchi muito caminhão de peixe, já matei muito peixe.¹⁹²

A diminuição da pesca da tainha, assim com de outras espécies, acaba por fazer que os problemas com a manutenção das tradições pesqueiras se agravem: “o que se pode verificar é que, antes, a captura e ganhos oriundos da pescaria da tainha na época certa eram previsíveis”¹⁹³. Segundo Kant de Lima, o inverno era a época em que se reafirmavam as identidades e os valores locais, pois, com a “abundância desse peixe, era reforçada a ideologia de que, afinal, a atividade pesqueira podia ser economicamente compensadora.”¹⁹⁴

Hoje, pela escassez da tainha, as companhias mudaram seu eixo de centralidade, passando a atuarem mais durante o verão.

O “tempo da pesca” no “Canto” de Itaipu como descrito por Kant de Lima é dividido em inverno e verão. Esta divisão ainda se mantém, porém o que houve foi uma inversão, sendo que a pesca de inverno que era tida como a mais abundante já não é. O verão era visto como um período de escassez. O aparecimento da tainha era o indicativo do início do inverno possibilitando aos pescadores locais organizarem as regras de apropriação do espaço-tempo e, conseqüentemente, a divisão do recurso.¹⁹⁵

Ao trocarem o eixo de trabalho, estruturas de trabalho baseadas na pesca de inverno que orientavam a formação de companhias em Itaipu e serviam como referenciais de tradição se transformaram: “Percebemos assim, que a dinâmica espacial temporal da praia e dos recursos são delineadas a partir de uma interdependência de elementos que fundamentam o

¹⁹¹ AURELIANO MATTOS DE SOUZA. Entrevista concedida ao Museu de Arqueologia de Itaipu. Niterói, 01 fev. 2011.

¹⁹² AURELIANO MATTOS DE SOUZA. Entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 24 jul. 2014.

¹⁹³ PEREIRA, Luciana. Op. cit, p. 320.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ CARVALHIDO, Victor. Op. cit, p. 28.

conhecimento e a prática da pescaria [...] a alteração de alguns desses elementos influenciam e reorganizam a pesca e o espaço/tempo”¹⁹⁶.

Kant de Lima discorre ainda sobre as festas tradicionais, especialmente de São Pedro, hoje escassas devido a alguns embates entre a colônia de pescadores e alguns moradores locais. Lima afirma que estas festas serviam de arcabouço para identificação do pescador desde tempos longínquos. Neste sentido pode-se ver tanto em Kant de Lima; Pereira, Duarte e Britto¹⁹⁷ a relação entre tradição e tais comemorações:

Em síntese, as práticas costumeiras dos pescadores, em Arraial do Cabo, que se condensam nas normas que regem a ciência da pescaria e nas normas que definem seu particular direito da vez (de pescar), bem como no caráter dual da sociedade local, ritualizado na Festa da Padroeira, reprimem seus padrões culturais que, ao invés de expressarem uma mecânica “resistência à mudança”, reafirmam o significado das suas tradições no próprio processo de transformação dessa sociedade.¹⁹⁸

A maioria dos moradores entrevistados aponta para o esvaziamento da prática de festas e culpam a chegada do “progresso” em Itaipu, que fez com que se abrissem estas cerimônias às pessoas não familiares. Quando perguntado sobre a tradicional festa de São Pedro em Itaipu, alguns dos relatos foram:

Não. Não tem mais, a festa ficou lá fora com outro pessoal, outro órgão e abriu muito e não ficou aquela coisa familiar. Antigamente a festa era mais familiar aqui dentro e ficava aberto, então tinha uma capelinha aqui de S Pedro e as pessoas ia a missa, tinha outra ali fora então tinha muito acesso. Aqui dentro tinha bandeirinha, tem foto da época que tinha bandeirinha aqui dentro, hoje em dia que não, não tem mais.¹⁹⁹

Nem as festas não tem mais minha filha, até o padre agora acabou com a igreja, na igreja tinha um campo de futebol grandão ali que a gente jogava bola, aí ele murou o campo todo não sei mais.²⁰⁰

As primeiras festas de são Pedro aqui eram muito bonita. Vinha uma tourada bonita, mas agora tá fraco, essas coisas custam dinheiro, aqueles eventos bonitos. [...] no passado, apesar dos pesares, tinha circo costela, teve o Cerrazane e as pessoas tinham felicidade de vir no domingo. Ali no museu, o circo Cerrazane vinha ali no museu. Era ali, que aquilo ali era tudo aberto. No tempo do meu pai, meu pai contava. Isso aí o que, nos anos 20[...] Eles que eram mocinhos na época que presenciaram.²⁰¹

¹⁹⁶ Ibidem., p. 29.

¹⁹⁷ Cf. BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. OP. Cit.

¹⁹⁸ Ibidem, p. 229.

¹⁹⁹ AMÉRICO SIQUEIRA DA SILVA, entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 19 nov. 2012.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ ADELIR DE SOUZA FREITAS, entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 19 mar. 2014.

Os discursos de memória dos entrevistados são concorrentes a discursos hegemônicos e demonstram lutas de poder simbólico²⁰². Visto como construção, o discurso insere-se numa lógica social específica e só pode ser lido/entendido de acordo com o contexto de onde é enunciado. No caso de Itaipu, os discursos promovem a reafirmação de uma identidade como resguardo das transformações sociais que a comunidade tem sofrido.

Os discursos em luta não deixam margem a dúvidas ou alternativas. Eles indicam o caminho da adesão, pura e simples, como a única possibilidade de compreensão e de transformação no real. Os discursos produzem projetos que se pretendem capazes de reverter situações, pois se apresentavam como soluções experimentadas, vivenciadas e de recuperação de verdades reconhecidas pela memória coletiva. Tais discursos trazem e traduzem, em si, uma síntese, uma vivência e uma experiência fragmentada e concisa, que pretendem recuperar ou apresentar como “unidade” e “consenso”, os discursos apresentam-se como integradores de outros discursos e capazes de dialogar com estes outros discursos.²⁰³

Neste capítulo analisam-se não só os discursos de memória enquanto testemunhos orais, mas algumas ações que se configuram como lutas pela legitimação e manutenção da identidade da pesca em contraponto ao discurso hegemônico de “expansão” e “progresso”. Mediante as transformações sociais que ameaçam à manutenção da pesca artesanal, tem-se visto crescer uma série iniciativas que visam à reversão deste processo.

Algumas regras consuetudinárias foram extintas (pesca de cerco com vigia) enquanto outros aspectos normativos são mantidos (como *respeito* e *direito de quem chega primeiro*). Aspectos culturais que mostravam sinais de extinção ou descompasso com as dinâmicas sociais e ecológicas da praia ressurgiram, foram substituídos ou adaptados (como a devoção ao padroeiro dos pescadores; as regras de partilha; a marcação da *vez* atualmente acordada verbalmente) e outros foram mantidos (*segredo* dos pesqueiros produtivos). Herdados de gerações precedentes, esses arranjos mostram-se receptivos à reinvenção e à adaptação quando as interações socioecológicas são ameaçadas. É esta capacidade de reestruturação que torna possível a perpetuação do modo de vida dos pescadores artesanais em Itaipu, sendo também responsável pela frustração de previsões apocalípticas referentes ao desaparecimento da atividade artesanal da pesca local.²⁰⁴

Os próximos tópicos deste capítulo irão mostrar como tem se dado tais processos de mudança social e Itaipu e como a comunidade local tem lidado com estas transformações. Neste sentido, se partirá de uma descrição dos processos de mudanças e conflitos em Itaipu, iniciado pela expansão urbana e imobiliária, remetendo ainda às questões da própria comunidade local, como é a relação entre os pescadores e a colônia de pesca Z-7; para posteriormente dar ênfase aos discursos e ações da comunidade, que de acordo com esta

²⁰² Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

²⁰³ MORAES, Nilson. Cit.,p.12.

²⁰⁴ COSTA, Paula Chamy Pereira da. Op, Cit.,p.190.

pesquisa, espelham a mobilização em contraposição ao processo de mudanças que tem ocasionado o enfraquecimento da atividade pesqueira.

2.2.1. Mudanças e conflitos em Itaipu

Segundo o Guia de Itaipu, material produzido pelo MAI, em 1944, um decreto-lei dividiu o município de Niterói em dois distritos. O primeiro continuaria a chamar-se Niterói e o segundo distrito comporia toda região oceânica, chamando-se Itaipu. Este documento ressalta que o acesso à região oceânica se fazia difícil por vias terrestres, “pois morros e montanhas dificultavam o acesso numa época de poucas estradas e caminhos para a região. No entanto, na praia de Itaipu seguia vivendo uma comunidade de pescadores”.²⁰⁵

A partir da década de 1940 a cidade de Niterói passou por grandes mudanças urbanísticas, sendo ainda no ano de 1944, elaborado o Plano de Urbanização das Regiões Litorâneas de Itaipu e Piratininga. Apesar de não ter sido seguido, é a partir desta década que a área de Itaipu passa a chamar atenção de investimentos imobiliários. Neste sentido, em 1945 foi aprovado o “Cidade Balneária de Itaipu”, maior loteamento da época.²⁰⁶ Em 1946, é aberto um canal de ligação entre a Lagoa de Piratininga e a Lagoa de Itaipu, o Canal de Camboatá, a fim de evitar o transbordamento nas áreas marginais às lagoas. As décadas que se seguiram foram marcadas por um processo ostensivo de urbanização que provocou grandes impactos à comunidade de pescadores de Itaipu, especialmente a partir da década de 1970.

A Década de 70 é marcada pela construção da ponte Rio - Niterói, crescimento urbano de Niterói e principalmente da região oceânica. Até esta década a vila de pescadores era ainda relativamente isolada, sendo a pesca principal mobilizador econômico daquela região.

A proximidade com um grande centro urbano faz com que a existência de artes de pesca com centenas de anos de tradição pareça um paradoxo. Mas basta lembrar que antes da inauguração da Ponte Rio Niterói, em 1974, a região oceânica de Niterói era praticamente deserta.²⁰⁷

Apesar de ainda ser realizada como modo de sustento para as famílias que habitam as proximidades da praia, nos últimos anos, a pesca em Itaipu tem decaído. Os pescadores, que aprenderam o ofício da pesca como herança de família, têm deixado seus filhos “escolherem seu destino”, temendo que estes não consigam seguir o mesmo caminho que os seus. Em

²⁰⁵ MAI-IBRAM. Acervo Técnico. *Guia de Itaipu*, p. 9.

²⁰⁶ MAI-IBRAM. Acervo Técnico. *Op. cit.*

²⁰⁷ LOBÃO, Ronaldo. *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo*: como uma política pública pode transformar em uma política de ressentimento. Niterói: UFF, 2006, p. 127.

entrevista concedida ao Museu de Arqueologia de Itaipu, Aureliano Mattos de Souza, o Cambuci enfatiza:

Eu tinha dois filhos homens e falou:- papai, quando eu crescer vou ser pescador igual o senhor. Eu falei: - meus filhos, eu criei vocês na pescaria, mas por vocês foi criado na pescaria, mas eu vou dizer um troço a vocês; vocês não fosse pescador. Quando vocês tivessem na, na formatura de vocês, vocês já tiver se governando vocês próprio, cada um leva um serviço que é muito melhor que a pescaria, que a pescaria hoje não dá, não dá futuro pra ninguém não. ²⁰⁸.

Na Mesa Redonda “Memórias de Itaipu” a fala deste mesmo pescador chamou atenção. No evento, ele afirmou ter crescido em meio à pesca e seu pai havia lhe ensinado, entretanto “graças a Deus” os filhos deles tinham se formado na faculdade. Neste sentido, vale salientar pescador, juntamente a Carlos Lopes (conhecido como Lula) são os únicos donos de pescarias de arrasto na praia de Itaipu nos dias de hoje.

A senhora Tânia Rodrigues Lopes, irmã e filha de pescador mostra sua preocupação com a descontinuidade da tradição familiar na pesca. Ela lembra que na década de 1960 havia por volta de 30 pescarias de arrastão na praia de Itaipu e que já em 1970 (na época do seu pai) esse número já tinha caído para 20. Quando entrevistada, Tânia mostrou preocupação com o fim da pesca artesanal em Itaipu, pois se de 1960 a 1980 as *companhas* diminuíram em aproximadamente 20 e desta época até hoje diminuíram em aproximadamente 10, como se dará o futuro da pesca artesanal?

A entrevistada acredita que em um prazo de 5 anos já não haverá mais esse tipo de pesca em Itaipu:

Em 20 anos, olha só a decadência! Você acha que daqui a mais, não vou botar 20 anos não, 5 anos vai ter pescaria de arrastão aqui na praia de Itaipu? Se continuar assim, não vai ter mesmo porque esse que tão pescando com eu irmão hoje, morrendo, os filhos não tão na pescaria, os filhos desses homens que trabalham com meu irmão hoje tão, tão na Petrobrás, tão fazendo curso de petróleo e gás, tão fazendo curso de internet, de consertos de manutenção de computadores. Os filhos desses homens que estão com meu irmão hoje, nenhum deles estão envolvidos em pescaria. Então, esses morrendo, acaba a pescaria, por que não tem mais, não tem mais a tradição. Mas não tem por quê? A pescaria hoje em dia não sustenta mais família, então não vale a pena pescar. ²⁰⁹.

2.2.2. Especulação Imobiliária: a Veplan e o “Canal da Vergonha”

Com a urbanização da região Oceânica se iniciou um processo de expropriação de moradores de áreas próximas à praia e lagoa, em detrimento da construção de casas e hotéis

²⁰⁸ AURELIANO MATTOS DE SOUZA. Op. Cit.

²⁰⁹ TÂNIA RODRIGUES LOPES, entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 22 nov. 2012.

de luxo. A construção de prédios e condomínios de alto e médio padrão provoca a existência de um contraste entre moradias de baixo e alto poder aquisitivo na região.

A presença de prédios de grande porte é uma preocupação na fala dos moradores entrevistados, que temem perder suas tradições mediante a impossibilidade de se dar continuidade ao convívio familiar²¹⁰:

A especulação imobiliária é a pior delas, disso tudo que tá acontecendo aqui em Itaipu, porque a especulação imobiliária vem chegando, vem chegando e vem tomando tudo, vem chegando prédio e com o crescimento vai chegar na hora que a gente não vai poder mais segurar isso aí em Itaipu e naquela época, não tinha nada, a gente podia olhar pra todos os lados que não tinha casas altas e as famílias eram mais unidas, a família era bem mais unida [...] mas com o crescimento da especulação, do crescimento desordenado desse país tudo aí que vai crescendo pra um lado, cresce pro outro, aqui em Itaipu cresceu muito e cresceu de uma tal forma que a gente , a gente chega uma hora que a gente não sabe mais parar isso.²¹¹

A praia de Itaipu é conhecida pela beleza e pela tradição da pesca, mas nas últimas décadas tem sofrido mudanças relacionadas ao crescimento do bairro e a expansão imobiliária. Almejando um lugar mais calmo, antigos moradores das grandes capitais têm se mudado para o bairro de Itaipu. A partir da década de 1970 essa localidade passou a sofrer com processos de especulação imobiliária e em específico pelo loteamento de suas “riquezas naturais” pela empresa Veplan Imobiliária.

Esta empresa, que incorporou os terrenos da antiga Territorial de Itaipu loteou áreas de moradia dos pescadores: “Toda a região em volta da lagoa de Itaipu, inclusive as duas restingas (que separam as duas lagoas de Itaipu do mar), estavam sendo loteada e urbanizada pela Veplan, que por isso, retirou de suas terras todos os moradores na maioria antigos pescadores”²¹².

Além do loteamento, esta empresa abriu um canal que passou a ligar a lagoa de Itaipu ao mar. Esta abertura provocou a divisão da praia de Itaipu, que perdeu território para a “nova” praia Camboinhas: “Condomínios residenciais mais sofisticados foram construídos na parte da praia de Itaipu passou a ser denominada de Camboinhas, e os pescadores que lá residiam mudaram-se para bairros distantes e favelizados como Engenho do Mato, Jacaré, Cantagalo e Mar à Vista.”²¹³.

²¹⁰ Vale notar que o presente trabalho tem como fonte de análise testemunhos de uma parcela reduzida dos moradores do bairro de Itaipu, se restringindo às pessoas que habitam ora a vila de pescadores, ora ao Morro das Andorinhas, relacionadas direta ou indiretamente à pesca, tendo por foco àquelas que possuem relativa ancestralidade familiar nesta atividade.

²¹¹ JOSÉ SIQUEIRA DA SILVA, entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 26 nov. 2012.

²¹² LIMA, Roberto Kante de. Op. Cit, p. 50.

²¹³ COSTA, Paula Chamy Pereira da. Op. cit, p. 49.

Tem um monte de gente ali, a maioria se você for fazer uma pesquisa, ninguém veio da pesca, Tudo é o que? O pescador que já morou aqui, que teve suas casas e venderam o que eles tinham aqui. Uns moram no Largo da Batalha, Engenho do Mato, São Gonçalo, Cantagalo, entendeu?²¹⁴.

O canal passou a ser chamado “canal da vergonha”²¹⁵ pelos moradores, por ter significado, além da divisão de Itaipu em duas praias, a queda da produção pesqueira e o distanciamento de pescadores que moravam ao redor da lagoa: “Ali do outro lado do canal tinha muitas casas de moradores também e ali uma companhia com nome de Veplan indenizou os pescadores e os pescadores de lá também se mudaram daqui e foram pra outra, pra outra, outros lugares”.²¹⁶

Esta abertura trouxe modificações significativas no sistema lagunar porque além de diminuir o espelho d’água, deixou de acumular a quantidade de água necessária para abertura natural da barra em Piratininga e os terrenos marginais de ambas as lagoas foram invadidos por favelas e loteamentos. A partir de então, a lagoa de Itaipu passou a receber a cada ano em suas águas maior volume de esgoto sanitário sem tratamento, o que tem contribuído para sua degradação.²¹⁷

As mudanças nos níveis de suprimento de água e nutrientes da Lagoa de Itaipu com a abertura permanente do canal para o mar afetou a fauna e flora da lagoa e seu entorno. Trata-se assim, de mais um exemplo de transformações em um sistema que compromete as opções de produtividade em outro (no caso o mar, a lagoa e o sistema hídrico contribuinte) provocando alterações também na dinâmica de pesca local, já que grande parte dos pescadores também alternava a pesca do mar com a pesca na lagoa.²¹⁸

A expansão imobiliária provocou um processo de exclusão aos visitantes provenientes de camadas de menor poder aquisitivo a parte da praia de Itaipu que veio a ser Camboinhas, por esta não possuir acesso via transporte público. Neste sentido, o fato de Itaipu ser a praia de mais fácil acesso acaba concentrando maior número de visitantes, prejudicando a pesca pelo alto número de circulação de pessoas.

Segundo Carvalhido, a praia de Itaipu pode ser vivenciada de duas maneiras, no dias de semana e nos fins de semana. “Durante a semana, a praia com pescadores, peixes, redes, comércio e uma intensa atividade dos grupos locais. Nos fins de semana, uma invasão de grupos de “fora”, sejam aqueles que chegam à praia nos ônibus que ligam Itaipu a vários outros bairros, sejam aqueles que chegam a bordo dos iates vindos do Rio de Janeiro.”²¹⁹. De acordo com o autor, o contato entre pescadores e visitantes se dá pelos bares que em maioria

²¹⁴ LIDIANE VIEIRA ALMEIDA, entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 19 mar 2014.

²¹⁵ Cf. LOBÃO, Ronaldo. Op. Cit.

²¹⁶ TÂNIA RODRIGUES LOPES, Op. Cit.

²¹⁷ COSTA, Paula Chamy Pereira da. Op. Cit, p. 49.

²¹⁸ Ibidem, p 63.

²¹⁹ CARVALHIDO, Victor. Op.Cit., p. 29.

pertencem às famílias de pescadores artesanais. Outro modo de se estabelecer este contato concerne ainda ao leilão, venda dos peixes conseguidos durante a madrugada, que ocorre logo de manhã.

Ronaldo Lobão mostra que este contraste nos usos da praia e no ordenamento do espaço se dá ainda de acordo com o poder aquisitivo dos grupos que a visitam: “Um que chega à Praia de ônibus ou em carros velhos, fica na areia e aproveita o mar calmo da enseada. O outro aproveita esta mesma calmaria para ancorar seus iates, lanchas e veleiros e desfrutar dos pratos sofisticados dos restaurantes.”²²⁰.

Como havia sido comentado anteriormente, a partir da década de 1970 a Veplan solicitou aos moradores da Praia de Itaipu – em especial a muitos pescadores - que saíssem de suas casas, que em contrapartida receberiam indenizações ou outra moradia.

O que se viu, entretanto foi a interiorização dessa população e o distanciamento em relação à praia. Restante da Região Oceânica de Niterói aumentou a pressão imobiliária sobre os pescadores, de forma que hoje somente resta um rancho de pesca de frente para o mar, o de Mestre Cambuci.²²¹.

Pescadores que dependiam especificamente da praia foram habitar o interior da cidade nos bairros do Engenho do Mato, Terra Nova, Jardim Itaipu e Maravista. Este processo de migração acarretou a perda dos hábitos e estilo de vida de pescadores, que tinham na praia e na lagoa a sua identidade.

Por outro lado, compreendemos que embora o pescador muitas vezes vá buscar em outras atividades (formais ou informais) o sustento para a sua família, ele não se desvincula totalmente da pesca, mesmo aqueles que acabam sendo expulsos de sua área de origem devido à especulação imobiliária e/ou ao imaginário que, acaba ligando a Colônia a um cotidiano de tranquilidade e sossego, que na verdade estão associados ao modo de vida do pescador e à origem da área.²²².

Segundo Luciana Pereira, ‘A Praia de Itaipu, tradicionalmente ocupada por pescadores, vem sofrendo “invasões” as mais variadas, que acabam por prejudicar a comunidade que ali se encontra em dar continuidade às suas atividades pesqueiras’.²²³ A organização política tradicional da pescaria mudou; se viu o desgaste das práticas tradicionais e um período de esvaziamento da Vila por moradores tradicionais, provocado pela especulação imobiliária e especialmente, pelas iniciativas da Veplan.

²²⁰ LOBÃO, Ronaldo. Op. Cit., p. 125.

²²¹ Ibidem, p. 126.

²²² FERREIRA, Jamylle. *Controle do território, identidade e existência: a histórica relação de poder sobre a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira- Ilha do Governador- RJ*. São Gonçalo: UERJ, 2012, p. 75.

²²³ PEREIRA, Luciana. Op. cit, p. 275.

Os pescadores que permaneceram na praia de Itaipu habitam a localidade conhecida como Canto de Itaipu, espaço definido pelo Plano Diretor da Cidade de Niterói como área de Interesse Pesqueiro, por tratar-se de terreno de marinha aforado à Colônia de Pescadores de Itaipu desde sua criação [...] Neste local existem moradias de construção modesta, várias ruelas que dão passagem para a praia e um comércio local constituído de bares e restaurantes pequenos (sendo alguns deles pertencentes a pescadores locais) que funcionam como ponto de encontro dos pescadores após o trabalho e finais de semana.²²⁴

O crescimento na construção de imóveis provocou o avanço sobre áreas de vegetação secundária, de solo exposto e Mata Atlântica, fazendo com que, desde a década de 1970 estas áreas passassem de 48,85% para 41,04%, com destaque para a sub-bacia da Lagoa (laguna) de Itaipu. Um estudo sobre o planejamento ambiental e territorial da Região Oceânica e suas transformações no período de 1976 e 2011, produzido pela UFF e publicado na revista de GEONORTE²²⁵ mostrou a duplicação das áreas urbanizadas da região (17,74% para 37,54%). Os dados demonstrados na pesquisa apontam ainda para o levantamento censitário realizado de 2000 a 2010, no qual evidenciaram a predominância do crescimento (68,85%) da região Oceânica em comparação às demais regiões do município de Niterói.

O artigo chama atenção ainda para um problema enfrentado pelas comunidades pesqueiras nessa região: a diminuição do espelho d'água: O impacto sobre as Lagoas de Piratininga e de Itaipu reduziu a participação dos espelhos d'água na área total da região de 9,82% para 8,13% no período – uma perda de cerca de 880.000 m² principalmente para aterros com fins à regularização hídrica e ao ganho de novas áreas costeiras para ocupação.²²⁶

Além dos empreendimentos imobiliários e do crescimento do bairro pelos fatores supracitados, o alargamento da estrada Francisco da Cruz Alves (ou Estrada de Itaipu construída em 1923) em 1991 contribuiu para o crescimento do bairro, passando a existir inúmeras construções comerciais na faixa percorrida pela estrada. Segundo Costa, este “reflexo das transformações no uso do espaço de Itaipu que também se revelaram alternativas profissionais para pescadores e filhos de pescadores e auxiliaram na mudança da dinâmica de reprodução social e cultural existentes.”²²⁷

²²⁴ COSTA, Paula Chamy Pereira da. Op.cit, p. 50.

²²⁵ CORRÊA, Wanderson Barreto; FONTENELLE, Thiago Henriques. Uso Ecobertura do Solo (1976-2011) E Os Desafios Do Planejamento Urbano-Ambiental Integrado na Região Oceânica De Niterói (RJ).In: *REVISTA GEONORTE*, Edição Especial, V.3, N.4, p. 1345-1357, 2012.

²²⁶ Ibidem, p. 1356.

²²⁷ COSTA, Paula Chamy Pereira da. Op.Cit., p. 61.

Concomitantemente à expansão imobiliária na Região Oceânica, os pescadores passaram a travar embates com operadores de traineiras, barcos utilizados para pesca de médio ou grande porte. As grandes companhias de pesca prejudicam as pescarias artesanais ao passo que, ao puxarem todo o peixe (normalmente pela madrugada), provocam a escassez ou mesmo a morte de algumas espécies, impossibilitando o pescador artesanal de exercer seu trabalho (normalmente entre a madrugada e o início da manhã).

Hoje em dia não, é muitos barcos, são muitos barcos de pesca que podiam tá pescando em alto mar, mas tá aqui tirando o peixe do pescador de terra, que esse pessoal de barco eles ficam 10, 12 dias no mar, então eles tem o mar tudo pra ele, mas eles vêm pra aqui justamente pra que? Pra tirar todo o peixe daquele pescador que vem pra cá todos os dias e é muita rede também, muita rede de malha, aonde o cardume vem, o cardume do peixe vem, bate naquela rede e volta. Bom hoje em dia tá muito difícil sobreviver, o pescador sobreviver só da pesca ²²⁸.

Muitos dos operadores das traineiras não respeitam o limite de 200 metros de distância da praia, atrapalhando a atividade pesqueira dos moradores de Itaipu, o que nos remete a pensar até que ponto se faz valer o direito de “livre trânsito”, e como essa oposição entre pesca artesanal e traineiras revela o processo de coexistência entre “tradição e progresso²²⁹”. Nota-se assim que, além dos problemas sociais ocorridos com a implantação de uma política de expansão imobiliária, moradores dos bairros da Região Oceânica que vivem da pesca se veem prejudicados pelos impactos ambientais a que este processo remete, pois são eles intrinsecamente relacionados à atividade e ao meio em que trabalham.

Os pescadores sofrem ainda com a presença de plataformas petrolíferas, o desrespeito ao meio ambiente em geral e a praia: poluição, lixos em locais indevidos; Jet skis sobre o espelho d'água, pesquisa sísmica é também fator de reclamação dos pescadores : “Esse montão de barcos que fica aqui , um montão de lancha que vai pra praia no fim de semana, esse montão de jet-skis, que é um perigo pro pessoal da praia, que é um perigo pro pescador também.”²³⁰.

Além do lixo deixado nas areias da praia decorrente das atividades de lazer, por estar diretamente conectada à Baía de Guanabara, a praia de Itaipu é fortemente afetada pela poluição da baía. Pescadores de Itaipu fazem menção constante ao problema do lançamento de óleo pelos atuneiros (barcos para pesca de atum) e demais elementos

²²⁸ TÂNIA RODRIGUES LOPES. Op. Cit.

²²⁹ Segundo Britto, as comunidades tradicionais se transformam a ponto de coexistir com novas formas de vivência e produção do trabalho. O autor é contrário à oposição do artesanal ao progresso, afirmando que o saber tradicional é apenas diferente das novas tecnologias, o que não exclui o seu grau de especificidade e aprimoramento. Cf. BRITTO, Rosyan Campos de Caldas.

Op. cit.

²³⁰ TÂNIA RODRIGUES LOPES. Op. cit.

poluentes provenientes da baía que danificam seus petrechos e prejudicam a pesca devido à diminuição da quantidade de peixes.²³¹

No que diz respeito a indústria petrolífera, Jorge Nunes de Souza explica que esta tem poluído o mar e impedido os pescadores artesanais de executarem seus trabalhos, devido à extensão de suas plataformas e cargueiros. Segundo este pescador e liderança local, tais problemas já estão sendo discutidos com a criação de uma reserva extrativista, sobre a qual abordaremos posteriormente:

A RESEX, a gente ta discutindo porque a indústria petrolífera ta dentro da bacia de Itaipu. A gente não só pela poluição, mas também pela ocupação dela né? Uma plataforma e um rebocador ele tem 500 metros de extensão e tem plataformas com 300 metros, então 500 metros não é do eixo, é 500 metros de cada lado. Então, 500 metros de exclusão. 5000 metros, então não são 500 metros, se o barco tem 300 metros, então você tem não são 800 metros pra cada lado. Você tem aí 1600, 1500 metros de área de exclusão. É mais da metade do espaço pesqueiro daqui da vila de pescador, que o pescador artesanal aqui usa. Então só aí já ta causando um transtorno pra gente. Outro transtorno que eles trazem pra gente é na quantidade de lixo que eles jogam na água.

O entrevistado ainda enfatiza que tais empresas até possuem programas de limpeza e conscientização ambiental, mas alguns funcionários acabam por poluir mesmo assim. Nesse sentido, o pescador afirma que ações como a formatação de uma unidade de conservação, servem para a criação de leis que estabeleçam a regulamentação necessária. Jorge Nunes acredita também que, ao contrário de alguns de seus colegas de trabalho, a ideia não é “parar” as grandes empresas petrolíferas, pois elas são muito importantes na geração de emprego, renda e produtos, porém a partir destas regras criarem um mecanismo de convivência entre a grande indústria e o pescador artesanal.

A gente sabe que o tem todo um trabalho dessas empresas de não jogar lixo no mar. Mas o ser humano procura o trabalho mais fácil, então ele prefere jogar na água do que botar na lixeira. Então eles jogam armário dentro d' água, joga talha dentro d' água, resto de cabo de aço. E eles estão poluindo aqui nosso canto. Parar uma Petrobrás não pode, para uma empresa desta, a Modec, Shell da vida é muito complicado. É complicado pro ser humano, não pra gente. Complicado porque uma empresa dessa dá muito emprego, gera emprego, trabalho social, gera combustível, gera roupa, gera sapado, então sem uma empresa dessa nós não vamos ter o pneu, o combustível pra botar nos motores, então nós temos, mas a gente tem que preocupar e preocupar eles porque eles não vão poder continuar poluindo né? Eles vão fazer e não poluir. A ideia não é parar, a ideia é tentar educar eles e eles não poluir nosso espaço.²³²

²³¹ COSTA, Paula Chamy Pereira da. Op. cit, p. 57.

²³² JORGE NUNES DE SOUZA, Op. cit..

2.2.3. Institucionalização do trabalho: A questão da Colônia

Outro problema que leva ao desgaste das estruturas tradicionais pesqueiras em Itaipu concerne à seguridade do trabalho. Para além da insegurança enfrentada pelos pescadores causada pela instabilidade do tempo e da variação entre mar “bom” e “brabo”²³³, se vê, desde o período colonial, a jurisdição da atividade pesqueira tem oscilando entre Marinha e Ministério da Agricultura, dependendo da necessidade: ora segurança nacional, ora em privilégio da economia. Neste sentido, insere-se a criação das Colônias de Pesca como representantes oficiais dos pescadores matriculados junto aos órgãos competentes²³⁴.

Dentre as primeiras iniciativas na regulamentação da atividade pesqueira no Brasil, se pode citar o Decreto nº 447 de 1846. Este Decreto, expedido ainda na época do império foi um dos instrumentos que possibilitou a criação das colônias de pescadores no início da República, pois nele foram criados os Distritos de Pesca – instituições subordinada à Marinha que através da Capitania dos Portos era responsável pelo controle regional da pesca.

A principal estrutura era a capatazia: cada distrito teria um capataz e quantos subcapatazes fossem necessários para cobrirem toda a região. Os distritos não deveriam ter nas suas áreas de abrangência (bairro ou lugarejo de cidade, de vila ou de costa) senão as pessoas que neles residiam. Tanto o capataz quanto os subcapatazes se submetiam diretamente ao capitão do porto da respectiva província, que teria como opção selecionar os capatazes na comunidade ou aceitar os indicados pelos pescadores locais.²³⁵

Vale ressaltar que os distritos serviam como um braço da marinha na defesa do território nacional, pois à vinculação dos pescadores às capatazias os tornava parte da armada imperial, onde cada pescador cadastrado poderia ser requisitado pela Marinha a servi-la com sua embarcação.

Já no início da República, principalmente da década de 1920 houveram mudanças no campo da legislação sobre a atividade pesqueira. Primeiramente se deve citar a Lei nº 4.015 de 9 de janeiro de 1920 que estipulava que o pescador deveria ser incorporado à Marinha Mercante como força naval e posteriormente, não menos importante, a criação das Colônias de pesca em 25 de outubro de 1923 através do Decreto nº 16.183.

²³³ PESSANHA, Elina. Op. cit, p. 49.

²³⁴ As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores foram reconhecidas, pela Lei nº 11.699, de 2008, como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca. Cabe às Colônias, às Federações Estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores a defesa dos direitos e interesses da categoria, em juízo ou fora dele, dentro de sua jurisdição. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/cecp/>>. Acesso em: 03 ab. 2014.

²³⁵ RESENDE, Alberto Toledo. Op. Cit., p. 63.

Pela primeira vez na história nacional regulamentava e organizava de fato a atividade pesqueira, não somente a voltada para a produção industrial ou em larga escala, mas a atividade praticada individualmente pelos pescadores, que de acordo com Artigo 3º passaram a organizar-se em colônias de pesca e segundo uma estrutura estatal que prometia organização e serviços essenciais para este grupo da sociedade.²³⁶

A criação das Colônias serve em primeira instância para identificar a limitação do espaço ou, a filiação em que o pescador pode exercer a sua atividade, entretanto não impede o livre trânsito do mesmo ou de companhias de pesca.

A “jurisdição de pesca” em Itaipu diz respeito à Colônia Z-7 (que fora criada com o nome de Z-10). A Colônia compreende as praias de Itaipu, Piratininga, Camboinhas, Itacoatiara, Itaipuaçu, Maricá e Ponta Negra, com aproximadamente 450 associados. Ela é subdividida em 4 seções (Piratininga, Maricá, Zacarias e Ponta Negra).

A ocupação da praia de Itaipu por pescadores para o exercício de suas atividades produtivas e sociais é remota, mas o uso dos espaços e habitação efetiva não ensejou direitos efetivos até a fundação da colônia de pesca em 1921, quando lhe foram aforados os terrenos de marinha e reconhecidos oficialmente a propriedade das residências e ranchos de pesca dos pescadores lá estabelecidos. Ainda que Pessanha (1977) aponte o ano de 1923 como marco inicial da urbanização da praia de Itaipu devido à construção da estrada que liga o bairro até o centro de Niterói, entendo que a origem das expropriações e alterações dos espaços ocupados pelos pescadores encontra-se principalmente no desmembramento de fazendas de café e cana-de-açúcar para a criação de loteamentos na década de 1940.²³⁷

Mediante a pesquisa bibliográfica e ao trabalho com entrevistas, constataram-se diversos conflitos envolvendo a colônia de pesca Z-7 na Vila de Pescadores em Itaipu. De acordo com Alberto Toledo Resende, esses conflitos podem ser entendidos dentro de um contexto de relações tensas entre o Estado e os pescadores.

Segundo o autor, ainda no período imperial o controle das áreas litorâneas já era uma preocupação do governo aqui existente. Já no início da República, a Marinha passou a regularizar os direitos e deveres das populações do litoral a fim de que estes não se apresentassem como ameaça à nova organização político-administrativa do Brasil. Neste sentido, as Colônias de Pesca são criadas no intuito de controlar esse território.

A espacialização da pesca desse período da Primeira República demonstra como a pesca foi importante para constituição do território nacional. Sua temporalidade

²³⁶ RESENDE, Alberto Toledo. A Origem da institucionalização da pesca artesanal. In: SILVA, Cátia Antonia da. Op. Cit., p. 63.

²³⁷ COSTA, Paula Chamy Pereira da. Op. cit, p. 46

remonta a esse período com a culminância de maior mudança legislativa para a categoria, e no qual o Estado se torna o maior interventor não somente do território dos pescadores, mas na construção da identidade do pescador pelos novos arranjos impostos com o reordenamento territorial e com deveres da categoria.²³⁸

Quando entrevistados para a realização do presente trabalho, a maioria dos pescadores de Itaipu (entre os entrevistados) afirmaram que não se sentiam representados pela Colônia de Pescadores, alguns deles comentaram ainda que grande parte dos pescadores de Itaipu é matriculada em Maricá ou Jurujuba.

Roberto Kant de Lima aponta como razão para esta falta de identificação a não intervenção em favor dos pescadores pela prefeitura de Niterói e a falta de uma articulação efetiva da Colônia na defesa da comunidade quanto à especulação imobiliária. Quando perguntado qual foi o papel da Colônia de pescadores na época em que a Veplan indenizou os pescadores, Jorge Nunes de afirmou:

A Colônia não teve papel nenhum. Ela ficou parada, não houve uma defesa. Houve uma defesa de um grupo, que eu fiz parte dele em 77, 76, até fiquei um pouco mal porque era um grupo que tinha Marcelo Ipanema que era um biólogo famoso, tava Roberto Kant envolvido, que era sociólogo, é... eu tinha uma namorada também que era socióloga, Roberto Kant é antropólogo. Aí tinha um grupo assim, bem envolvido, nós fizemos até um filme na época A Faca no Peito o nome do filme, com um grupo lá de antropólogos.²³⁹

Além da Colônia Z-7, existem organizações ligadas à comunidade de pescadores e a comunidade do morro as Andorinhas, que através dos anos trava grandes embates para manutenção de seus territórios e tradições. Assim, se vê a criação da ACOTMA, no morro das Andorinhas como mecanismo de valorização de memória e afirmação de identidades.

ACOTMA, ela é uma associação que ela foi realmente assim desenvolvida para lutar pelas pessoas que moram no morro das Andorinhas, você entendeu? Aquelas pessoas que passaram por muitos e muitos anos. E foram e foram, por exemplo, assim, esquecida, esquecida pelo poder público [...] A ACOTMA foi criada basicamente pra isso, a ACOTMA ela vai a todos, ela vai onde que as pessoas precisam aqui em Itaipu, tá ajudando na reserva extrativista também, aqui junto com o Chico, junto com o pessoal e a ACOTMA, ela foi criada pra representar a comunidade tradicional dos pescadores de Itaipu²⁴⁰.

Além da associação do Morro das Andorinhas, outra Associação que se destaca na comunidade de Itaipu e tem grande relevância para nossas análises é a ALPAPI.

²³⁸ RESENDE, Alberto Toledo. Op. Cit.,p16.

²³⁹ JORGE NUNES DE SOUZA, Op. cit..

²⁴⁰ JOSÉ SIQUEIRA DA SILVA. Op. Cit.

Porque aqui tem a colônia de pesca e também tem uma associação, associação é ALPAPI – Associação Livre de Amigos de Pescadores da Praia de Itaipu. Aí quem é o presidente dessa associação é Seu Chico e presidente da Colônia é Yllke, que era o pai dele, agora é o filho.”²⁴¹.

Os embates travados entre pescadores e Colônia não se detêm a questões meramente administrativas. Ao se analisar o discurso dos moradores entrevistados, pode-se ver que estas querelas perpassam ainda questões pessoais. Hoje a Colônia Z7 trava embates com a ALPAPI, visto que a gestão atual sucedeu o atual presidente desta associação, que ficou no cargo de 1992 e 1999. Acusado por alguns pescadores de não convocar eleições, a atuação deste pescador teve de ser interrompida.

Em 1999 a colônia sofreu nova intervenção com a interposição de ação judicial pela Federação de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ) contra o então interventor (o pescador local) e passou a ser administrada por interventor indicado pela Marinha. Entre julho e setembro de 2000, a colônia passou a ser administrada por uma junta governativa formada por três pessoas e indicada pela FEPERJ, e a partir de setembro, após eleições, dois pescadores não nativos de Itaipu (um deles era o presidente da junta governativa) passaram a dirigir a entidade.²⁴²

A colônia aqui, conforme eu tava falando, ficou um tempo desativada aqui em 2000, de 99 pra 2000. Foi feita uma ação judicial pra retomar a colônia, que a colônia tava abandonada. Se você ver as fotos, junto os pescadores daqui com os de Maricá e conseguimos, foi quando teve eleição, o Barbudo foi eleito teve primeiro a junta governativa. Pra se fazer um levantamento que tinha a colônia e logo em 2000 teve as eleições, que foi feita a reconstrução da sede aqui em Itaipu.²⁴³

Apesar de este trabalho levar em conta que toda sociedade é permeada por conflitos, enfatiza que o papel deste capítulo é entender como se configura o contexto social nas temporalidades abarcadas pela presente pesquisa, dessa maneira, não é pretensão do mesmo prender-se a questões pessoais ou ainda tomar algum partido referente aos conflitos citados. Neste sentido, vale salientar que ao longo da pesquisa, tanto a Colônia de Pescadores como a ALPAPI foi solícita para a presente pesquisa, disponibilizando momentos para as entrevistas, assim como documentos para consulta.

Suscitar os conflitos que envolvem a colônia de pescadores e a Associação Livre remete-se ao fato de que elas se inserem em alguns dos processos citados no presente trabalho, como a criação de uma reserva extrativista, que será tratada no próximo tópico e o tombamento das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, um dos objetos principais desta dissertação.

²⁴¹ TÂNIA RODRIGUES LOPES. Op. Cit..

²⁴² CARVALHIDO, Victor. Op. Cit., p. 58.

²⁴³ LIDIANE VIEIRA ALMEIDA. OP. Cit..

2.2.4. A RESEX

Você vai na Charitas, ali era uma colônia de pescadores e hoje você não encontra; você vai em Camboinhas, Piratininga não tem mais; o ramo imobiliário tomou conta desses lugares e a mesma coisa eles estão querendo fazer aqui em Itaipu. Aí o que acontece [...] é, a gente tá lutando contra isso, e a gente tá querendo, os pescadores tá lutando aí, tão até querendo fazer uma reserva aí, uma reserva pesqueira, que é pra proteger os pescadores.

Tânia Rodrigues Lopes

O estabelecimento de reservas extrativistas (RESEX) é previsto pela Lei Federal 9.985/00 e diz respeito a um instrumento que visa favorecimento do ambiente marinho, assim como cria estratégias territoriais de conservação e proteção dos direitos dos pescadores artesanais. A RESEX deve ser um almejo da comunidade pesqueira e seu projeto se dá em parceria com o Estado.

Uma vez aprovada pelo Centro Nacional para o Desenvolvimento de Populações Tradicionais (CNPCT) e a Unidade de Conservação (UC) é criada em cogestão entre o Conselho Deliberativo (Administração Pública, Marinha, Universidades, ONGs, Associações) e os extrativistas (pescadores) interessados. Segundo Costa, este sistema de cooperação entre Governo e comunidade local permite que as regras e arranjos da RESEX sejam elaborados e executados de acordo com a necessidade específica de cada local.

Os espaços e recursos marinhos passam a ser reconhecidos pelas leis formais como áreas exclusivas para exploração comunitária dos pescadores artesanais organizados e os arranjos institucionais informais (remanescentes, residuários, extintos ou embrionários) próprios da cultura local podem ser incorporados no plano de manejo.²⁴⁴

O projeto de uma reserva extrativista em Itaipu partiu das articulações da Colônia de Pescadores Z-7 e Associação Livre de Pescadores (ALPAPI), que naquele momento tinham Jorge Nunes de Souza como representante. O Pedido oficial para a reserva foi feito em 1999 e visava à criação de uma área de proteção e incentivo à pesca não predatória. Este tipo de

²⁴⁴ COSTA, Paula Chamy Pereira da. Op. cit, p.180.

organização se destina às populações tradicionais e promove a sustentabilidade e conservação dos recursos naturais através do extrativismo de baixo impacto, baseado no saber local.²⁴⁵

Inspirado pela RESEX-Mar de Arraial do Cabo (RESEX-MAR AC), foi elaborado em 1997 o primeiro pedido de criação de uma UC em Itaipu. ‘O projeto envolvia outras duas praias adjacentes: Piratininga e Itacoatiara, razão pela qual o projeto recebeu o nome de “Reserva Extrativista Marinha de Itaipu, Itacoatiara e Piratininga”’.²⁴⁶ O antropólogo Ronaldo Lobão é um dos pesquisadores envolvidos neste processo e nos conta que desde 1996, tem colaborado com os pescadores artesanais de Itaipu. Seu contato inicial com a comunidade se deu em decorrência da finalização do documento que seria encaminhado ao CNPTC, constando os resultados do levantamento sócio-econômico e os gráficos representativos das amostras que ele houvera pesquisado.

Lobão lembra que seu intermédio com outros pescadores se deu através da figura de Seu Chico, “um pescador local muito articulado”, tanto politicamente quanto em meio aos pesquisadores que são atraídos a estudar a comunidade tradicional de Pescadores.

Ao tomar conhecimento do processo de criação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, Seu Chico, amigo de longa data de Fábio e dos vários antropólogos que trabalharam em Itaipu, começou a trabalhar pela criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu. Por solicitação de Seu Chico, o Nufep/UFF [Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas] foi envolvido.²⁴⁷

De acordo com Ronaldo Lobão, o cenário político em 1988 parecia propício à criação da reserva, visto que Seu Chico era o presidente tanto na ALPAPI quanto da Colônia Z-7. “O projeto aprovado pelo CNPq/Ciamb [Sub-comitê de Ciências Ambientais] indicava que haveria recursos para pesquisas e desenvolvimento de metodologias que permitissem o monitoramento da produção e legitimação da política”²⁴⁸. O projeto que compreenderia por volta de 400 pescadores nas três praias, tinha apoio da Universidade Federal Fluminense (UFF), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da ResexMar AC, Prefeitura de Niterói, ALPAPI, Conselho Comunitário da Região Oceânica de Niterói (CCRON), além de mais de 300 pessoas que assinaram o abaixo-assinado em apoio a criação da reserva.

Entretanto, ao sair da colônia em 1999, por motivos já explicados anteriormente, Jorge de Souza e os envolvidos com o projeto da RESEX passaram a sofrer vários entraves.

²⁴⁵ CARVALHIDO, Victor. Op. cit.

²⁴⁶ COSTA, Paula Chamy Pereira da. Op. cit, p.180.

²⁴⁷ LOBÃO, R. Op. cit, p. 127.

²⁴⁸ COSTA, P. Op. cit, p.183.

Na ocasião, a Colônia Z7 e a ALPAPI eram presididas pela mesma pessoa, inexistindo posição antagônica entre as duas entidades. Quando a primeira reunião de esclarecimento para a comunidade foi convocada pelo IBAMA (na ocasião o órgão responsável pela criação de Resex era o Centro Nacional para o Desenvolvimento de Populações Tradicionais – CNPT) (Anexo 6), a intervenção da Colônia de Itaipu já tinha sido iniciada e as disputas tornaram-se acirradas. Órgãos contrários à criação da ResexMar como a Federação de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ) e pescadores de praias adjacentes (Colônia Z8) que exercitavam a pesca nas águas pretendidas pela UC manifestaram-se junto ao IBAMA e presentes na reunião, segundo relatório do CNPT/IBAMA e UFF de 1/3/99 “tumultuaram”, juntamente com os interventores, o andamento da reunião.²⁴⁹

O projeto de criação da RESEX sofreu duras críticas da nova gestão da colônia Z-7, que acusava todo o processo de aprovação de fraudulento. Representantes da colônia de pesca de Jurujuba também se opuseram, ocorrendo um episódio em que, segundo retrata Lobão, um dono de pescarias ameaçou a demitir os pescadores de Itaipu que trabalhavam para ele no momento, caso o estabelecimento da reserva fosse aprovado.²⁵⁰

Em que pesem as alegações para a posição contrária pela criação da ResexMar obtidas em entrevista com o representante da Colônia (preocupação com pescadores de outros locais que dependem da pesca em Itaipu, impedimento da Colônia participar das reuniões, existência de interesses particulares, entre outros), o motivo não declarado da divisão de poder pelo controle da área pareceu-me o mais próximo da realidade.²⁵¹

De acordo com a secretária da colônia Z-7, a instituição não tem como postura oficial ser contrária a criação da RESEX. Na opinião da entrevistada, a colônia se abstém das discussões acerca da criação da UC por não concordar do modo operacional em que esta foi proposta, e ainda por se preocupar com possíveis conflitos futuros entre pescadores locais e aqueles que vão de outra localidade pescar em Itaipu.

A colônia não é contra a reserva, a colônia é contra alguns meios que ela foi decretada. Por que o que acontece, quem quer essa reserva? [...] mas os meios, não tem plano de manejo, não tem nada. Quer dizer, você chega, implanta uma coisa e depois pra você ditar as regras. Igual às reuniões que nós fomos convidados sim a participar, optamos por não participar porque além de tudo vai trazer muitos conflitos, igual em Arraial.²⁵²

Segundo Ronaldo Lobão, a partir do episódio comentado acima, se seguiu o fortalecimento do grupo favorável à Colônia e o aumento de ataques à ALPAPI. A contrapartida do IBAMA/CNPT/UFF foi a divulgação de boletins em defesa da ResexMar,

²⁴⁹ COSTA, Paula Chamy Pereira da. Op. cit, p.183.

²⁵⁰ Cf. LOBÃO, Ronaldo. Op. cit.

²⁵¹ COSTA, Paula Chamy Pereira da. Op. cit, p.183.

²⁵² LIDIANE VIEIRA ALMEIDA, op. cit.

mas o projeto permaneceu estacionado, sendo novamente movimentado em 2004. Como cita Lobão, “No ano de 2004 o processo de criação da reserva renasceu!”²⁵³.

No período entre 1999 e 2003 ocorreram mudanças na conjuntura política nacional. Havia um novo governo em Brasília, uma nova direção no CNPT e no Ministério do Meio Ambiente (MMA). Seu Chico ganhou apoio de lideranças dos seringueiros do Acre, conquistando o apoio da Ministra do MMA, Marina Silva, à proposta da Resex.

A Superintendência Regional do Ibama se comprometeu com sua criação, no final de 2003 O chefe do CNPT, à época, Atanagildo Matos, foi à Praia de Itaipu e, após esclarecer e responder dúvidas, comprometeu-se com os pescadores com a criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu. Um assessor da Superintendência Regional do Ibama passou a conduzir as reuniões, formou-se um Grupo de Trabalho, seguindo os cânones de um processo participativo e inclusivo.²⁵⁴

Reuniões de esclarecimento acerca da importância de uma RESEX foram realizadas nas praias de Piratininga e Itaipuaçu²⁵⁵, o que acarretou na adesão dos pescadores destas localidades e provocou a ampliação dos limites da reserva. Dado isto, seguiu-se um segundo pedido para a realização da RESEX, que foi questionado através vários documentos, pela Colônia e outras entidades contrárias à reserva, que duvidavam da legitimidade da criação de uma ResexMar na área.

O coordenador regional da APEDEMA [Assembléia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente] publicou vários artigos contrários à criação da ResexMar Itaipu no jornal eletrônico *Portal de Itaipu*, entre eles um que veicula notícia sobre interesse financeiro da UFF na criação da referida UC devido à disponibilização de apoio financeiro para a universidade oriundo do Comitê de Ciências Ambientais (CIAMB), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).²⁵⁶

Em 2012 se retomaram as reuniões em prol da UC, onde se reuniram, além da ALPAPI e da Colônia Z-7, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), representantes da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), membros da UFF, ACOMPI, Associação de Moradores de Itaipu e convidados da colônia Z-7 pertencentes à colônia Z8, que representa a região central de Niterói. De acordo com o relato de Carvalhido, aconteceu em 05/08/2012 uma reunião para que se esclarecessem os objetivos de uma reserva em Itaipu. Nela Seu Chico discorreu sobre a importância da RESEX, ressaltando que este tipo de Unidade de Conservação serviria para conter a especulação imobiliária, favorecendo assim o pescador local.

²⁵³ LOBÃO, Ronaldo. Op. cit, p. 131.

²⁵⁴ Idem

²⁵⁵ Praia de Maricá, Rio de Janeiro.

²⁵⁶ COSTA, Paula Chamy Pereira da. Op. cit, p.184.

Os representantes da Z-8 sentindo-se preteridos pela ameaça de não pescar mais nas águas de Itaipu, tomaram partido contrário à criação a mesma. A fim de contornar a situação, os representantes do INEA prestaram maiores esclarecimentos, levando este grupo a concordar com o projeto da RESEX. Segundo Carvalhido, após uma série de discussões, os pescadores artesanais entraram em consenso a favor da RESEX, o que fez com que o representante da Colônia Z-7 mudasse de ideia: “O representante da Colônia Z-7 [...] mudou sua postura e ressaltou que se for para o bem do pescador artesanal e profissional podem contar com ele”.²⁵⁷.

A reserva extrativista foi executada em 30/09/2013 com o decreto 44.417. A partir de então ficaram proibidas a “pesca industrial, a pesca predatória e o descarte de água de lastro ou óleo na área de proteção da Reserva”²⁵⁸. A Reserva Extrativista é uma parceria do Poder Público (no caso, Estado do Rio de Janeiro) com as comunidades tradicionais que promove reconhecimento da relação entre estas populações e o meio ambiente. Após anos de embates acerca da RESEX, seu projeto foi aprovado e esta terá como conselho deliberativo o INEA.

Além do INEA, estão envolvidos com o processo de gestão da UC, os pescadores locais, a UFF e o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET). Atualmente estas organizações se reúnem periodicamente para decidir os representantes de cada modalidade de pesca a exercer a fiscalização nas praias abarcadas, além de outras funções que cada organização deverá desenvolver para o funcionamento da unidade de conservação. A área protegida pela RESEX passou a incorporar o PESET, “estando previstos investimentos de aproximadamente R\$ 1 milhão, advindos do Fundo da Mata Atlântica (FMA/RJ), para a construção do Centro de Educação Ambiental e Cultural em Itaipu.”²⁵⁹.

2.2.5. Registro da pesca: Articulações por um patrimônio imaterial

Diante de transformações sociais e ao esvaziamento das condições de vida ligadas à pesca, a comunidade tradicional de pescadores de Itaipu viu como uma das soluções encontradas para esta situação recorrer ao registro do ofício da pesca como patrimônio imaterial.

²⁵⁷ CARVALHIDO, Victor. Op. cit, p 75.

²⁵⁸ “RENATAÇÃO DO QUILOMBO”. *Vitória Popular: Criada Reserva Extrativista Marinha De Itaipu!*. 02 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://renataodoquilombo.blogspot.com.br/2013/10/vitoria-popular-criada-reserva.html>>. Acesso em: 21 out. 2013.

²⁵⁹ VAVIESSE, Paula. *Criada Reserva Extrativista Marinha de Itaipu (Resex Itaipu)*. 02 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/criada-reserva-extrativista-de-itaipu>>. Acesso em: 21 out. 2013.

Antes da Lei, nós entendemos e temos um olhar diferenciado de que a pesca artesanal tem que ser preservada. [...] A pesca artesanal é a única pesca, no nosso entendimento, a pesca preserva a natureza. É igual aos índios, os índios preservam a natureza. Ele não destroem. E as grandes embarcações, grandes pescas, grandes navios, enfim. [...] Acaba o pescador artesanal acaba sendo criminalizado, entendeu? Retirado de seus locais de trabalho, isso há muitos anos. E ali em Itaipu, todos os pescadores artesanais que ali estão até hoje, essa coisa de gerações, entendeu? Uma pra outra. Eles sempre tiveram a pesca como uma forma de sustentação deles mesmo. Eles visam o que? A Manutenção da vida deles²⁶⁰.

O reconhecimento e valorização das práticas imateriais no Brasil remetem a um longo processo histórico, que se inicia na década de 1930, com os ideais de Mário de Andrade sobre a diversidade do povo brasileiro. Assim como os países europeus, a ruptura da noção patrimonial centralizada nos bens materiais suscitada pelo contexto de revolução francesa, ainda no século XVIII e seguido pela maioria dos países ocidentais deve-se ainda às contribuições de países tidos como terceiro mundo e de experiências na área do patrimônio asiáticas.

Esse patrimônio cultural imaterial: práticas, representações, conhecimentos e técnicas, ligados ao ambiente em que vivem comunidades e grupos passou a ser reconhecido sob diferente perspectiva, ressaltando-se sua transmissão. A ampliação do conceito de patrimônio, assim como o aumento da participação da sociedade civil, promovida pelo contexto de oposição aos autoritarismos do regime militar proporcionou no Brasil a possibilidade de maior integração entre cidadãos e Estado.

O caso de Itaipu mostra uma mobilização possibilitada pelo momento mais democrático da política brasileira, que, ainda que com seus entraves burocráticos, permite um processo mais participativo e inclusivo do que há 40 anos atrás. Valorizar este tipo de iniciativa implica em dar importância aos conhecimentos tradicionais, os quais são transmitidos de geração em geração, sendo constantemente recriados em função de seu ambiente e interação com a natureza história. Ações, como o registro da pesca artesanal, geram ainda um sentimento de identidade, continuidade e reconhecimento.

O projeto de Lei 263/2010 tem como justificativa a necessidade de se proteger e incentivar as características da pesca artesanal praticada em Itaipu. Neste sentido, se enquadra nas assertivas de Londres, ao apontar que o patrimônio imaterial está ligado ainda às questões ambientais, tão discutidas internacionalmente na atualidade. “No caso da biodiversidade, há

²⁶⁰ FREITAS, Geivaldo Ribeiro (Renatinho do Psol). Entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 30 jan. 2014.

uma clareza cada vez maior, por parte da opinião pública, de que se trata de um patrimônio de todos os cidadãos, acima de interesses particulares”²⁶¹.

Ao procurarem meios de preservação para a prática da pesca artesanal, os moradores da praia de Itaipu, em conjunto com as forças políticas responsáveis pela elaboração deste projeto de lei têm esta modalidade de pesca como patrimônio, pois esta valoriza maneiras de vida que respeitam à biodiversidade, “formas de expressão”, e ‘modos de criar, fazer e viver’ diversificados, em geral mais apropriados aos recursos disponíveis na região”²⁶².

Segundo Londres Fonseca, esta riqueza natural e os conhecimentos tradicionais no trato com a natureza têm sido cobijados pelos países desenvolvidos e neste sentido, o ato de se registrar estes fazeres como patrimônio intangível “passa a ser uma estratégia para o desenvolvimento de tais regiões”.²⁶³

No caso de Itaipu, o projeto de lei foi pensado para que se preservassem as condições de produção desta tradição pesqueira.

Artigo 1º Fica considerado patrimônio cultural de interesse público, para fins de tombamento de natureza imaterial, a pesca artesanal praticada em Itaipu.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no art. 1º fica tombada a pesca artesanal praticada em Itaipu, que passa a integrar o patrimônio histórico e cultural, de natureza imaterial, do Município de Niterói, com fundamento na Lei Municipal nº 2631/09, que alterou a Lei Municipal nº 827/90.

Artigo 2º Para efeitos desta lei, entende-se por pesca artesanal aquela praticada como principal meio de vida, onde o pescador trabalha de modo autônomo na captura e comercialização de espécies aquáticas, individualmente, em regime de economia familiar, ou com auxílio eventual de parceiros sem vínculo empregatício, explorando o ambiente localizado próximo à costa marítima, pela peculiaridade das embarcações e técnicas utilizadas.

Artigo 3º Em vista deste tombamento²⁶⁴, o Poder Público deverá proteger e incentivar as características da pesca artesanal praticada em Itaipu.

Artigo 4º O Departamento de Documentação e Defesa dos Bens Culturais da Secretaria Municipal de Cultura procederá ao registro do Patrimônio Cultural Imaterial, ora tombado, no Livro de Tombo das Formas de Expressão, conforme o disposto na Lei Municipal nº 2631/09, que alterou a Lei Municipal nº 827/90.

Artigo 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.²⁶⁵

²⁶¹ FONSECA, Cecília Londres. Para além da ‘pedra e cal’: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 75.

²⁶² Idem.

²⁶³ Ibidem, p. 77.

²⁶⁴ Apesar do termo utilizado na lei ser “tombamento”, entende-se neste trabalho de que o projeto de lei que prevê a Pesca artesanal Praticada em Itaipu como bem imaterial da cidade de Niterói realiza, entretanto, o registro desta prática cultural, pois almeja a manutenção de condições de reprodução da prática e não o congelamento de suas estruturas.

²⁶⁵ PREFEITURA DE NITERÓI Lei nº 2874 de 20 de dezembro de 2011. Considera patrimônio cultural de natureza imaterial a pesca artesanal de Itaipu. Biblioteca [da] Procuradoria Geral do Município, Prefeitura de Niterói, seção 1, p. 1.

Vale salientar que uma grande preocupação nos estudos sobre patrimônio imaterial atuais diz respeito à seleção e prerrogativas dos próprios patrimônios. Assim, o registro da pesca artesanal não concerne à paralisação dos simbolismos, rituais e práticas da pesca e sim prevê a fiscalização, incentivo e proteção dos meios onde ela é praticada, como a regulamentação do espaço da pesca, benesses trabalhistas para o pescador etc.

Para os que mantêm esses estilos de vida, o propósito pode ser o de preservar o conhecimento tradicional e um valioso modo de vida para as futuras gerações; pode ser, igualmente, a sobrevivência física, uma vez que a adaptação tradicional ao meio ambiente é capaz de evitar um estilo de vida[...] insustentável.²⁶⁶

A promulgação da Lei, que passou a ter com identificação o nº 284, no município de Niterói foi dada após um processo de disputas dentro da câmara municipal, tendo sido esta vetada total ou parcialmente algumas vezes, como nos mostra sua própria publicação:

Lei sancionada e promulgada pela Lei Municipal nº 2874/2011, publicada em 20/12/11 no Jornal "A Tribuna", com vetos ao Parágrafo único do art. 1º; Arts. 3º e 4º. Derrubado o veto parcial em 14/03/12, com 12 votos favoráveis. Promulgada a Lei 2874/12 pela Câmara Municipal em 20/03/12 e publicada no jornal "O Fluminense" em 23/03/12²⁶⁷.

De acordo com o proponente do projeto de Lei, Gezivaldo Ribeiro de Freitas, conhecido como Renatinho, a efetivação da lei dentro da câmara teve em grande parte a contribuição da sociedade civil, que se mobilizou nesta causa. Segundo o mesmo, a lei foi sancionada após uma série de ações de conscientização da população, como abaixo assinado, além da participação ativa dos próprios pescadores que “vieram, todos eles aqui, [...] conversaram, dialogaram com os vereadores, pedindo pelo amor de deus até, que votassem a favor da lei [...] Fizemos um abaixo assinado em toda a cidade, pra população poder participar”²⁶⁸.

Segundo o vereador em questão, o que falta ainda pra que se sinta os efeitos da promulgação desta lei é sua regulamentação: “a lei tem que ser regulamentada. Regulamentar é o que? Fiscalizar, fazer a parte dele, multar, impedir que a pesca artesanal seja depredada, que o mar seja cheio de resíduo.”²⁶⁹.

De todo modo, o parlamentar entrevistado enfatiza a importância da criação desta lei, que segundo ele serviu como um legado para que a pesca artesanal fosse vista em outras cidades e estados brasileiros como importante para a sustentabilidade da biodiversidade, assim como para a manutenção das práticas culturais de comunidades tradicionais como a abarcada pela lei.

²⁶⁶ FONSECA, Cecília Londres, 2009. Op. Cit., p. 75.

²⁶⁷ PREFEITURA DE NITERÓI Lei nº 2874 de 20 de dezembro de 2011. Op. Cit., p. 1,

²⁶⁸ FREITAS, Gezivaldo Ribeiro. Op. cit.

²⁶⁹ Idem.

O desenvolvimento das políticas públicas brasileiras e seu envolvimento com a UNESCO (em português, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), sobre a salvaguarda de bens imateriais corroboram a necessidade da participação das comunidades, grupos e organizações não governamentais nos planos de registro. Na definição do Ministério da Cultura, salvaguarda consiste, entre outras coisas, numa política “orientada para aumentar a participação democrática dos cidadãos na formulação, no planejamento, execução, avaliação e acompanhamento de políticas de preservação do patrimônio cultural”²⁷⁰. Neste sentido, vale ressaltar a importância da continuidade da fiscalização dos moradores da praia de Itaipu junto ao poder municipal da cidade de Niterói, para que, como dito nas palavras do vereador Renatinho, esta lei se regulamente de fato.

Fonseca aponta que a preservação da memória, através do registro de bens imateriais tem diversos efeitos e neste caso se destaca a viabilização de “leituras da produção cultural dos diferentes grupos sociais, sobretudo daqueles cuja tradição é transmitida oralmente, para seus produtores e consumidores, dando voz não apenas na produção, mas também na leitura e na preservação do sentido de seu patrimônio”.²⁷¹

A transmissão do conhecimento em Itaipu é dada de forma hereditária através da oralidade e preservar as condições desta pesca significa também manter “O etnoconhecimento [que] é hoje reconhecido pelos cientistas como um patrimônio imaterial a ser preservado como banco precioso e fundamental de informações visando à administração correta dos recursos naturais.”²⁷². A preservação deste tipo de patrimônio suscita a importância do “conhecimento tradicional [que] somente pode ser interpretado dentro do contexto da cultura em que é gerado”²⁷³.

Na comunidade de pescadores de Itaipu encontra-se grande etnoconhecimento, passado de geração em geração, que tem sido perdido em decorrência de ameaças já citadas anteriormente. De acordo com o vereador entrevistado, seu argumento para formular o projeto de lei de registro da pesca se fundamenta na necessidade de se preservar este “profundo conhecimento do ambiente”.

Vale salientar ainda que a aprovação da lei de registro da pesca como patrimônio imaterial foi possível graças às articulações coordenadas de grupos ligados à pesca, intelectuais e moradores dos arredores da Praia. O projeto de lei, que foi elaborado pelo

²⁷⁰ IPHAN. Termo de Referência para a Salvaguarda de bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil. Brasília, DF: IPHAN, 2010, p.2.

²⁷¹ FONSECA, Maria. Cecília Londres da. 2009. Op. cit, p.74.

²⁷² PREFEITURA DE NITERÓI Lei nº 2874 de 20 de dezembro de 2011, Op. cit, p. 1.

²⁷³ FONSECA, Maria. Cecília Londres da. 2009. Op. cit, p. 75..

vereador Renatinho do PSOL (Gezivaldo Ribeiro), contou com a colaboração de: ACOTMA - Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas, ACODUNA- Associação da Comunidade Tradicional do Morro da Peça- Duna Grande; Aldeia Guarani Tkoa-Mboy-Ty; ACOTEM- Associação dos Moradores Tradicionais do Engenho do Mato; ASSET- Associação dos Sitiantes Tradicionais da Serra da Tiririca e dos Moradores de Itaipu; CCROM- Conselho comunitário da Região Oceânica; CCOB- Conselho Comunitário da Orla da Baía; ECOANDO- Ecologia, Caminhada e o Cidadãos; Eliana Leite (engenheira agrônoma e moradora de Itaipu); Laura França(jornalista e ex-presidente do Parque Estadual da Serra da Tiririca e moradora de Itaipu); Fábio Reis(professor de antropologia da UFF); Roberto Kant de Lima (coordenador do NUEEP- Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal Fluminense); Ronaldo Lobão(professor de antropologia e direito da UFF); Mônica Cox de Brito (professora de geografia da UFF); Carlos Walter Porto Gonçalves (coordenador do LEMTO UFF- Laboratório de Movimentos Sociais e Territorialidades);

O registro da pesca como um patrimônio local, assim como a criação da ALPAPI, e a proposta de um reserva extrativista são provas da mobilização dos moradores da praia de Itaipu em torno da preservação de suas condições de vida, memória e tradição. Preservação esta que é percebida nos discursos de memória e *políticas de identidade*, e no constante resgate às práticas costumeiras, como modo de resistência.

3. Processos de Patrimonialização em Itaipu

3.1. Outras Ações

As cercanias da praia de Itaipu chamam atenção por serem ricas em belezas naturais e carregarem em sua paisagem marcos culturais dos povos que habitaram Itaipu até a atualidade. Toda esta riqueza serviu de arcabouço para diversos processos de patrimonialização naquela região. Como explicitado na introdução, o presente trabalho tem enfoque em três principais objetos de pesquisa: a comunidade de pescadores tradicionais de Itaipu (que por vezes é chamada de Vila); O processo de tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa e o Museu instalado em tais Remanescentes.

Vale ressaltar, entretanto, que nesta mesma comunidade, existem outros bens culturais e naturais que também fazem parte de outros processos de patrimonialização. Apesar de não caber a esta dissertação uma análise aprofundada sobre estes bens, escolheu-se abordá-los de forma sucinta para que se esclarecesse que os processos de patrimonialização em que se centram este estudo (tombamento e criação do museu) participam de um contexto amplo de ações de proteção ao patrimônio nas áreas próximas a praia de Itaipu.

Como se verá adiante, cada ação de patrimonialização tem seu objetivo e conjuntura específicos, porém, estando todos relacionados à ideia de preservação dos bens culturais e naturais naquele local. Neste sentido, todos eles corroboram em torno de um discurso similar de ameaça ou perda das tradições culturais locais e nacionais.

As primeiras ações de patrimônio a serem citadas dizem respeito aos sítios arqueológicos existentes no entorno da praia de Itaipu: Duna Grande, Duna Pequena e Sambaqui de Camboinhas. Na época da expansão imobiliária em Itaipu, tais sítios foram pesquisados pela arqueóloga Lina Maria Kneip, responsável pela coordenação das primeiras exposições do Museu de Arqueologia de Itaipu.²⁷⁴

Os sítios Sambaqui de Camboinhas e Duna Pequenas são consideradas desde 2006 Área de Preservação Permanente do Rio de Janeiro Pelo projeto de Lei nº 3375. Vale notar que o Sambaqui de Camboinhas, suprimido pela construção imobiliária representa o sítio arqueológico mais antigo do Estado do Rio já estudado.

O sítio arqueológico Duna Pequena, outrora com 20 metros de altura, tem cerca de 2.170 anos. Por estarem situados em área de grande interesse imobiliário estão sendo alvo de edificações de luxo que já degradarão grande parte destes Sítios. Parte do Sambaqui Camboinhas encontra-se soterrado sobre um prédio de luxo. O sítio Arqueológico Duna Pequena é alvo de um grande empreendimento imobiliário que,

²⁷⁴ KNEIP, Lina Maria. Salvamento de sítios arqueológicos em Itaipú, Niterói –Rio de Janeiro. Relatório Científico. 1979.

se aprovado, trará 25.000 novos moradores para a região do Sítio descaracterizando-o por completo.²⁷⁵.

O sítio Duna Grande de Itaipu sítio arqueológico é ainda preservado, encontra-se em processo de tombamento pelo IPHAN desde 1986. É assegurado pela Lei Federal de proteção à arqueologia nº 3.924/61. Como não foi escavado, os materiais estudados desta Duna são provenientes de achados fortuitos que brotam da areia devido a movimentação desta pela ação dos ventos. Entre os materiais encontrados estão machados de pedra, ossos de animais e humanos, lascas de quartzo, polidores e peças de cerâmicas.

Outro bem patrimonializado a ser citado diz respeito à um lugar de muita atividade social em Itaipu: De acordo com a Arquidiocese de Niterói, a Igreja de São Sebastião teve sua construção iniciada em 1716 por padres Jesuítas e concluída em 1721. Primeiramente tida como Paróquia, recebeu o título de Igreja em 1755. Em 1764 esteve envolvida na construção do Recolhimento de Santa Teresa, que como se verá adiante, apesar desta instituição estar ligada à esta Igreja, deixa dúvidas sobre a Companhia religiosa que a fundou.

Em 1937 já fora citada por Alberto Lamago, relator do SPHAN à época pelo seu caráter arquitetônico especial. Sofreu diversos períodos de abandono até que em 1977 estava em total ruína, quando foi assumida pelo bispo D. José Alves da Costa, que contou com o apoio de moradores locais para reerguer a igreja; “Um grupo de famílias da comunidade o ajudou na recuperação do templo e no trabalho pastoral e aos poucos foi tomando ares de paróquia com organização religiosa, administrativa e comunitária”²⁷⁶.

Em 1978 é tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC), após um período de acordos com a VEPLAN Residência (antiga Territorial de Itaipu) que alegava ser proprietária do terreno da Igreja.

A VEPLAN Prometeu dar escritura à Mitra Arquidiocesana. Até o presente porém, não o fez, tendo adiado, mais de uma vez as datas marcadas para esta “doação”, porque não entendo bem como uma propriedade da Igreja – que não vendeu nem doou- foi ter às mãos de outrem. Não culpo a VEPLAN, porque esta comprou os terrenos de um senhor Pizarro, já falecido. Este, não sei como adquiriu os bens. Não conheço os títulos de propriedade, nem do Senhor Pizarro, nem da VEPLAN.²⁷⁷.

Como se pode constar ao longo do trabalho, a Veplan residência perpassa inúmeros processos que dizem respeito à Itaipu. No que concerne a ficou deste “Senhor Pizarro” citado acima,

²⁷⁵ ALERJ- RJ. PROJETO DE LEI Nº 3375/2006.

²⁷⁶ SOARES, Javan M de G. Matriz de São Sebastião de Itaipu 1716- 2003. In: A semente – Arquidiocese de Niterói, Paróquia de São Sebastião de Itaipu – Região Oceânica. Ano XIX – Janeiro 2003- nº 186.

²⁷⁷ Ofício de Dom José Alves da Costa (Arcebispo de Niterói) ao INEPAC em 2 jun. 1978. Disponível no arquivo do INEPAC, Caixa do processo nº 03/16.511/78.

nota-se que sua figura é lembrada por alguns moradores antigos dos arredores da praia, como um grande latifundiário que era “dono de Itaipu” no início do século XX.

O dono disso aqui era Eugênio Mendes. Ele vendeu pra VEPLAN, o tal de seu Pizarro, ele vendeu. Aí virou isso que tá hoje, o campo ali cercado, que aquele campo ali não era cercado, o pessoal jogava bola, hoje não pode mais, por que eles se intitularam dono, não é pescador não, é gente que vem de fora.²⁷⁸

Por último, cita-se o próprio Canto Sul da praia de Itaipu pelo INEPAC. Fruto de uma série de tombamentos da paisagem litorânea do Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1987 o INEPAC - aprovou o tombamento do Canto Sul da Praia de Itaipu, incluindo as Ilhas da Menina, do Pai e da Mãe²⁷⁹, através do processo E-18/300.459/85.

Entre as justificativas de tal patrimonialização estão à preservação do quadro paisagístico de beleza e da fauna e flora daquela região; além dos aspectos culturais relativos à pesca. Apesar dos argumentos de proteção a esta área como bem cultural, este tombamento é ainda pouco conhecido pelos próprios moradores. Quando perguntados em relação a este processo, poucos tinham conhecimento do mesmo e os que sabiam mostraram-se indiferentes a ele, argumentando que não teria “feito diferença nenhuma na vida da comunidade”(Informação verbal).

3.2. Os objetos

3.2.1. O Recolhimento

Os Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa compreendem um conjunto arquitetônico do XVIII. Fundado pelos padres Manuel Francisco da Costa e Manuel da Rocha em 1764, sua edificação foi feita em pedra, com molduras de cantaria e argamassa de restos de conchas e óleo de baleia. De forma retangular, o espaço tem 46,40m de comprimento por 26,6m de largura²⁸⁰. De acordo com as notas históricas divulgadas em ofício da colônia de pescadores Z-7 datado de 27 de novembro de 1978²⁸¹, a primeira obra empreendida neste local foi a construção de uma capela que se deu início ainda em 1716.

²⁷⁸ DINEA ROSA DE ABREU, entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 19 mar. 2014.

²⁷⁹ Os nomes das ilhas foram dadas pelos pescadores locais, que as usam para demarcar seus territórios de pesca.

²⁸⁰ BARATA, Carlos Eduardo; FIGUEREDO, Natália de; SALADINO, Alejandra. Longe das vistas: o Recolhimento de Santa Teresa na Freguesia de São Sebastião de Itaipu. In: FERREIRA, Maria de Simone; HERINGER, Pedro Colares; OLIVEIRA, Daniel Martinez (orgs). *Caderno Socioambiental*, nº 1. Niterói, RJ: MAI-IBRAM, 2013.

²⁸¹ IPHAN, Arquivo Noronha Santos. Série: Inventários. Fundo: Recolhimento de Santa Teresa: Remanescentes. Dossiê: Histórico e Descrição do Bem. Folha 005.

Posteriormente à construção de uma capela, foram erguidos os cômodos para servirem de “recolhimento para as mulheres a quem agrada o retiro do século, ou algumas circunstâncias obrigam a habitá-lo por castigo de culpas”²⁸².

Estigmatizadas pela culpa do pecado original, as mulheres deviam ser controladas, cerceadas em sua liberdade para não espalhar o caos social. Conforme as Ordenações Filipinas de 1603, em caso de adultério, o marido tinha o direito de matar sua mulher e amante, salvo se este último fosse fidalgo e o marido peão. Este é um dos motivos da construção de recolhimentos na colônia, pois os documentos indicam no século XVIII o aumento do número de assassinatos de mulheres adúlteras²⁸³.

Os Recolhimentos eram abrigos para mulheres, que embora tivessem administração religiosa, obtinham escopo secular. Representantes da tensa e estreita relação entre Estado e Igreja Católica, estas instituições se tornavam ambíguas, pois ora serviam para controle das reclusas, ora como fuga destas próprias ao padrão exigido moralmente no Brasil colônia, pois havia mulheres que não se recusavam a casar, por exemplo.²⁸⁴

Apesar das poucas informações sobre o Recolhimento de Santa Teresa, sabe-se que a instituição foi mantida pelo pároco da Igreja de S. Sebastião de Itaipu Jozé Pereira de Almeida até o fim de seu funcionamento, com a finalidade de recolher mulheres em retiro espiritual ou reclusão social. De acordo com Monsenhor Pizarro, este “convento”, sob a invocação de Santa Teresa, foi inaugurado no dia 17 de Junho de 1764. Em “1799, havia 13 recolhidas, além de 13 mulheres casadas, segundo um relatório de visitantes. Ainda de acordo com visitantes, em 1812, ainda existiam mulheres no estabelecimento, mas num estado de muita pobreza²⁸⁵”.

A construção deste tipo de instituição remete às moralidades que permearam o período colonial brasileiro, tendo como marca fundamental, além do patriarcalismo²⁸⁶, a religiosidade. Laura de Mello e Souza chama a atenção para a especificidade da religião na Colônia, por se tratar do elo entre os poder econômico e social: “A religiosidade subordinava-se, desta forma, à força aglutinadora e organizatória dos engenhos de açúcar, entregando o triangulo Casa Grande - Senzala- Capela”²⁸⁷.

²⁸² PIZARRO, Monsenhor apud PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. *Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu*. Niterói, RJ: EDUFF, 2003, p. 21.

²⁸³ BARATA, Carlos Eduardo; FIGUEREDO, Natália de; SALADINO, Alejandra. Op. cit., p. 48.

²⁸⁴ Cf. LIMA, Sandra Mara Silva de. “Casas Secretas”- A Reclusão Feminina num Estudo sobre o Recolhimento de Santa Teresa. São Gonçalo, RJ:UERJ, 1999.

²⁸⁵ MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU. Disponível em: <<http://ddp-fan.com.br/patrimonio/Recolhim.htm>>.

²⁸⁶ Cf. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 51ª Ed. São Paulo: Global, 2006.

²⁸⁷ FREYRE, Gilberto. Op. cit, p. 87.

Em texto sobre os Recolhimentos na Bahia no século XVII Maria de Souza Andrade afirma:

Quanto aos Recolhimentos cremos que eram instituições mais abertas a pessoas de diferentes camadas da sociedade, cumpriam objetivos sociais específicos, conforme seus estatutos e, apesar de fundados por leigos (em sua maioria), estavam submetidos diretamente ou indiretamente ao Arcebispado da Bahia.²⁸⁸

Na Freguesia de Itaipu, esta contradição não parece diferente. Apesar de Pizarro informar que a instituição tinha como finalidade o confinamento de mulheres, a fim da conservação da moral e costumes da sociedade patriarcal²⁸⁹ do Brasil colônia, é interessante notar que os recolhimentos podiam servir ainda como refúgio para algumas mulheres.

Como Leila Algranti já reconhecera em seu estudo *Honradas e devotas: mulheres da colônia*, o paradoxo da condição feminina era encontrar um certo tipo de liberdade – quer dizer, romper com o seu destino de esposa e mãe – e a possibilidade de exercer uma outra função social na reclusão dos conventos e recolhimentos, onde algumas podiam até seguir carreiras administrativas.²⁹⁰

Sandra de Lima aponta que algumas mulheres procuravam a própria reclusão, seja por não terem condições de sobrevivência: “As leituras das Visitas Pastorais e de fundos como Registros Policiais indicam que o local também serviu de abrigo para mulheres de famílias de poucos recursos”²⁹¹; ou mesmo por não quererem ou já não estarem mais a idade de se casarem: “Muitas mulheres solteiras optaram pela vida de reclusão [...] O peso moral incutido nos valores a sociedade também contribuíram para casos específicos”²⁹².

Outra situação que levava as famílias a levarem suas filhas à reclusão neste tipo de instituição era a manutenção de seu posto social. De acordo com Maria de Souza Andrade, como os casamentos entre famílias abastadas no período colonial exigia grandes dotes, alguns pais optavam por recluírem suas filhas.

Por estas razões, entendemos que confinar filhas em conventos ou estimulá-las a uma vida em Recolhimentos foi também uma forma encontrada pela elite para preservar o seu patrimônio, concedendo apenas pequenos dotes àquelas que se submetiam à vida religiosa nestas instituições.²⁹³

²⁸⁸ ANDRADE, Maria José de Souza. Os Recolhimentos Baianos- Seu papel Social nos séculos XVIII e XIX. In : LORDELLO, Abigail (org). Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Nº 90, Salvador, BA: IHGB Bahia, 1992, p. 225.

²⁸⁹ Observa-se em Casa Grande & Senzala que, a ideia de patriarcalismo pressupõe uma visão de uma sociedade dividida entre senhores e escravos, sendo tal divisão precursora da família brasileira, a qual seria uma adequação ao sistema colônia, originado de um processo de um determinado tipo de estrutura social singular. Cf. FREYRE, Gilberto. Op. cit.

²⁹⁰ BARATA, Carlos Eduardo; FIGUERÊDO, Natália de; SALADINO, Alejandra. Op. cit., p. 49.

²⁹¹ BARATA, Carlos Eduardo; FIGUERÊDO, Natália de; SALADINO, Alejandra. Op. cit., p.48.

²⁹² LIMA, Sandra Mara Silva de. Op. cit. p. 71.

²⁹³ ANDRADE, Maria José de Souza. Op. cit. p. 231.

Alguns casos de reclusão nesses tipos de instituição se deviam ainda a alguma viagem realizada pelo marido ou pai. ‘Essas viagens concernem ao advento histórico do que costuma se chamar de “sertanismo”, se relacionando ainda à migração ocorrida pela ascensão do período aurífero em Minas Gerais; que levava ao “frequente abandono do lar por conta dos maridos”²⁹⁴. Pesquisas apontam que o Recolhimento em Itaipu tinha diversas funções, sendo habitado por mulheres de inserções sociais diferenciadas:

O Recolhimento de Santa Teresa serviu de depósito de mulheres, podemos compreender que os motivos para a construção desse tipo de instituição referia-se à devoção (quando havia a vontade ou imposição ao ordenamento), à proteção (quando a figura masculina ausentava-se por quaisquer razões) e à punição (quando a mulher ousava transgredir e ultrapassar limites sociais, como adultério e desobediência ao pai e ao marido). Um dos motivos mais comuns que levaram as mulheres ao Recolhimento de Itaipu foi o divórcio [...] O levantamento documental indica, até o momento, que o Recolhimento de Santa Teresa parece ter sido o destino das mais desprovidas e daquelas que interessava a alguém – geralmente os maridos – manter longe das vistas²⁹⁵.

De acordo com pesquisas realizadas nos documentos do Acervo Técnico do Museu de Arqueologia de Itaipu e em autores como Roberto Kant de Lima e Luciana Pereira²⁹⁶, o Recolhimento de Santa Teresa foi fundado por integrantes da Ordem Jesuíta, entretanto, esta informação é dubitável, pois “Conforme estudos anteriores, edificação foi erigida pela Ordem Terceira do Monte do Carmo”²⁹⁷.

Sandra Mara Silva de Lima²⁹⁸ observa a presença de um Frei – Fernando de São José Meneses - anterior à administração de Jozé Pereira de Almeida. Segundo Lima, além das regras de “obediência, pobreza e castidade” constatadas como normas de conduta para as recolhidas em Itaipu, a “nomeação religiosa” de Frei Fernando de São José remete ao “patriarca” dos carmelitas. Esses fatores se mostram como evidências de que o recolhimento fora erigido sob os dogmas desta ordem – e não dos Jesuítas: *“Tudo isto nos leva a constatar que o Recolhimento de Santa Teresa em Itaipu teve sua fundação destinada a tornar-se mais um convento da Ordem Terceira do Carmo”*²⁹⁹.

Segundo o trabalho da autora citada acima, mostra-se também que, a partir de 1732 havia um “impedimento” para o funcionamento - e construção- de conventos e a ordenação de

²⁹⁴ LIMA, Sandra Mara Silva de. “Casas Secretas”- A Reclusão Feminina num Estudo sobre o Recolhimento de Santa Teresa. São Gonçalo, RJ:UERJ, 1999., p. 56.

²⁹⁵ BARATA, Carlos Eduardo; FIGUERÊDO, Natália de; SALADINO, Alejandra. Op. cit., p. 50,51.

²⁹⁶ LIMA, Roberto Kant; PEREIRA, Luciana F. *Pescadores de Itaipu: Meio Ambiente conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, RJ: EDUFF, 1997, p. 51.

²⁹⁷ BARATA, Carlos Eduardo; FIGUERÊDO, Natália de; SALADINO, Alejandra. Op. cit., p.49.

²⁹⁸ LIMA, Sandra Mara Silva de. Op. cit., p.54.

²⁹⁹ Idem

freiras professoras, sendo este autorizado somente com o aval especial de D. José I através do Conselho ultramarino. A imprecisão em definir o Recolhimento como construção jesuítica diz respeito ainda ao momento de sua fundação, que compreende ao período pombalino; o que nos remete à impossibilidade de se construir instituições religiosas lideradas pela Companhia de Jesus, pois é neste período em que ocorre a expulsão desta Ordem dos territórios de seus domínios ultramarinos - desde Setembro de 1759 pelo Marquês de Pombal.

Em um documento da Correção da Legislação Portuguesa se refere aos bens jesuítas declarando:

Eu El- Rei, faço saber aos que este Alvará [...] declarei aos Regulares da Companhia denominada de Jesus, habitantes dos meus Reinos e todos os seus Domínios, por notorios Rebeldes, Traidores, Adversarios, Agressores, que tinham sido, e serão ainda então actualmente contra a Minha Real Pessoa, Estado³⁰⁰.

Segundo Luiz Antonio Pimentel no livro “14 igrejas que contam a história de Niterói”, como o tipo de construção do Recolhimento não era permitido, foi necessário que o bispo, D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco solicitasse uma autorização formal para permissão e consagração do local, da rainha D. Maria I (1777-1816), por intermédio do Vice-rei e Capitão-general de Mar – e -Terra dos Estados do Brasil, D. Luiz Vasconcelos e Souza (1779-1790). Esta proibição, que fora concomitante ao período pombalino, promoveu o fechamento de noviciados, tanto femininos quanto masculinos entre os anos de 1764 e 1778 e após a morte “d’ El Rei” em 1777, D. Maria I deu seguimento a esta postura anticlerical.

A existência de conventos e instituições religiosas como um todo era possível graças às “licenças” dadas pelo Rei ou por algum conselho Superior. Em um livro sobre a atuação da Ordem Franciscana na Colônia, Frei Venâncio Willeke³⁰¹ aponta para a “admissão dos primeiros noviços desde 1693, graças a uma licença excepcional concedida pelo governo colonial”³⁰² ao noviciado. Diferentemente de Convento, os recolhimentos tinham significado social no silenciamento de algumas “deficiências sociais” que corrompiam a base paternalista da colônia portuguesa.

Apesar de se valorizar o povoamento da Colônia neste período, o sentido de uma instituição religiosa como esta não era “formar religiosas” e sim isolar determinadas mulheres cujos comportamentos exigiam o afastamento do meio social, como as viúvas que não tinham condição de se manter sozinhas e/ aos filhos não interessava novo casamento; mães solteiras

³⁰⁰ Lei da Expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e seus domínios 3 de setembro de 1759. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de: O Marques de Pombal e o Brasil. São Paulo, C.E.N., 1960. p.59.

³⁰¹Willeke, Venâncio. Franciscanos na História do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1977b.

³⁰² Ibidem, p. 93.

para se esconderem da “vergonha”; as órfãs cujos parentes não queriam cuidar, além daquelas religiosas a quem ficavam subordinadas.

De acordo com Sandra Mara Silva de Lima, para ingressar no Recolhimento de Itaipu não era necessário se ter grandes riquezas, sendo requisito o pagamento de uma “mesada” para sustento da reclusa, que poderia ser feito pelo marido ou pai ou ainda por forma de pensões (quando o recolhimento era temporário).

A entrada das recolhidas deveria obedecer, entretanto, pelo atestado de “pureza de sangue” e “brancura da pele”, apontada por Willeke como uma distinção necessária para aprovação ao noviciado. Segundo o autor, além da proibição de descendentes de “judeus, de cor e mestiços”, eram eliminados ainda os candidatos que não obtivessem certidão de conduta ou falhassem no exame de latim³⁰³. Influenciado pelo “século das luzes”, o progressivo fortalecimento do Estado Imperial - como aponta Lima, os oitocentos suprimiram os espaços liminares das instituições moralizantes baseados nos ensinamentos das Ordens Religiosas e passaram a serem divididos em “convento” ou “internato”, levando ao enfraquecimento de instituições ambíguas como era o caso do Recolhimento de Santa Teresa em Itaipu.

Ainda segundo o funcionamento do Recolhimento, encontra-se a informação de que:

De acordo com a documentação acerca do prédio e de seu funcionamento através das Cartas de Visitas Pastorais de 1811 e 1812, há relatos de que nas primeiras décadas do século XIX, as recolhidas e o estabelecimento já se encontravam em estado de pobreza franciscana.³⁰⁴

O enfraquecimento do Recolhimento de Santa Teresa e de instituições como estas, no geral ocorreu a partir da vinda da corte lusa para o Brasil e das políticas iluministas a partir de então: “As ideias iluministas e os novos ares trazidos pela Família Real no século XIX permitiram, então, a reflexão sobre a condição feminina publicada pelas próprias mulheres”³⁰⁵.

O Plano Museológico 2011-2014 do Museu de Arqueologia de Itaipu informa ainda que, “Em 1833, o prédio estava vazio, e o então vigário João de Moraes e Silva instituiu o local como asilo para menores.”³⁰⁶. A partir desta última informação, é difícil encontrar documentos que relatem ocupações no Recolhimento de Santa Teresa de Itaipu, havendo, portanto, uma lacuna para os estudos sobre a instituição durante o fim do século XIX até meados do século XX.

³⁰³ Willeke, Venâncio. Op. cit., p. 90.

³⁰⁴ MAI-IBRAM. Plano Museológico 2011-2014, p.9.

³⁰⁵ BARATA, Carlos Eduardo; FIGUERÉDO, Natália de; SALADINO, Alejandra. Op. cit. p. 49.

³⁰⁶ MAI-IBRAM. Plano Museológico 2011-2014, p.9.

Em meados do século XIX, o Recolhimento foi desativado e o lugar passou a servir de asilo para crianças. No início do século XX, mais uma vez desativado e em franco processo de deterioração, o Recolhimento serviu de abrigo para algumas famílias de pescadores da colônia da região até ser objeto de um processo de patrimonialização, formalizado em 1955, com a inscrição do monumento no Livro de Tombo de Belas Artes.³⁰⁷

Durante os 1900, o espaço das ruínas foi marcado por diversos conflitos de posse e ainda pelo processo de tombamento do prédio pelo IPHAN, além da criação do Museu de Arqueologia de Itaipu já no fim da década de 70.

Em trabalho anterior³⁰⁸, notou-se que o prédio havia sido abandonado por meados do século XIX, sendo ocupado por pescadores da região no início do XX. Os pescadores passaram a habitar as ruínas do Recolhimento e a utilizá-las como espaço para tingimento das redes de pesca e guarda de embarcações.

De acordo com as entrevistas realizadas para o referido trabalho notou-se a possibilidade da ocupação por pescadores desde o início do século XX, ou até em período anterior. Em concomitância a esta ocupação, fora pensado, pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN) o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), que passou a funcionar em 1977.

3.2.1. O Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI)

O Projeto de criação do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) foi elaborado pelo arquiteto do SPHAN, Edgar Jacintho. Tal projeto visava dotar de cunho didático e científico as Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, que passavam pelo processo de consolidação e reformas no momento.

O aproveitamento das ruínas se fez de modo que se pudesse nelas instalar um museu vinculado à ocorrência nas suas mediações do sítio arqueológico “Duna Grande”. Houve na época (a restauração durou de 1969 a 1975), dificuldades de ordem legal – judiciária e administrativa e de ordem orçamentária. Somente em 1968 surgiram as primeiras medidas que acautelaram as ruínas da ação deteriorada provocada pela erosão dos ventos e evitaram que o remanescente arquitetônico continuasse a sofrer qualquer tipo de ação predatória.³⁰⁹

³⁰⁷ BARATA, Carlos Eduardo; FIGUERÊDO, Natália de; SALADINO, Alejandra. Op. cit., p. 50.

³⁰⁸ CRUZ, Juliene do Valle Tardeli. *Itaipu: Como veem os pescadores? Memória e conflito nos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa*. Orientador: Luís Conde Sanguinetti. Monografia (graduação). São Gonçalo (RJ): UERJ/FFP, 2012.

³⁰⁹ IPHAN, Arquivo Noronha Santos. Caixa RJ 131- 2.Série: Inventários. Fundo: Recolhimento de Santa Teresa: Remanescentes. Dossiê: Histórico e Descrição do Bem. Folha 014.

Acreditava-se que a instalação de um museu na região abarcada contribuiria para o aumento do turismo da difusão do patrimônio local brasileiro. O projeto do museu foi pensado para que este executasse atividades internas e ainda fora de seus muros, que envolvessem os sítios arqueológicos que o cercam, especialmente o Sítio Duna Grande - cujo tombamento pelo IPHAN encontra-se em processo desde 1986, afora sua já assegurada proteção pela Lei Federal nº 3.924/61.

No que tange à estreita relação da comunidade local com o bem em si, assim como o passado histórico da região, caberia ao acervo a ser abarcado pela instituição e às futuras exposições contemplar tal relação [...] Desta forma, se explicitaria e chamaria atenção à perpetuação e às modificações ocorridas na economia de subsistência da população local através da pesca, traçando no passado pré-histórico paralelos quanto à origem dessa cultura.³¹⁰.

Às 17 horas do dia 22 de março de 1977 é aberta ao público a primeira exposição do MAI³¹¹. Denominada “abordagem da arqueologia brasileira”, essa exposição coordenada e apresentada pela equipe de especialistas do Museu Nacional sob supervisão da arqueóloga Lina Maria Kneip em parceria ao IPHAN foi projetada para ter duração de seis meses, em caráter experimental. Ao aprovar a abertura da mesma, Renato Soeiro (presidente do IPHAN à época) afirma em ofício de dezembro de 1976 ao Museu Nacional, que o Novo Museu Arqueológico seria um conjunto de laboratório de pesquisa e expositor de achados pré-históricos de toda a área litorânea de Niterói, Cabo Frio e Municípios vizinhos³¹².

Já em 1976, pode-se notar em documento³¹³ da arqueóloga Maria Lina Kneip a Renato Soeiro o interesse em realizar uma exposição temporária sobre os achados arqueológicos em Itaipu. Assinado pela arquiteta Maria Lúcia Goulart, que veio a compor o quadro de funcionários responsáveis pelo MAI no ano seguinte, o projeto seria expor suas pesquisas no sambaqui de Cabo Frio e também materiais retirados do Sítio Duna Grande. Porém, neste mesmo documento, Lina Maria Kneip ressalta que é necessária a autorização do presidente do IPHAN para o estudo dos mesmos por especialistas da área (arqueólogos e antropólogos) para que se desse o valor científico destes achados.

Não se pode comprovar pelos documentos consultados para o presente trabalho a temporalidade abarcada para realização destes estudos pelos especialistas do Museu Nacional e IPHAN; entretanto, como se pode perceber, o MAI foi inaugurado em 1977 contanto com uma

³¹⁰ MAI-IBRAM. Plano Museológico 2011-2014, p.7.

³¹¹ IPHAN, Arquivo Noronha Santos. Caixa RJ 131- 1. Série: Inventários. Fundo: Recolhimento de Santa Teresa: Remanescentes. Dossiê: Histórico e Descrição do Bem. Folha 065.

³¹² IPHAN, Arquivo Noronha Santos. Caixa RJ 131- 1. Série: Inventários. Fundo: Recolhimento de Santa Teresa: Remanescentes. Dossiê: Histórico e Descrição do Bem. Folha 059.

³¹³ IPHAN, Arquivo Noronha Santos. Caixa RJ 131- 1. Série: Inventários. Fundo: Recolhimento de Santa Teresa: Remanescentes. Dossiê: Histórico e Descrição do Bem. Folha 035.

exposição que versava sobre a arqueologia brasileira, porém que não se concentrava nos achados do próprio solo, ou dos sambaquis adjacentes ao terreno onde fora instalado o museu.

O museu contou ainda com uma exposição sobre arte rupestre brasileira, em 1979, representando os estados do Piauí, Minas Gerais e Paraíba. Em jornal da empresa Veplan Residência (antiga Territorial de Itaipu) de janeiro deste mesmo ano mostra-se planos do MAI sediar uma exposição com os materiais arqueológicos a serem coletados na pesquisa de salvamento encomendada pela própria empresa para a arqueóloga Maria Lina Kneip no sambaqui Duna Pequena (no momento ainda Itaipu, hoje pertencente à praia de Cambainhas).

De acordo com o jornal, estaria previsto para 1979 também a elaboração de uma exposição sobre o “pescador de Itaipu - sua arte, cultura, material apresentando bens artesanais confeccionados pela comunidade pesqueira - está em estudos pelo antropólogo Roberto Kant, da UFF”³¹⁴. Neste sentido, vale ressaltar o interesse de Renato Soeiro em firmar um convênio com a Universidade Federal Fluminense (UFF) para que fosse instalado um laboratório de antropologia no espaço do museu; entretanto não foram encontradas evidências de estabelecimento deste laboratório³¹⁵.

Em 1980, o museu precisou suspender suas atividades para que fossem realizadas obras de reforma no seu espaço. Ele reabriu novamente no dia 19 de novembro de 1982³¹⁶, sendo sua reinauguração apoiada pela Empresa Niteroense de Turismo (Enitur) e a Prefeitura Municipal de Niterói. O Jornal O Globo de 24 de novembro de 1982 noticia a reabertura do museu, mostrando que as obras foram realizadas na parte interna da capela, a parte direita do antigo recolhimento, administração e dependências sanitárias.

O material informativo do SPHAN de 1982 esclarece:

Para que o Museu voltasse a funcionar a 6ª diretoria Regional da SPHAN/Pró Memória e a Empresa Niteroense de Turismo (ENITUR) assinaram, no dia 11 de agosto passado, um termo de cooperação, pelo qual, a ENITUR se compromete a fornecer ao Museu, no mínimo, dois guardas de sala e monitores para orientar os visitantes tornando possível, assim, a elaboração de um plano de trabalho educativo-cultural.³¹⁷

Com a reabertura, é inaugurada a exposição “Aspectos da pré-história do litoral do Estado do Rio de Janeiro”, que perdurou por 27 anos. A partir deste momento, o museu recebeu grande afluxo de

³¹⁴ IPHAN, Arquivo Noronha Santos. Caixa RJ 131- 2.Série: Inventários. Fundo: Recolhimento de Santa Teresa: Remanescentes. Dossiê: Histórico e Descrição do Bem. Folha 010.

³¹⁵ Foram encontradas apenas rascunhos de um possível contrato de tal convênio, em que especificava as responsabilidades a serem tomadas por cada parte. Cf. ³¹⁵ IPHAN, Arquivo Noronha Santos. Caixa RJ 131- 1. Série: Inventários. Fundo: Recolhimento de Santa Teresa: Remanescentes. Dossiê: Histórico e Descrição do Bem. Folhas 108 a 116. ³¹⁵ IPHAN, Arquivo Noronha Santos. Caixa RJ 131- 2.Série: Inventários. Fundo: Recolhimento de Santa Teresa: Remanescentes. Dossiê: Histórico e Descrição do Bem. Folha 013..

³¹⁶ IPHAN, Arquivo Noronha Santos. Caixa RJ 131- 2.Série: Inventários. Fundo: Recolhimento de Santa Teresa: Remanescentes. Dossiê: Histórico e Descrição do Bem. Folha 011.

³¹⁷ IPHAN, Arquivo Noronha Santos. Caixa RJ 131- 2.Série: Inventários. Fundo: Recolhimento de Santa Teresa: Remanescentes. Dossiê: Histórico e Descrição do Bem. Folha 013.

visitantes. Em 16 de maio de 1983 O Globo noticia: “O Museu Arqueológico de Itaipu, que foi reaberto no ano passado, é hoje um importante ponto turístico de Niterói, tendo sido visitado, só em abril, por mais de 600 turistas brasileiros e estrangeiros”³¹⁸.

Ao longo da década de 1980, algumas atividades educativas, como a visita de escolas e grupos turísticos foram desenvolvidos pelo museu. Mas, segundo Ferreira, o aporte de pessoal era ainda muito reduzido, ficando a cargo de um caseiro cuidar no local: “Ele morava ali na área que a gente trabalhava”³¹⁹. A antiga diretora do MAI afirma que era uma prática do IPHAN em muitos lugares que foram tombados de se manter um vigilante.

O Museu ficou fechado por motivo de obras entre os anos de 1987 a 1990; 1991 a 1992, durante 3 meses no ano de 1997 por falta de pessoal; de julho a outubro de 2001 e no verão de 2003 a 2004 novamente por obras. Em 2007, o MAI teve suas portas fechadas duas vezes, em um primeiro momento (verão) por falta de seguranças, e posteriormente por greve dos servidores. De janeiro a abril de 2008 e em todo ano de 2009 teve suas ações interrompidas por obras na parte elétrica, abastecimento de água, restauração da capela onde abriga a exposição principal e portões.

Vale ressaltar que no final da década de 1990 o MAI passou por mudanças significativas, que fizeram com o que a instituição ganhasse mais visibilidade. Tais transformações se deram principalmente com a chegada da funcionária Vera Gigante, que veio a se tornar diretora.

Com a missão de narrar às diversas histórias da ocupação humana em Itaipu é inaugurada em 2010 a nova exposição de longa duração. Esta é composta por três blocos de assuntos principais: Achados Arqueológicos como conchas, artefatos líticos, blocos testemunhos e ossadas; Comunidade Pesqueira com fotos antigas da Praia de Itaipu, uma embarcação do século XIX e técnicas de pescaria e por fim achados de louçaria da época do Brasil Colonial.

A atual exposição de longa duração do MAI é intitulada “Percurso do tempo: Revelando Itaipu”, cuja curadoria é da diretora e museóloga Maria de Simone Ferreira. Estão apresentados, nela, objetos de diferentes coleções – provenientes de escavações, doações e coletas -, divididos em núcleos temáticos temporais, que foram organizados com objetivo de contar a história da ocupação do território e a relação de suas populações com o ambiente e o entorno do museu.³²⁰

O acervo institucional do MAI é composto pela Coleção Hildo de Mello Ribeiro, seis blocos testemunhos do Sambaqui de Cambinhas, uma canoa do século XIX, artefatos arqueológicos encontrados nas redondezas do museu e para ele encaminhados por pessoas da região ou usuários da

³¹⁸ IPHAN, Arquivo Noronha Santos. Caixa RJ 131- 2.Série: Inventários. Fundo: Recolhimento de Santa Teresa: Remanescentes. Dossiê: Histórico e Descrição do Bem. Folha 026.

³¹⁹ FERREIRA, Maria De Simone em entrevista a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Rio de Janeiro, 25 de jan. 2014.

³²⁰ HERINGER, Pedro Colares; OLIVEIRA, Daniel Martinez. Relevando Itaipu: algumas percepções sobre a exposição no MAI. In: *I Encontro de Pesquisadores do Ibram*. 08 a 11 de novembro de 2011. Local: Museu Histórico Nacional – Rio de Janeiro – RJ, p. 3.

praia, além de objetos doados por moradores do entorno e pelo Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET).

A coleção Hildo compõe-se de 1.175 objetos testemunhos de povos que habitaram a região antes de 1500, dentre os quais: machados de pedra, pontas de ossos, ossada humana, lascas de quartzo, polidores, peças cerâmicas, conchas etc. [...] A coleção de Blocos Testemunhos do Sambaqui de Camboinhas pertencente ao museu é fruto da Pesquisa de Salvamento em Itaipu, ocorrida em 1979, quando da construção da estrada de Camboinhas e do projeto de urbanização da orla de Itaipu [...] O museu conta, ainda, com uma canoa de jequitibá, doada em 1979 [...] ela fora utilizada como concho para tingimento das redes de pesca e pertencera a Seu Vavá, um pescador da região.³²¹.

Além destas, foi transferido para o museu, em 2008, para acondicionamento no próprio museu, 178 itens que contam a história do antigo recolhimento de Santa Teresa. Esta coleção é fruto da pesquisa da arqueóloga Rosana Nadjar (IPHAN – RIO), desenvolvida no ano de 1991. O acervo do museu está em permanente construção, visto a constante doação de objetos pela comunidade do entorno, inclusive objetos indígenas que foram doados pela aldeia Tkoa Mboy-Ty que ocupou a área próxima ao canal de Camboinhas, que compreende ao sítio arqueológico Duna Pequena, dos anos de 2008 a 2014.

3.3. Os Processos

Os processos de tombamento e criação do museu, assim com o papel que este desempenha nos tempos atuais, são permeados por conflitos, divergências e discursos de memória, que necessitam ser revisitados para que se mostre que, como em todo processo histórico, são compostos de contradições e conflitos.

Na década de 1940 se inicia o processo de tombamento das Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa. Segundo relatos o processo de tombamento dos Remanescentes foi iniciado pela Colônia, que tinha como interventor um agente da Marinha:

É eles tinham poder deles falar direto com o Capitão dos Portos né de, porque ele era um interventor pela SUDEPE³²² e tinha um contato direto com a Marinha né. Eles passavam todas as informações, inclusive tinha um rádio direto, tinha um rádio direto com o capitão lá dos portos, então, essa coisa de da, os pescadores pedirem pra tirar, isso aí não é verdadeiro né. Isso foi ideia de uma pessoa só né, como hoje a gente tá querendo criar uma reserva ativista, que os pescadores querem, a colônia diz que os pescadores não querem, que ela fala pelo pescador, ela fala pelos pescadores né.

³²¹ MAI-IBRAM. Plano Museológico 2011-2014, p. 10 – 11.

³²² Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

Em Ofício disponível do Arquivo Técnico do MAI, o interventor da colônia de Pescadores Z-10- RJ (atual Z- 7) Luis Isidoro Leivas solicita ao Diretor do Patrimônio histórico e Artístico Nacional o tombamento das Ruínas:

[...] vem respeitosamente solicitar a v. Excia. Se digne ordenar as providencias necessárias ao tombamento das ruínas do Mosteiro de Santa Thereza, localizado em terreno de marinha, na parte norte da praia de Itaipú, local vulgarmente denominado CANTO DO PRATO.³²³

Como se pôde notar no primeiro capítulo deste trabalho, para que a inscrição de um bem fosse feita nos livros do Tombo existiam uma série de critérios a serem avaliados pelo Sphan.

Os critérios adotados pelo Sphan eram sustentados não tanto por estudos e pesquisas, pouco acessíveis à opinião pública, mas pela autoridade dos agentes e da instituição que respondia pelos tombamentos. A defesa dessa autoridade – intelectual e moral – era preocupação constante de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que, nas suas inúmeras entrevistas e manifestações públicas, não deixava críticas ou contestações ao Sphan sem resposta.³²⁴

Neste sentido, se realizou uma série de trâmites e pesquisas históricas, como o pedido de informações ao serviço de documentação histórica da Marinha sobre os remanescentes, que de acordo com os critérios estéticos e de autenticidade em voga, comprovaram importância histórica e artística dos restos arquitetônicos do Recolhimento de Santa Teresa. A inscrição foi efetivada no livro do Tombo das Belas Artes (que segundo Fonseca, era o livro mais valorizado entre os bens tombados³²⁵) pelo nº 425 de 30 de novembro de 1943 do processo nº 365- T- 46. Os Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa foram tombados em 08 de janeiro de 1955. Nesta época o SPHAN passara a se chamar Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (DPHAN): “A área da vizinhança do primitivo Recolhimento de Santa Tereza em Itaipú se encontra desde 1943 sob a tutela do Poder Público, mas seu ato de inscrição no Livro do Tombo do IPHAN só foi efetivado em janeiro de 1955”³²⁶.

A época do tombamento corresponde à fase heroica do órgão de proteção ao Patrimônio no Brasil, que correspondeu dos anos 1937 a 1967. Desta maneira, vislumbrar as Ruínas do Recolhimento como um bem patrimonial insere-se na perspectiva valorativa dos intelectuais ligados à Rodrigo Melo: “Na política implementada pelo Sphan a perspectiva

³²³ Acervo do MAI: Pasta 7.3.2 “Recolhimento de Santa Teresa”. Documento 16: Of. 2.

³²⁴ FOSENCA, Maria Cecília Londres, 2009. Op. Cit., p. 109.

³²⁵ Ibidem, passim.

³²⁶ IPHAN, Arquivo Noronha Santos. Caixa RJ 131- 1.Série: Inventários. Fundo: Recolhimento de Santa Teresa: Remanescentes. Dossiê: Histórico e Descrição do Bem. Folha 009.

estética predominou sobre qualquer outra. Em primeiro lugar estava a valorização do estilo barroco, depois do neoclássico e do moderno.”³²⁷ .

Por remeter a um passado religioso e colonial, os Remanescentes foram registrados como Ruínas, no sentido em que este conceito evoca um tipo de resto (ou remanescente) que engloba valores como autenticidade, memória e antiguidade.³²⁸ . Sendo assim, as obras de realizadas no monumento seguiram as técnicas correspondentes de preservação de ruínas orientadas desde à gestão de Gustavo Barroso na Inspetoria de Monumentos (espécie de instituição precursora do SPHAN): “As ruínas apresentam-se na esfera do valor de antiguidade através justamente do devir da morte, por sua aparência deteriorada e por sua vetusvez. Tais características fariam emergir o interesse por sua preservação”.³²⁹ .

O início das obras de restauração e conservação da capela e das paredes de rocha das muralhas, só seria efetivo em 1968 devido a diversos conflitos após o processo de tombamento. As aberturas em suas paredes foram vedadas e a desocupação de seu interior efetuada. Em informativo da Sphan/Pró-Memória, Edgar Jacintho (arquiteto responsável pelo projeto do MAI, instalado nas Ruínas) informa: Apesar da massa construtiva remanescente da edificação original se constituir ultimamente de muralhas de alvenaria de pedras corroídas e desmanteladas, este expressivo testemunho do passado acabou sendo resgatado através de um custoso processo de preservação.³³⁰ .

O período entre o tombamento e o início das obras se tornou esparso, pois o IPHAN, à época travou diversos conflitos no que diz respeito à legitimação deste bem enquanto público. Diversos ofícios foram trocados entre a Colônia de Pesca e o IPHAN, pedindo inclusive que o Governo do Estado e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) retirassem das Ruínas a casa de motor da Companhia Territorial Itaipu, proprietária do terreno até então, para que o bem viesse a servir de sede à Colônia.

A Cia. Territorial Itaipu, por sua vez, se dirige à DPHAN acusando o interventor da Colônia de ocupar indevidamente os remanescentes do recolhimento, se propondo, inclusive, a restaurar o prédio sob orientação do Patrimônio Histórico³³¹: “Ao final, as disputas resultaram no comprometimento por parte da Companhia Territorial de Itaipu em restaurar as

³²⁷ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Op. Cit., p. 121.

³²⁸ PONTE, Anna Maria de Lira. Entre Fragmentos. Os ditos e não ditos do patrimônio em ruínas. Orientadora: Regina Célia Gonçalves. Dissertação (mestrado). João Pessoa (PB): UFPA, 2010.

³²⁹ Ibidem, p. 46.

³³⁰ IPHAN, Arquivo Noronha Santos. Caixa RJ 131- 1.Série: Inventários. Fundo: Recolhimento de Santa Teresa: Remanescentes. Dossiê: Histórico e Descrição do Bem. Folha 009.

³³¹Cf. MAI- IBRAM. Arquivo Técnico, pasta 7.3.2 – Recolhimento de Santa Teresa; subpasta: processo de tombamento das Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa.

ruínas sob coordenação do IPHAN, o que possibilitou a utilização dos remanescentes do prédio na criação do museu.”³³²

Em relação a este episódio valem duas observações: Primeiramente, lembrar que a Colônia de Pescadores remete-se ao órgão que regulamenta o território pesqueiro e não é necessariamente porta-voz dos pescadores que exercem suas atividades no espaço em que ela atua. A segunda observação diz respeito à Companhia Territorial de Itaipu, que veio a se tornar a Veplan residência. Como citado, esta empresa esteve envolvida em muitos processos conflituosos com os moradores da praia de Itaipu, dentre eles o loteamento da lagoa, a posse da Igreja São Sebastião de Itaipu, a construção de prédios no local onde existem antigos sítios arqueológicos, dentre outros.

Além desta questão sobre o embate entre Colônia e Companhia, o processo de tombamento esteve envolvido em outras tensões relativas à posse e ao uso dos Remanescentes do Recolhimento. As Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa foram ocupadas por famílias de pescadores no século XX.

Eu nasci lá no museu. Cresci lá no museu, tive dois filhos lá no museu. Eram dois meninos: um chamava-se Jaime e o outro chamava – se Adatao. Morei lá muitos anos, não era museu. Não só eu morei, morou a minha vó, morou a minha tia, morou a minha tia Edite. Nós moramos no museu. E eu nasci ali e me criei ali. Me criei aqui em Itaipu, sou filha daqui de Itaipu.³³³

Relatos coletados para a realização do presente trabalho apontaram para a possibilidade da ocupação por pescadores desde o início do século XX, ou até anteriormente: “Eu acho que minha mãe, parece que nasceu ali”, diz Dona Vanda Maria Freita de Abreu, antiga moradora das ruínas do Recolhimento. Segundo ela, sua mãe e sua sogra teriam nascido no espaço das Ruínas: “ela falava que nasceu aqui, acho que foi ela, minha sogra parece que nasceu ali dentro. Depois saiu e voltaram de novo; a minha mãe não voltou não, mas a minha sogra voltou.”³³⁴

Se a mãe da senhora Vanda estivesse viva, ela teria mais de 100 anos e seus pais, assim como marido eram de família de pescadores. Apesar de creditar à probabilidade de existência de moradores nas ruínas neste período (fim do século XIX e início do XX), o recorte cronológico que remonta a memória dos entrevistados corresponde às décadas de 1960 a 80.

³³²HERINGER, Pedro Colares; OLIVEIRA, Op. Cit., p. 2.

³³³DINEA ROSA DE ABREU, entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 19 mar. 2014.

³³⁴VANDA MARIA FREITA DE ABREU. Entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 26 nov. 2012.

O que eu sei é, a família de Nilo, depois veio os seus filhos. O seu Nilo, ele morava aqui no museu né, que era um lugar abandonado né. O nome era, no caso, era 21 ou ruínas, não é? Que eu tenho lembrança. 60, 65 que eu era criança e brincava aqui brincava inclusive na casa dele, na década de 60 e eles moravam aqui, era uma família bem grande, com vários filhos com vários netos com os filhos casados.³³⁵

As ruínas serviam de abrigo para as famílias dos pescadores que não tinham como obter uma moradia própria, como aponta José Siqueira da Silva:

Essas famílias que moravam aqui família da minha esposa. Era do falecido Nilo, os filhos dele, era Bibi, era tinha Totonho, Pretinho, a Lia foram nascido e criado dentro do museu [...] Já moravam em Itaipu. Os pais deles já moravam em Itaipu, já moravam em Itaipu aqui dentro do museu. Aqui que foi a sobrevivência deles. [...] não tinha outro lugar mais onde morar, outro lugar mais, outra sobrevivência pra eles, a sobrevivência deles era aqui.³³⁶

Assim, o estabelecimento destes nas ruínas se tornava viável, já que o prédio estava abandonado desde que havia servido como abrigo para menores no início do século XIX. O espaço funcionava como moradia e local de trabalho:

Aqui ficava os quartos de pescaria que era do Seu Bila, o Natalino, é eles tinham um quarto de pescaria ali onde tá hoje o escritório. Como funciona esse quarto de pescaria? Era onde guardava o equipamento dos pescadores onde não tinha aonde dormir né, que morava mais, mais distante [...] o quarto de pescaria ficava nesse espaço [apontando para onde hoje é a administração do museu], que era onde guardava peixe, pra carregar peixe, parte da rede é material de fio. Então esse material ficava aqui e alguns pescadores dormiam aqui, longe de casa, era mais jovem, então eles dormiam aqui, né.³³⁷

Além da guarda dos materiais, os pátios das ruínas eram usados para o tingimento de redes, para o fortalecimento das mesmas. O tingimento era feito com o material extraído de arueira ou murici, e geralmente se tingiam redes fabricadas artesanalmente com algodão (gerba) ou tucum (fios do coco). Depois do tingimento, cozinhava-se a rede no tacho: “A gente ainda tem uns dois ou três tachos aqui na praia e trazia a rede pra aqui e fazia esse trabalho aqui.”³³⁸. De acordo com Vanda de Abreu: “tem foto, do meu marido, meu cunhado, eles cozinhando a rede”.

O espaço das Ruínas serviu ainda como cadeia durante um tempo. Segundo a senhora Dinea Rosa de Abreu

Ali era um presídio, eu dava água aos presos pelo canudo de banana [...] aonde é a capela era uma prisão, depois foi igreja [...] foi pouco tempo o presídio, não era polícia não. Eram os delegados daqui, nomeavam os delegados assim, aqueles

³³⁵ JORGE NUNES DE SOUZA (Seu Chico). Entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 18 nov, 2012.

³³⁶ JOSÉ SIQUEIRA DA SILVA, entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 26 nov. 2012.

³³⁷ JORGE NUNES DE SOUZA (Seu Chico). Entrevista concedida Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 18 nov, 2012.

³³⁸ Idem.

senhores mais velhos, idôneos, depois que veio polícia militar pra ali, aí foi movimentando, foi botando ônibus [...].³³⁹

É importante ressaltar que na época da ocupação dos pescadores nas Ruínas, os pescadores formataram³⁴⁰ a capela que hoje serve como sala principal de exposições para o Museu de Arqueologia de Itaipu. Segundo Dona Vanda, ao chegaram ao espaço das Ruínas, era um terreno aberto, com “pátios grandes” e “é, só tinha aquelas pedras, depois que eles [os pescadores] fizeram, que eles construíram³⁴¹”.

A capela era utilizada para a realização de missas, casamentos e festa, afirmando o elo entre as famílias de pescadores de Itaipu e o espaço das ruínas através de rituais. Nela existia um altar a São Pedro, santo padroeiro dos pescadores: “É, na igreja, eu me lembro... teve muito ali muitos, vários casamento, muitas festas, quase todo ano quando era dia de São Pedro [santo padroeiro dos pescadores].”³⁴².

Dentre os entrevistados, alguns demonstraram afetividade ao rememorar o passado nas Ruínas, lidando de forma romântica com os acontecimentos pretéritos; outros já viam como negativo àquela época, pois se ressentiam pela saída dos moradores de seu interno promovido pelo tombamento da edificação.

Aí os pescadores vieram pra cá, Bibi também veio, que essa Lúcia com o avô ela, que foram expulsos de lá, aí, com o tombamento aqui da ruína expulsaram essas famílias aqui de dentro. [...] E foi morar no Cantagalo, ficamos revoltados, a gente não tinha poderes, a marinha mandava muito, e esses interventores.³⁴³.

O entrevistado supracitado vê como problemática a postura da Colônia de Pescadores (que pertencia à extinta Superintendência do Desenvolvimento da Pesca SUDEPE) e da Diretoria de Patrimônio histórico e Artístico nacional na época do tombamento (DPHAN), pois segundo Aureliano Siqueira da Silva (Seu Bichinho):

O problema todo do museu [se referindo ao SPHAN] é que eles não procuraram a gente, ele não procurou a gente e o pescador não procurou o museu, aí ficou empatado nisso aí. O museu não deu cobertura a pescador nenhum. A maioria tiraram o pessoal onde o pessoal morava e não deu nenhum lugarzinho pra eles ficar.

³³⁹ DINEA ROSA DE ABREU, entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 19 mar. 2014.

³⁴⁰ Utilizou-se este verbo, pois segundo os documentos do Inventário do tombamento do Recolhimento, já existira uma capela na época em que funcionava o Recolhimento. Sendo assim, existe a possibilidade da capela que hoje existe ter sido construída ou reformada pelos pescadores.

³⁴¹ Dona Vanda conta ainda que as janelas, hoje cimentadas, eram todas abertas e adornadas com flores. Era muito bonito” e que as casas dos pescadores eram feitas de tábuas.

³⁴² JOSÉ SIQUEIRA DA SILVA, entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 26 nov. 2012.

³⁴³ JORGE NUNES DE SOUZA (Seu Chico). Entrevista concedida Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 18 nov, 2012.

De acordo ainda com a Dona Vanda Abreu, o interventor que a “expulsou” das ruínas era seu compadre, o senhor Hildo de Mello Ribeiro:

Porque meu compadre que me botou pra fora em 24 hora com 8 filhos [...] é, e era meu compadre, batizou meus filho esse que eu to falando. Se eu não saísse ele ia apanhar minhas coisas toda e botar na rua. Ai eu fiquei perdida, sem saber pra onde ia né, com 8 crianças!.³⁴⁴

De acordo com Rosilene Augusta da Silva: “ele [Hildo] era interventor, ele que cuidava da parte, como se fosse uma colônia, antes era SUDEPE é, superintendência de pesca, uma coisa assim”³⁴⁵. Ao indaga-la se ele era da Marinha – como apontara Jorge Nunes da Silva sobre os interventores -, ela disse: “ex combatente, é ele foi ex combatente”³⁴⁶.

As tensões que perpassam a figura de Hildo de Mello Ribeiro dizem respeito ainda à formação de uma coleção de materiais arqueológicos coletados nos sambaquis próximos às ruínas pelo próprio; assim como pela parceria com o IPHAN para o projeto de um Museu nas Ruínas. De acordo com os relatos de moradores daquela localidade, pode-se constatar que opiniões sobre este senhor são divergentes, ora louvando seu desempenho enquanto representante da Colônia, ora o acusando a corroborar ao processo de tombamento.

Hildo, muito bom rapaz. Hildo quis tudo de bem pros pescadores, mas não sei qual a revolta que teve que tiraram ele da colônia.³⁴⁷

Ela morava lá, mas Hildo, tirou ela de lá. Ele era compadre do meu irmão. É ruim de indenizar hein, saiu com uma mão atrás e outra na frente. Comprou um barraco na no morro de tábuas, quando chovia molhava tudo. Indenizou em nada, deu nada, teve que sair.³⁴⁸

Vale ressaltar que, como citado anteriormente, o interventor que iniciou o pedido de tombamento junto ao SPHAN não foi o senhor Hildo. Entretanto, como ele era uma figura emblemática na comunidade à época e participou dos processos envolvidos no tombamento, na construção e no início do funcionamento do MAI, as pessoas acabam recorrendo à sua figura como responsável pela expulsão dos moradores que as Ruínas habitavam.

³⁴⁴ VANDA MARIA FREITA DE ABREU. Entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 26 nov. 2012.

³⁴⁵ ROSILENE AUGUSTA DA SILVA. Entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 26 nov. 2012.

³⁴⁶ Idem.

³⁴⁷ TÂNIA RODRIGUES LOPES, entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 22 nov. 2012.

³⁴⁸ ³⁴⁸ DINEA ROSA DE ABREU, entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 19 mar. 2014.

Segundo Lúcia Rosa de Abreu, nascida e moradora das ruínas até a adolescência, os pescadores tendem a não visitar o museu e, no caso dela pelas emoções que este espaço a traz: “a gente não gosta de entrar porque (sic) era a nossa vida, então [...]”³⁴⁹.

Através das entrevistas, se pôde notar que a maioria dos entrevistados ressaltou, em seu discurso, um lado negativo acarretado pelo processo de patrimonialização das Ruínas, afirmando que este teria levado prejuízo dos pescadores que moravam nas Ruínas de Santa Teresa após o processo de tombamento.

Ao tombar os Remanescentes, o SPHAN preocupara-se em restaurar e preservar o estilo arquitetônico setecentista e neste processo, não se atentou para a existência do entorno do bem tombado, enquanto patrimônio cultural.

Após a restauração das Ruínas, seu espaço foi aproveitado para a instalação do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI).

O trabalho de consolidação e adaptação destas ruínas se efetuou por etapas sucessivas orientadas por critérios técnicos, e de acordo com as dotações dos exercícios financeiros, estando concluída a primeira etapa já em 1974. Entre as obras consideradas necessárias às instalações dessa unidade museológica se deve mencionar: a restauração da Capela interna, a consolidação e obturação das falhas generalizadas nos paredões externos; a recuperação do corpo localizado na extremidade à direita do monumento, com aproveitamento apenas das paredes e as consequentes obras de adaptação para a instalação do museu.³⁵⁰

O projeto do museu, elaborada na gestão de Renato Soeiro (IPHAN) foi pensado para que este executasse atividades internas e ainda fora de seus muros, que envolvessem os sítios arqueológicos que o cercam, especialmente o Sítio Duna Grande - cujo tombamento pelo IPHAN, que se encontra em processo desde 1986, afóra sua já assegurada proteção pela Lei Federal nº 3.924/61. Assim, sua primeira exposição- Aspectos da pré-história do Rio de Janeiro na faixa litorânea compreendida entre Niterói e Cabo Frio- versava sobre o passado pré-histórico do litoral fluminense, visando à proximidade com a comunidade local através da identificação com o ofício milenar da pesca. O que aconteceu, entretanto foi o afastamento entre os moradores locais e o museu.

A distancia entre comunidade e museu foi proporcionada, primeiramente, por que anteriormente à criação do museu alguns pescadores viviam no interno das ruínas do recolhimento, ou mesmo utilizavam o espaço para confraternizações ou guarda de material de

³⁴⁹ LÚCIA ROSA DE ABREU. Entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 26 nov. 2012.

³⁵⁰ Arquiteto Edgar Jacintho (responsável pelo projeto do museu) em informativo do Pró-Memória. Cf. IPHAN, Arquivo Noronha Santos. Caixa RJ 131- 1. Série: Inventários. Fundo: Recolhimento de Santa Teresa: Remanescentes. Dossiê: Histórico e Descrição do Bem. Folha 099 e 010.

³⁵⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Op. Cit., p. 121.

trabalho (como já fora citado anteriormente). Ao serem tombadas como patrimônio artístico em 1955, as ruínas tornaram-se inabitáveis, causando ressentimento daqueles que utilizavam aquele espaço.

Em segundo lugar, existe uma contradição na criação de sua primeira exposição de longa duração que perdurou quase 30 anos, por esta ter excluído 99% dos achados colhidos nos sítios arqueológicos adjacentes pela comunidade e sob responsabilidade do arqueólogo amador Hildo de Mello Ribeiro. Quem traz esta estatística, é Maria De Simone, diretora do MAI até 2012. Segundo a mesma, Hildo que era um agente de pesca e morador local, teve papel decisivo no tombamento das ruínas, assim como na construção da ideia de um Museu de Arqueologia nos Remanescentes, entretanto, ela afirma que a primeira exposição do MAI: “expressam em um discurso de memória que foge ao caráter local da instituição e da coleção Hildo de Mello Ribeiro.”³⁵¹.

Ferreira aponta que a inicial rejeição aos artefatos coletados por Hildo Ribeiro cristalizou as querelas entre arqueólogos profissionais e amadores, em uma época de afirmação da profissionalização da arqueologia. Neste ponto, explicita-se ainda que a primeira exposição teve uma grande duração e que mesmo passando por reformas de infraestrutura, não sofreu com a mudança teórica da área da museologia, proveniente já da década de 1970. Pode-se entender este andar descompassado com as tendências teóricas internacionais da nova museologia sejam devidas à postura centralizadora do governo militar.

Os anos de 64 a 80, apesar de prósperos em instalação de museus, constituíram um período concentrado em memoriais e de culto ao herói. Buscava-se, através das atividades de preservação, a ideia de autenticidade da nação. É nesse sentido que se engloba o descompasso com o documento de Santiago e as iniciativas do Movimento da Nova Museologia.

Um terceiro fator que fez com que o MAI não se incluisse automaticamente aos recentes debates sobre o pensar museológico se deveu ao fato da escassez de recursos, tanto humanos, como financeiros. Ao longo da década de 1980, algumas atividades, como visitas escolares e turistas foram desenvolvidos pelo museu. Mas, segundo Ferreira, em entrevista, o aporte de pessoal era ainda muito reduzido, ficando a cargo de um caseiro cuidar no local: “Ele morava ali na área que a gente trabalhava [...] Isso foi uma prática do IPHAN em muitos

³⁵¹ FERREIRA, Maria De Simone. Museu de Arqueologia de Itaipu: camadas de memória de um palácio em ruínas. In: *Anais do XV Encontro Regional da ANPUH-RIO*, 2012.

lugares que foram tombados, de se manter um vigilante. Então assim, essas dificuldades de falta de pessoal, de orçamento pra aquele lugar, tudo, lógico, enfraquece.”³⁵².

As mudanças mais significativas, que fizeram com o que MAI ganhasse mais visibilidade, se deram a partir da década de 1990, principalmente com a chegada da funcionária Vera Gigante. Como única funcionária concursada no Museu e da área administrativa, Gigante (2014) conta em entrevista que foi buscar na comunidade local e na Universidade Federal Fluminense (UFF) parcerias para que o elo entre o museu e entorno fosse fortalecido. Maria Ferreira afirma que o papel de Vera Gigante fora fundamental para lançar as bases para um tempo de mudanças dentro do MAI. De acordo com ela, foi, porém, após a chegada do PT ao poder que estas mudanças, há tanto esperadas puderam acontecer de fato.

Então assim, uma das tentativas, é, nessa gestão do PT, quando chega no ministério, foi, vamos , aí falando dentro do que era o DEMUS, departamento de museus. O IPHAN e depois virou IBRAM [...] vamos investir nesses problemas que ficaram, nessas dificuldades constantes de falta de pessoal , de orçamento. Então investiu-se bem, a gente conseguiu fazer um monte de coisa no pátio, obra e restauração da capela, montar exposição, contratar serviços, ter essa manutenção das atividades educativas; inovar, criar outros projetos.³⁵³.

Segundo Maria De Simone Ferreira, que entrou no MAI em 2006 como museóloga, estando diretora de 2009 a 2012, com esta nova gestão na área da cultura, o MAI teve mais possibilidades de se trabalhar com a comunidade. Ela afirma ainda que as melhorias tenham sido alcançadas desde 2003 com as iniciativas do DEMU, sendo o IBRAM apenas a culminância do processo já iniciado por este grupo do IPHAN.

Isso sim foi um marco na Museologia, já que então os museus passaram a receber uma atenção especial para suas especificidades, que, ainda que dentro do campo do patrimônio, possuem uma realidade muito peculiar. Desde então, a proposta museológica que se defendeu e se propagou país e mundo afora foi de uma museologia mais social, atrelada à Carta de Santiago (1972). A criação do IBRAM me parece ter sido a culminância de um processo de ampliação de práticas e olhares já iniciada no período do DEMU.³⁵⁴

Entende-se que este foi um momento propício para se estabelecer um vínculo maior com a comunidade, visto que, com o concurso para o IBRAM, o quadro de funcionários do

³⁵² MARIA DE SIMONE FERREIRA, Entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Rio de Janeiro, 16 de Jan, 2014.

³⁵³ Idem.

³⁵⁴ MARIA DE SIMONE FERREIRA (Entrevista) apud FERRAZ, Livia Martins. Monografia. *O Museu como Agente de Sensibilização e Representação Sócio-Cultural Local: Ações Desenvolvidas pelo Museu de Arqueologia de Itaipu/Museu Sócio Ambiental de Itaipu*. Niterói: UFF, 2013.

MAI pôde ser completo, possibilitando a gestação e continuação das atividades de pesquisa, educativo e museologia.

E aí também foi o momento de, vamos olhar um pouco pra história desse museu? Do prédio? E aí? E essa comunidade? Até por que é um enfoque contemporâneo você realmente, vamos dizer que agora é a hora de por em prática a mesa de Santiago . Então vamos tentar, vamos pensar um projeto que integre todo mundo. Desde o estudante, ate a comunidade [...] Foi uma das tentativas da gente conseguir estabelecer, formar aquele museu mais deles e a gente também tá se aproximando mais.³⁵⁵

3.4. Discursos de Memória e políticas de identidade: Apontamentos sobre o *lugar de memória*.

Recorrer ao direito de voz, história e memória, e por que não de uma identidade de grupo? As definições sobre *políticas de identidade* em muito lembram os apontamentos de Pierre Nora sobre o papel dos *lugares de memória*³⁵⁶. Nora afirma que tais lugares surgem da necessidade de se resgatar memórias póstumas, retratar tradições que não fazem mais parte da vivência³⁵⁷. Neste sentido, como as *políticas de identidade*, exercidas em Itaipu se posicionam em relação aos *lugares de memória* institucionalizados pelo IPHAN na Vila de Pescadores?

Como se podem definir as estratégias realizadas pelos moradores da praia, que são contrárias ao esvaziamento de suas tradições? Não seriam as articulações em prol do registro da pesca artesanal como patrimônio uma maneira de reparar uma memória? E o estabelecimento de uma reserva extrativista? Seria esta uma tentativa de retorno ou manutenção de tradições?

“O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque há mais meios de memória [...] Todos os lugares de memória são objetos do abismo”³⁵⁸. Em Itaipu, o argumento de Nora parece invertido e irá se explicar por que. Neste trabalho, se tem dado enfoque a dois processos de patrimonialização. A razão de estes processos terem centralidade nesta pesquisa deve-se à constatação que se teve ao longo de nossas pesquisas.

Mediante a realização das entrevistas com moradores da Vila de Pescadores de Itaipu, percebeu-se que, em decorrência das mudanças econômico-sociais dos últimos anos, a comunidade tem procurado se mobilizar para impedir o avanço da especulação imobiliária, turismo desenfreado, presença da indústria petrolífera e de grandes companhias de pesca,

³⁵⁵ MARIA DE SIMONE FERREIRA, Entrevista concedida a Juliene do Valle Tardeli Cruz. Rio de Janeiro, 16 de Jan, 2014.

³⁵⁶ NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares*. Projeto História, São Paulo, 1993.

³⁵⁷ Passim.

³⁵⁸ Ibidem, p. 7 e 24.

enfim, todos os fatores externos que possam representar alguma ameaça ao modo de vida, que como já se mostrou anteriormente, é permeado pelo elo com a pesca.

Dentre as ações e discursos defensivos estudados, entretanto, poucos foram àqueles que ressaltaram a importância das ruínas do Recolhimento e do museu que nelas funciona. Sendo um bem patrimonializado e tendo chancela federal, este deveria ser tido como arcabouço para aquela comunidade requerer seus direitos. Só a posse deste bem já deveria em tese mostrar a importância histórica e memorialística de Itaipu em relação à sociedade brasileira. Porém, enquanto eram realizadas entrevistas, poucos foram os comentários sobre as ruínas, a menos que fosse requerido. Salvos foram os depoimentos a favor das novas administrações do museu de arqueologia, que como se fez claro anteriormente, tem estreitado sua relação com seu entorno.

Fora mostrado no segundo capítulo que por diversas razões, dentre elas pessoais, alguns moradores sentem-se ressentidos quanto ao processo de tombamento e não retornam a visitar as ruínas, pelo grande valor simbólico que este espaço carrega. Porém, neste momento do texto se pretende estender as explicações para entender as razões destes tais patrimônios (ruínas e museu) serem deixados em segundo plano nos discursos da memória local.

Como aludido no início deste tópico, Pierre Nora, em um dos seus mais famosos textos faz referência aos *lugares de memória* enquanto locais, acervos ou mesmo datas que têm por escopo a pretensão de obter a memória como prótese. Substituem e evocam, em duplo movimento, através da história e de objetos, a memória que é tida como resto: “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos a necessidade de lhe consagrar lugares”.³⁵⁹

O discurso existente nos documentos de tombamento das ruínas e construção do museu enfatiza a importância de se valorizar a história local e credita às exposições arqueológicas o papel de promover a identificação desta história com os antepassados que aquela região habitou, assim como a possibilidade de promoção de turismo cultural na área.

O documento citado a seguir é um trecho que um manuscrito de Renato Soeiro, então presidente do IPHAN à época de criação do museu. Mesmo não sendo datado, o documento abre uma ampla gama de análises, mostrando quais ideias permeavam o imaginário do órgão sobre os processos de patrimonialização naquele momento. Neste sentido, e como se verá adiante se dá destaque às preocupações do diretor em se estabelecer um *lugar de memória*³⁶⁰

³⁵⁹ NORA, P. Op. cit, p. 8.

³⁶⁰ Apesar do termo *lugar de memória* não existir em nenhum documento relativo aos processos de patrimonialização em Itaipu, esse conceito se faz análogo aos discursos produzidos nos mesmos por se considerar que estes estão de acordo com os apontamentos de Nora.

em Itaipu, como alternativa àquela comunidade, que parece fadada à sua insustentabilidade em meio às modernizações que ocorriam na época.

Com a instalação do museu constituído de peças arqueológicas da região, acrescidas de elementos “caiçaras” que no seu atual primitivismo, em vias de rápido desaparecimento pela modernização da indústria de pesca relembra os construtores dos sambaquis, pretende o IPHAN contribuir para o turismo cultural da área em apreço.³⁶¹

Como visto anteriormente, a relação de identificação entre a comunidade local e o espaço musealizado se tornou demorada, fazendo-se há poucos anos. Talvez a projeção deste local como lugar de memória tenha falhado e isto possa ser mais uma das pistas para que se entenda este distanciamento.

De acordo com Nora, *os lugares de memória* que não são dotados de vontade de memória se tornam lugares de história: “só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica”.³⁶² Ao dizer que em Itaipu, o argumento de Nora se inverte, almeja-se mostrar que a memória reivindicada pelas *políticas de identidade* tem como processo uma espécie de reparação prévia, uma maneira de impedir o esvaziamento das condições de vida tradicionais.

Esta dissertação considera que todo este processo de resgate à memória local não está ileso de discursos de autodefesa, ou de uma retórica testemunhal marcada pelo presente, como analisa Sarlo: “Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração [...] A narração também funda uma temporalidade, que a cada variante torna a se atualizar.”³⁶³ Entretanto, como pesquisa em história social, se está interessado em analisar as contradições e processos que existem em relação à comunidade e os patrimônios estudados.

Como toda sociedade, a vila de pescadores participa de processos complexos e conflituosos e é objetivo deste trabalho ler nos testemunhos os detalhes que deem indícios de alguma explicação plausível para estas contradições. Neste sentido, a partir das presentes análises entende-se que apesar de pretense lugar de memória, as ruínas tombadas do Recolhimento de Santa Teresa e o museu construído nas mesmas, não podem ser vistos como *lugares de memória* por algumas ponderações:

Como mostrado no anteriormente, o tombamento das ruínas, ao contrário do que mostra o dossiê de documentos do IPHAN foi uma posição verticalizada e não requerida pela

³⁶¹ IPHAN, Arquivo Noronha Santos. Série: Inventários. Fundo: Recolhimento de Santa Teresa: Remanescentes. Dossiê: Histórico e Descrição do Bem. Folha 109.

³⁶² Ibidem, p. 27.

³⁶³ SARLO, B. Op. cit., p. 24-25.

comunidade. Neste ponto, mostra que esta ação não foi dotada de uma “vontade de memória” como descreveu Nora. A expulsão de alguns pescadores que utilizavam do seu espaço para moradia e atividades cotidianas ligadas à pesca fez com que parcela da população tenha este local em sua memória afetiva, porém com certa carga de saudosismo e ressentimento. Deste modo, ter o tombamento como símbolo da memória coletiva parece contraditório.

Outro fator diz respeito à criação do Museu de Arqueologia, que teve como argumento para sua formatação a identificação local com a história de seus antepassados. Como foi analisado em alguns relatos, apesar de projetarem atingir/reproduzir a memória local, a comunidade não se sentiu identificada. Dado isto, mesmo que tenha sido eleito um local, onde objetos históricos foram colocados em exposição, a comunidade não reconhecendo suas memórias, se tornou impossível que este museu pudesse ser visto como *lugar de memória*.

Eles chegaram e falaram que iam fazer um museu histórico, aí chegaram e abriram tudo aquilo ali. Ali das dunas, cheio de osso aquilo ali eles dizem que é osso de índio, mas pra gente é osso de bicho. Aí eles cavaram, fizeram a escavação, achando ossada ali, que pra mim, a maioria é bicho [...] pra gente não foi muito bom não.³⁶⁴

O problema todo do museu é que eles não procuraram a gente, ele não procurou a gente e o pescador não procurou o museu, aí ficou empatado nisso aí. O museu não deu cobertura a pescador nenhum.³⁶⁵

O terceiro fator que faz com que possibilita afirmar que as ruínas e o museu não foram e nem são *lugares de memória*, no sentido evocado por Nora, diz respeito aos dias atuais. Por que se por um lado, as primeiras exposições e administrações pautaram-se no congelamento de uma memória não identificada pela comunidade local; hoje esta memória é identificada, mas se faz móvel e participativa, como proposta de uma nova atuação museológica, baseada nas recentes discussões sobre o campo museal no Brasil.

Pode-se dizer assim que *o lugar de memória* está fora das políticas de identidade em Itaipu, porque naquela comunidade se busca não o resgate de algo que passou, mas sim a manutenção de uma vivência, uma tradição, que apesar de mutável, ainda se faz presente. Sendo assim, o lugar deste *lugar de memória* não é exterior às políticas de memória, pois a comunidade local tem se apropriado daquele espaço como patrimônio dela apenas recentemente.

³⁶⁴ MAURO DE SOUZA FREITAS, entrevista concedida a Juliene Tardeli. Niterói, 18 mar. 2014.

³⁶⁵ AMÉRICO SIQUEIRA DA SILVA. Op. cit.

Conclusão - O MAI hoje: Perspectivas de diálogo com a comunidade

A partir das possibilidades abertas pela criação do IBRAM e por todo um processo de democratização cultural através da ideia de *museu integrado*, a gestão do MAI tem sido modificada, o que concerne à sua proximidade com seu entorno. Neste sentido, este museu pode ser visto como um objeto de análise por apresentar na aproximação com a comunidade que o cerca, a ambição de uma gestão compartilhada.

De acordo com Leonie Sandercock³⁶⁶, para que se haja um bom planejamento de políticas públicas, necessita-se antes de mais nada, promover um processo dialógico. A autora afirma que o processo de se ouvir e contar histórias que fomentem um discurso paralelo ao oficial (visto neste caso como o discurso científico do IPHAN nas primeiras exposições do MAI) gera a democratização das políticas. As discussões de Sandercock inserem-se no âmbito do planejamento, enfatizando a importância da narração de histórias, tanto como meio de dar voz à sociedade civil (que a autora vê como um local privilegiado de agência política), como também como uma metodologia fértil para a esquematização do planejamento de novas políticas.

Dado isto, enfatiza-se aqui a noção de narração de histórias como possibilidade de construção de discurso paralelo, fundamental para a gestão de políticas culturais democráticas em sociedade multiculturais. Entende-se que as ações do MAI- apesar de não serem *stricto sensu* políticas culturais- podem ser vistas como base para se pensar a gestão compartilhada da cultura.

Sandercock aponta que a partir da utilização de histórias em processo de planejamento se cria um espaço compartilhado; um momento em que identidades são reparadas. O narrar histórias significa assim, voltar ao passado, para que se construa um novo futuro: “Na medida em que contribuem para o surgimento de novas formas de imaginar e criar alternativas, as histórias e as narrações de histórias podem ser agentes ou auxílios poderosos a serviço de mudanças.”³⁶⁷.

No caso de Itaipu, as políticas culturais que alcançaram àquela comunidade tradicional de pescadores, em primeiro momento não se dispuseram a refletir sobre as falas dos moradores locais. Neste sentido, tanto o tombamento das ruínas, assim como a instalação de um museu arqueológico deixou de considerar alguns aspectos fundamentais da vivência

³⁶⁶ SANDERCOCK, Leonie. Debatendo o preconceito: a importância das histórias e de sua narração na prática do planejamento. In: *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, Ano XIX, n.1-2, jan-dez 2005, p. 289-315.

³⁶⁷ *Ibidem*, p. 11.

destas pessoas, como seus mitos fundadores, o caráter familiar, ou mesmo a pesca artesanal – que hoje é registrada como patrimônio imaterial pela prefeitura de Niterói. Não é intuito de este trabalho promover algum julgamento sobre esta postura, e sim mostrar que as ações recentes do MAI estão de acordo, tanto com as condições históricas das políticas culturais brasileiras, quanto pela recente escolha da própria instituição por um método de aproximação com a comunidade através do diálogo.

A concordância da presente análise aos apontamentos de Sandercock parte ainda da analogia entre algumas técnicas de promoção da narração de histórias e ações desempenhadas pelo MAI nos últimos anos. De acordo com a autora, existem algumas formas de se colher histórias na comunidade em que planeja desenvolver políticas públicas culturais, neste caso, ações museais inclusivas e democráticas.

Os planejadores orquestram um evento de forma a permitir que todas as pessoas, ou tantas quanto possível, contem a sua história sobre sua comunidade, bairro, escola ou rua. Tendemos a nos referir a esse procedimento como um apelo a um conhecimento local [...] Em termos de processo, também, a criação de espaços para contar histórias faz com que participantes de diferentes culturas e classes se sintam mais à vontade para falar e mais confiantes na relevância de todo o procedimento.³⁶⁸

Entre as ações que o MAI desenvolve em prol da democratização do uso do museu como o espaço *integrado* pode-se destacar o seu horário de abertura para o público, mesmo que não haja demanda; a participação dos funcionários do museu em festas e reuniões concernentes à comunidade; a busca de parcerias com a colônia de pescadores, o Parque Estadual, Moradores Tradicionais do Morro das Andorinhas, assim como com escolas das redondezas e o oferecimento de visitas mediadas. Tem como destaque dois principais programas educativos do museu: O Caniço e Samburá – programa elaborado no ano 2001 com parceria dos professores de educação patrimonial da UFF, que consiste no empréstimo de um kit com informações, tanto sobre arqueologia, como sobre o recolhimento e a comunidade pesqueira.

O outro projeto diz respeito ao Diagnóstico e Monitoramento da Saúde Lagunar e dos Recursos Pesqueiros de Itaipu - que aborda a problemática ambiental referente à conservação dos ecossistemas da região de Itaipu. Este trabalho é em conjunto com uma escola pública próxima ao museu, e conta com a ajuda de pescadores da praia com materiais e instruções sobre costumes da comunidade, pesca e preservação ambiental. Recentemente o Museu oferecia oficinas de Guarani e montou uma exposição, que contava com uma oca feita

³⁶⁸ Ibidem, p. 6, 8.

pelos próprios índios da tribo guarani Mbya Tekoa Mboy Té (Aldeia da Semente), que habitava até final de 2013 um antigo sítio arqueológico vizinho à Itaipu.

Acontecem ainda no museu aulas de capoeira, que visam estreitar a relação entre comunidades tradicionais (a de Itaipu com o Quilombo do Grotão, do Engenho do Mato – bairro vizinho). Outro aspecto elucidativo ao processo de estreitamento com a comunidade, e previsto no plano museológico da instituição está a mudança de nome do museu, com apoio da sociedade, para Museu Sócioambiental de Itaipu (MUSAI). Tal nome prevê a ampliação temática do museu e espelha a relação de proximidade com a comunidade, que tem se tornado gradativamente mais participativa nas ações que o MAI desenvolve. Ferraz, ao falar sobre a função social deste museu, afirma:

A importância do MAI/MUSAI se configura para além das funções tradicionais da museologia e do espaço político, social e cultural usualmente representado e abarcado pelos museus. O MAI/MUSAI se configura como um agente, um núcleo de representação identitária, um mediador da multiplicidade que o cerca. Como acima elucidado pelas palavras de Chagas, o MAI/MUSAI utiliza todos os recursos, “as coleções, os acervos, o patrimônio, o local”, como “uma estratégia a favor do desenvolvimento social daquela comunidade”.³⁶⁹

Destaca-se ainda a mudança na exposição de longa duração reformulada em 2009, e inaugurada em 2010, como um modo de aproximação com a comunidade, pois esta tem por escopo manter-se atualizada com os novos paradigmas museológicos, trabalhando com “com a comunidade de pescadores e de estudantes local pelo viés da memória coletiva e da preservação dos ecossistemas de Itaipu”³⁷⁰. Neste sentido, cita-se por último, e não menos importante uma recente iniciativa do museu, o projeto “Rede de Memórias – Tradição pesqueira em Itaipu”, que ainda será posto em prática. Este trabalho visa a “realização de uma pesquisa em história oral, a manutenção e a ampliação de um acervo de fotos e vídeos, a elaboração de uma exposição a partir do material produzido e a publicação dos resultados finais”.³⁷¹

³⁶⁹ FERRAZ, Livia Martins. Op. Cit, p. 34.

³⁷⁰ MAI-IBRAM. Plano Museológico 2011-2014, p.9.

³⁷¹ MAI- IBRAM. Arquivo Técnico, pasta– Projetos, 2014.

Bibliografia

ABREU, M. Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional. In: ABREU, Martha;

ABREU, R; CHAGAS, M. *Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M, *Historiografia e Escrita da História: confrontos historiográficos contemporâneos*, XXIII Simpósio Nacional de História, Resumo. 2005.

ARRUDA, R; DIEGUES, A. C. (org). *Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil*. Brasília - Ministério do Meio Ambiente: São Paulo, USP, 2001. Xxx .

ARRUTI, J. M; HEYMANN, L. Memória e Reconhecimento: nota sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil. In: GONÇALES, M. de A; MONTEIRO, A. M; ROCHA, H; RESNIK, L. *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

BARBOSA, S. R. C. S. *Identidade Social e dores da Alma entre Pescadores artesanais em Itaipu*, RJ. CAMPINAS: PUC, 2004.

BOSI, E. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRITTO, R. *Modernidade e Tradição: construção da identidade social dos Pescadores de Arraial do Cabo (RJ)*. UFF, Niterói: 1999.

BURKE, P. *A escrita da História: Novas Perspectivas – Abertura: Nova História, seu passado e seu futuro*. In: BURKE, P (org.). *Trad.* UNESP (FEU): 1993.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária no nacional. In: HOLANDA, Heloísa Buarque (Org.). *Revista do Patrimônio História e Artístico Nacional*. Brasília: Iphan, n. 23, p. 94-115, 1994.

CARVALHIDO, V. V. R. *Do “direito- à vez” à vez dos direitos: Conflitos e representações acerca do espaço e do trabalho no Canto de Itaipu*. Niterói: UFF, 2012.

CASTRO C. M.; NUNES, V. R. S. SILVA, V. B.; LIANZA, S. *Breve Introdução a Gestão Compartilhada de Recursos Naturais E Conflitos Territoriais Em Itaipu: A Criação Da Reserva Extrativista Marinha De Itaipu*. Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro – SOLTEC-UFRJ, Seminário PAPESCA - SOLTEC UFRJ Setembro de 2013 a Out 2013.

CHUVA, Márcia Romeiro. *Arquitetos da Memória: Sociogênese da Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil(anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 3ª Ed. São Paulo: UNESP, 2006.

CONTIGO, Rebeca; SOIHET, Raquel (orgs). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Civilização Brasileira, 2007.

COSTA, P, C. P. *Inserções Sociológicas na Pesca à Luz da etnologia abrangente: A praia de Itaipu*, Niterói/Rio de Janeiro. Campinas: UNICAMP, 2011, p. 49.

CRUZ, J.V.T. *Itaipu: Como veem os pescadores? Memória e conflito nos remanescentes do recolhimento de santa Teresa*. Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de graduação em Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ: 2012.

DUARTE, L. F. *As Redes do Suor*. A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba. Rio de Janeiro: Editora UFF, 1999.

FERNANDES, E. B. Do dever de memória ao dever de história: um exercício de deslocamento. In: GONÇALES, M. de A; MONTEIRO, A. M; ROCHA, H; RESNIK, L. Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FERREIRA, Maria De Simone. Museu de Arqueologia de Itaipu: mediação de conflitos para equilíbrio social e ambiental. In: Anais do Museu Histórico Nacional, v. 43, 2011, p. 6-9.

_____. *Museu de Arqueologia de Itaipu: camadas de memória de um palácio em ruínas*. In: Anais do XV Encontro Regional da ANPUH-RIO, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além de pedra e cal: para uma concepção ampla de patrimônio. In: Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas. In: *Políticas Públicas e Desenvolvimento – Bases Epistemológicas e modelos de análise*. HEIDEMANN, F. G; SALM, J.F. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

JULIÃO, Leticia. Apontamentos sobre a história do museu. In: Caderno de Diretrizes Museológicas. Brasília. MinC, IPHAN, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2ª ed. Belo Horizonte, SEC, Superintendência de Museus: 2006.

KNEIP, Lina Maria. *Pesquisas de salvamento em Itaipu – Niterói/RJ*. Rio de Janeiro: Gráfica Luna, 1979.

LE GOFF, Jacques. Antigo/moderno. In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

LIMA, R. K.; PEREIRA, L. F. *Pescadores de Itaipu: Meio Ambiente conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, RJ: EDUFF, 1997.

LOBÃO, R. J. S. *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode transformar em uma política de ressentimento*. Niterói: UFF, 2006, p. 127.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. *A exposição museológica: Reflexão sobre pontos críticos na prática contemporânea*. Texto apresentado para debate “O discurso museológico: Um desafio para os museus”. Simpósio: “O processo de comunicação nos museus de Arqueologia e Etnologia”. Universidade de São Paulo. 1993.

MORAES, N. A. *Discurso, Análise de Discurso e Memória*.

NORA, P. *Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares*. Projeto História, São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Daniel Martinez de; HERINGER, Pedro Colares. “*Revelando Itaipu: algumas percepções sobre a exposição do MAI*”. I Encontro de Pesquisadores do IBRAM, Seção 2: Museus, Educação, Memória e Sociedade. Nov. 2011. (mimeo).

PESSANHA, E. G. F. *Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu*. Niterói, RJ: EDUFF, 2003.

POULOT, Dominique. *Museu e museologia*. Trad. Guilherme João de Freitas. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

RIBEIRO, Diego de Lemos. *A Ciência da Informação em ação: Um estudo sobre os fluxos da informação no Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI)*. PPGCI/UFF - IBICT/MCT. Rio de Janeiro, 2007.

SARLO, B. *Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. – São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SANDERCOCK, Leonie. Debatendo o preconceito: a importância das histórias e de sua narração na prática do planejamento. In: *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, Ano XIX, n.1-2, jan-dez 2005, p. 289-315.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

IBICT/MCT. Rio de Janeiro, 2007.